UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Amanda Cristina Gontijo Silva

CIBERATIVISMO DE MULHERES TRANS:

Uma Revisão Sistematizada de artigos científicos brasileiros de 2014 a 2024

Belo Horizonte

2025

Amanda Cristina Gontijo Silva

CIBERATIVISMO DE MULHERES TRANS:

Uma Revisão Sistematizada de artigos científicos brasileiros de 2014 a 2024

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia.
Orientadora: Profª Drª Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Belo Horizonte
2025

150
S586c
2025

Silva, Amanda Cristina Gontijo .

Ciberativismo de mulheres trans [recurso eletrônico] : uma revisão sistematizada de artigos científicos brasileiros de 2014 a 2024 / Amanda Cristina Gontijo Silva. - 2025.

1 recurso online (108 f.): pdf.

Orientadora: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento.
Coorientador: Alessandro Vinícius de Paula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Psicologia – Teses. 2. Mulheres transgênero - Teses. 3.Ciberativismo - Teses. 4.Identidade de gênero - Teses. I.Gianordoli-Nascimento, Ingrid Faria . II. Paula, Alessandro Vinícius de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE AMANDA CRISTINA GONTIJO SILVA

Realizou-se, no dia 26 de fevereiro de 2025, às 15:00 horas, Teams (online), da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *CIBERATIVISMO DE MULHERES TRANS: Uma Revisão Sistematizada da produção científica brasileira 2014-2024*, apresentada por AMANDA CRISTINA GONTIJO SILVA, número de registro 2022688591, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Ingrid Faria Gianordoli Nascimento - Orientadora (UFMG), Prof(a). Alessandro Vinicius de Paula (UFMT), Prof(a). Fabricio Veliq Barbosa (UFMG), Prof(a). Luciene Alves Miguez Naiff (UFRRJ).

A Comissão considerou a dissertação:

(x) Aprovada

( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Documento assinado eletronicamente por **Fabrício Veliq Barbosa**, **Usuário Externo**, em 26/02/2025, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Vinícius de Paula**, **Usuário Externo**, em 26/02/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Ingrid Faria Gianordoli Nascimento**, **Professora do Magistério Superior**, em 26/02/2025, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Luciene Alves Miguez Naiff**, **Usuária Externa**, em 17/03/2025, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4005501** e o código CRC **869533A5**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres, em sua pluralidade, pois, assim como eu, se veem cotidianamente diante dos mais diversos desafios e dificuldades, tentando alcançar seus objetivos em um mundo que muitas vezes lhes nega espaço, reconhecimento e igualdade. Às mulheres pois, nas adversidades, não apenas enfrentam o sofrimento, mas resistem e neste ato criam possibilidades para outras persistirem. Dedico este trabalho às mulheres pois são elas que, sob desventuras e lágrimas, persistem e insistem, não pela simples vontade de seguir em frente, mas pela força de sua (r)existência, que é, acima de tudo, um ato de afirmação diante das imposições que tentam submeter suas vozes e seus corpos.

Dedico em especial também a todas as mulheres que, ao longo do meu percurso, se tornaram alicerces para minha caminhada, sendo fontes de suporte e motivação. Sem elas, sem seu olhar cuidadoso, sem seu encorajamento e sem seu compromisso com a coletividade e a luta por um mundo mais justo, a minha trajetória acadêmica e pessoal não seria possível. Elas são as que me sustentam nos momentos de dúvida e que, com suas palavras e gestos, me relembram da importância de seguir, de acreditar em meu caminho e de nunca abrir mão daquilo que considero substancial.

Por fim, dedico a todas aquelas que, ao se projetarem no que leem, também me projetam e me incentivam a continuar escrevendo nossa história. Elas são as que, com suas experiências, me incentivam a ser autora não apenas das palavras que compõem esta dissertação, mas também de um legado coletivo, de uma história de luta, resistência e reconstrução que, certamente, é compartilhada por todas nós.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é o resultado de um esforço individual, mas sim de uma caminhada compartilhada com muitas pessoas que, de diferentes maneiras, estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, motivação e cuidado durante essa jornada.

À Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), manifesto minha profunda gratidão por ter me proporcionado um ambiente acadêmico estimulante e por ser uma instituição de excelência que apoia o desenvolvimento da pesquisa científica. Sou igualmente grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo financiamento, por meio da concessão de bolsa, foi essencial para que este trabalho pudesse ser realizado.

À minha orientadora, professora Ingrid Gianordoli expresso meus sinceros agradecimentos pelo otimismo, pelas valiosas contribuições e pelo encorajamento durante cada etapa deste processo. Agradeço profundamente a pesquisadora e colega de laboratório Gislaine Motti, que me guiou e deu suporte indiscutível durante todo o processo.

Agradeço também a Fabrício Veliq e Alessandro Vinicius de Paula, coorientadores do projeto que tanto contribuíram para a trajetória e construção deste projeto e para o desenvolvimento e crescimento da pesquisadora redatora desta dissertação. Aos demais professores e colegas do laboratório de Representações Sociais e Processos de Subjetividade, agradeço pelas discussões e contribuições teóricas que enriqueceram meu trabalho, minha formação e aprimoraram meu olhar crítico ao longo da pesquisa.

Agradeço também às professoras Rosana, Maria Ignez e Maria Helena, que contribuíram de maneira significativa para os momentos iniciais desta investigação, oferecendo orientação, paciência e dedicação ao longo do caminho.

Meu reconhecimento especial vai para as mulheres fortes que cruzaram meu caminho ao longo desta trajetória e que, sem inspiração de, e sem as quais, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus amigos, ao meu parceiro e à minha família, agradeço profundamente pela presença constante, pelo suporte emocional e pelo estímulo, especialmente durante os momentos mais desafiadores. A contribuição de todos foi crucial para que eu superasse os obstáculos e concluísse esta pesquisa, particularmente em um período de tantas mudanças e desafios.

A todos que, de forma direta ou indireta, participaram dessa trajetória, meu mais sincero obrigado. O caminho percorrido até aqui foi construído com a colaboração de cada um, e espero que sigamos juntos em novas jornadas, crescendo e aprendendo coletivamente.

Me levanto

Sobre o sacrifício

De um milhão de mulheres que vieram antes

E penso

O que é que eu faço

Para tornar essa montanha mais alta

Para que as mulheres que vierem depois de mim possam ver além

- Rupi Kaur, Legado

RESUMO

Silva, Amanda Cristina Gontijo. *Ciberativismo de Mulheres Trans:* Uma Revisão Sistematizada de artigos científicos brasileiros de 2014 a 2024 Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.[1]

Esta dissertação aborda o ciberativismo de mulheres trans no Brasil por meio de uma revisão sistematizada da literatura acadêmica brasileira publicada entre 2014 e 2024, por meio de artigos científicos, sobre o tema, publicados em periódicos. A metodologia adotada neste estudo foi uma revisão sistematizada, com base na análise temática construcionista, permitindo identificar: a) os principais descritores utilizados na produção científica; b) as abordagens teóricas que sustentam o campo temático; c) as metodologias utilizadas para as investigações; d) as contribuições dos estudos analisados para o desenvolvimento da compreensão do ciberativismo. O estudo identificou que a produção científica brasileira publicada na década estudada, destaca que o ciberespaço se configura como um espaço de resistência e subjetivação para mulheres trans, considerando as dinâmicas de violência, invisibilidade e resistência presentes no meio virtual. Os resultados indicam que o ciberativismo tem sido um fator crucial para o fortalecimento do movimento transfeminista, promovendo redes de apoio, visibilidade e contestação das normas cisheteronormativas. A dissertação contribui para a ampliação do debate sobre gênero, tecnologia e ativismo, destacando a relevância do ciberativismo como forma de resistência característico do transfeminismo.

Palavras-chave: Ciberativismo, Mulheres Trans, Transfeminismo, Identidade de Gênero, Resistência.

[1] Seguindo as recomendações da comissão que visa "apresentar proposta de regras e normas para o bom o uso das ferramentas de Inteligência Artificial nas atividades das Unidades Acadêmicas" da UFMG, (Portaria N. 10226 de 08 de Novembro de 2023), explicitamos que esta dissertação foi redigida com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial, tais como o Chat GPT 4.0, para sintetização dos estudos analisados, e revisão ortográfica gramatical, do texto originalmente escrito pela autora.

ABSTRACT

Silva, Amanda Cristina Gontijo. *Cyberactivism Of Trans Women:* a systematized review Thesis (Master's in Psychology) – Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, Brazil.

This dissertation systematically explores the cyberactivism of many people in Brazil with a systematic review of Brazilian academic literature published between 2014 and 2024, with many scientific articles, on or about the topic, published in journals. This study identifies that scientific production has been published for decades and has been published for decades, that space is configured as a space of resistance and subjectivity for many trans people, considering that the dynamics of violence, invisibility and resistance are no longer virtual. The methodology adopted is this study based on a revised system, based on a theoretical construction analysis, allowing to identify: a) the main descriptions used in scientific production; b) as theoretical approaches that support the thematic field; c) the methods used in investigations; d) as contributions to the studies analyzed to develop an understanding of cyberactivism. The results indicate that cyberactivism is also a crucial factor in promoting the transfeminist movement, promoting the rights of belief, visibility and contestation of cisheteronormative norms. A dissertation that contributes to an expansion of the debate on gender, technology and activism, highlighting the rise of cyberactivism as a form of resistance characteristic of transfeminism.

Keywords: Cyberactivism, Trans Women, Transfeminism, Gender Identity, Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Folksonomia e ciberativismo - Linha do tempo …….

Figura 2- Compartilhamento e mobilização da #ResistenciaTrans e #20DeNovembro…..…34

Figura 3- Uso da Hashtag #TransLivesMatter pela página da organização oficial……..…35

Figura 4- Publicação de divulgação a partir da hashtag e pela página TransLivesMatter..…36

Figura 5- Publicação site TransLivesMatter – relembrando as nossas perdas……..…..37

Figura 6- Fluxograma processo de pesquisa……...……49

Quadro 01 - Artigos selecionados para análise (N=16).....54

Quadro 02- Identificação dos artigos do banco de dados em relação a caracterização da publicação, autoria e áreas de interesse……55

Quadro 03- Ficha de Catalogação……..……...……..…….57

Figura 7- Gráfico ilustrativo da relação das produções por campo do conhecimento…...…59

Figura 8- Gráfico ilustrativo da quantidade de publicações no período dos últimos 10 anos.59

Figura 9- Distribuição primária de artigos por temas levantados…….……..….61

Figura 10- Relação entre eixos centrais e subtemas, por artigos……...…...…...……62

Figura 11- Projeção dos temas em categorias hierárquicas……..…….….63

Figura 12- Números absolutos de assassinatos de pessoas trans (2008-2024).....78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultados 1 - Google.. ……..…..…….……49
Tabela 2 - Resultados 2 – Scielo…….…….……. 50
Tabela 3 - Resultados 3 - Semantic Scholar……..…….……..50
Tabela 4 - Resultados 4 - LILACS.…….……..50
Tabela 5 - Resultados 5 -CAPES……..……...…..51
Tabela 6 - Resultados 6 -FGV……51
Tabela 7 - Resultados Parciais…….…..……51
Tabela 8 - Artigos Semantic Scholar……...…….52
Tabela 9 - Artigos Google…….……. 53
Tabela 10 – Artigos SCIELO..……..…….53
Tabela 11 – Artigos Lilacs……..53
Tabela 12- Artigos CAPES……..…….. 53
Tabela 13 – Artigos FGV…….…….. 53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
Arpanet	Rede da Agência de Pesquisas em Projetos Avançados
BVS	Biblioteca virtual em saúde
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getulio Vargas
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, e outros
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
Scielo	Scientific Electronic Library Online
STJ	Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 IDENTIDADE DE GÊNERO E CIBERATIVISMO 20
2.1 Repensando de gênero e suas normativas 20
2.1.1 É possível nascer fêmea e não se tornar mulher (ou o contrário) 21
2.1.2 Feminismo Transnacional: movimentos sociais no contexto virtual globalizado 23
2.2 Cibercultura e o lócus digital como contexto relacional e campo 26
2.2.1 Tecendo a web: o fenômeno da cibercultura 27
2.2.2 Contextualizando fenômenos: o Ciberespaço 28
2.3 Ciber-Violências e resistências 31
2.3.1 "leis de possibilidade" e "regras de existência" 37
2.3.2 Processos de (r)existência 39
3.OBJETIVOS 40
3.1 Objetivo Geral: 40
3.2 Objetivos específicos da pesquisa 40
4. PROCESSO METODOLÓGICO 40
4.1 Critérios de pesquisa e organização de dados 44
4.1.1 Bases de dados e Descritores 44
4.1.2 Critérios de inclusão 45
4.1.3 Critérios de Exclusão 46
4.1.4 Levantamento de dados e catalogação de resultados 46
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 48
5.1 Levantamento bibliográfico 49
5.2 Organização e seleção 51
5.4 Levantamento e organização dos dados 57
5.5 Construção de categorias temáticas 60
6 ANÁLISE TEMÁTICA: ENTRELAÇANDO OS EIXOS TEMÁTICOS AO CONJUNTO DO BANCO DE DADOS 65
6.1 Eixos 3 e 4 –Transfeminismo e Transfobia: entrelaçando conceitos e consensos.66
6.2 Eixo 1 e 2 – Ciberativismo e Resistência: Teorias e intervenções como estratégia de resistência e transformação social 80
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 92
REFERÊNCIAS 96
ANEXO A – Mapa conceitual: Ciberespaço 100
ANEXO B – Mapa Conceitual: Gênero e Identidade 102
ANEXO C - Crivo de Artigos 104

1 INTRODUÇÃO

A violência sofrida por mulheres trans é uma marca registrada do Brasil. Segundo um dossiê apresentado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a ANTRA, em 2022 foi constatado pela organização que a chance de mulheres trans e travestis serem assassinadas no país é muito mais alta do que para homens trans, chegando a 38 vezes mais chances de serem assassinadas.

Em 2022 foi registrado, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o país lidera o *ranking*[2] mundial de violência contra travestis e mulheres trans (STJ, 2023). Em decorrência da gritante violência e invisibilidade, a Lei Maria da Penha (em vigor desde 2006) se estendeu às mulheres trans em 2022.

Segundo o que nos pontua Judith Butler (2016), tais fenômenos e aspectos das violências enfrentadas por corpos dissidentes ocorre de maneira a compactuar com as diversas formas de marginalização e exclusão, e do não reconhecimento como humanos, imbricados nos processos de identidade, identificação e representatividade. Refletindo sobre a intensidade das violências sofridas, como a exclusão sócio-política, a invisibilidade, a reprodução de estereótipos e a ausência de reconhecimento, os espaços virtuais de intercomunicação – como reflexo da realidade social – condensam esses fenômenos sofridos pelas mulheres trans no nicho cibernético.

Podemos pensar nas mídias digitais (conteúdo que circula nas redes), redes sociais (ferramentas onde conteúdo das mídias é veiculado) e outros nichos que compõem o ciberespaço, como espaços que refletem e reproduzem as desigualdades de gênero que atravessam a construção identitária das mulheres na sociedade. Assim como Judith Butler (2016) nos permite perceber, as grandes mídias (como a televisão, propagandas em meio telecomunicativo, *internet*, etc.) exercem um papel fundamental e de grande influência na percepção que os sujeitos sociais, nesse caso as mulheres, podem ter de si mesmas. Isso acaba refletindo nos processos de subjetivação e construção de identidade dos consumidores, desencadeando diversos impactos sociais e individuais, que vão desde a perpetuação de formas de violência, misoginia e outros fenômenos sociais até a confluência subjetiva como causa de sofrimento psíquico.

---

[2] Apesar de que a normativa proposta pela APA 7 não indica o uso de itálicos para identificação de termos estrangeiros, o atual trabalho segue a normativa da APA proposta pela UFMG, que segundo manual indica uso de itálicos para termos em língua estrangeira.

Uma das grandes marcas do mundo contemporâneo, a virtualidade dada através do contexto *online* oferecido pela *internet*, transformou e transforma as inter-relações, os processos de comunicação, de produção subjetivas e de identidade. Dentre as múltiplas transformações intersubjetivas, da produção de espaços de subjetivação[3] diversos, a *internet* permite a proliferação de múltiplas plataformas *online* que, dado o caráter fluido e a possibilidade de anonimato, habilita uma série de tanto usos quanto desusos dessa ferramenta, em detrimento de diferentes interesses ou necessidades (Eliane Queiroz[4], 2017).

Esse espaço *online* emergiu com a criação da *internet* em 1958, inicialmente desenvolvida pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, como parte do projeto *Arpanet* (Amanda Silva, 2020). A *internet*, com o tempo, tornou-se um vasto repositório de informações e um meio de comunicação, revolucionando práticas sociais e culturais. Esse campo de atuação é o ciberespaço.

O ciberespaço, conforme descrito por Silvana Monteiro (2007), é um espaço semiótico, desterritorializado, nômade e especializado, que promove uma produção contínua e fluida de memória. Pierre Lévy (1999) sugere que a ascensão das tecnologias e da virtualidade através da informática está promovendo novas formas de aprendizagem e relações sociais.

Segundo Pierre Lévy (1999), o ciberespaço é um meta-meio, no qual veiculam símbolos e signos, marcados pela mediação, produção e reprodução de conteúdo. Toda essa dinâmica acontece em um ambiente interconectado de sujeitos diversos, delimitando uma (re)produção cultural única. Isso pois, para Pierre Lévy (1999) a virtualização da cultura e a interação entre humanos e máquinas, transforma constantemente as práticas sociais e culturais, levando ao surgimento de novas representações sociais e coletivas.

A partir da virtualização da cultura, através das interseções entre cultura e tecnologia articuladas às práticas sociais e coletivas em ambiente virtual, emerge o fenômeno conhecido hoje como cibercultura (Silvana Monteiro, 2007). A cibercultura pode ser entendida como uma estrutura cultural arquitetada pelas tecnologias, como um conjunto de práticas, modos de pensar, valores e técnicas que se desenvolvem no ambiente digital (Pierre Levy, 1999). Essas estruturas moldam interações, comportamentos e identidades, incluindo não apenas produção e

---

3 Em "O social na psicologia e a psicologia social", e em Subjetividade: Teoria, epistemologia e metodologia Gonzales Rey (2004) refere-se a espaços de subjetivação enquanto contextos sociais, culturais e simbólicos onde a subjetividade é produzida e expressa. Esses espaços produzem e reproduzem subjetividades, de maneira unilateral e simultânea entre micro e macro.

4 O atual trabalho presa pelo reconhecimento da produção cientifica feminina e da autoria feminina e, a partir de um movimento feminista, busca apresentar o nome seguido de sobrenome de todos os autores como forma de chamar atençâodo para gênero feminino, como forma de ressalta-las.

consumo de informações, mas a criação coletiva de conhecimento (Danilo Silva & Valdir Fernandes, 2021).

Com a propulsão da *internet* e do ambiente interconectado *online*, muitos grupos minoritários e marginalizados podem fazer uso de tecnologias e espaços digitais para criar comunidades inclusivas, reivindicar seus direitos, ampliar suas pautas, criar maior visibilidade para demandas, tanto em caráter de denúncia quanto de resistência (K. J. Rawson, 2014).

O ambiente virtual possibilita que grupos possam se unir, se organizar e impulsionar causas e ações coletivas. Esta forma de militância *online*, o ciberativismo[5], é um dos grandes marcos da movimentação social e grupal do século XXI, no que tange movimentos sócio-políticos (Eliane Queiroz, 2017).

O ciberativismo transformou o ciberespaço em um lugar de militância, onde as redes sociais se tornaram o que talvez seriam as ruas e os cartazes de outrora, hoje estão presentes em comunidades *online* como *posts*, quotes, e atividades em rede politicamente motivadas (Eliane Queiroz, 2017). Dentre as pautas e formas de ciberativismo e as diferentes formas de seu engajamento, Eliane Queiroz (2017) elucida ainda que os movimentos sociais (enquanto formas de ação coletiva frente à desigualdades que buscam, por exemplo, justiça social) utilizam as redes como novo palco para o gerenciamento e propagação de informação, além de combustível para os movimentos subsequentes a uma pauta.

Dessa maneira, a *internet* possibilita a veiculação e o alcance de causas minoritárias que, em outras realidades cerceadas de suas dinâmicas e possibilidades, não teriam a mesma proporção e engajamento, como nos pontua o historiador sobre o ciberativismo trans K. J. Rawson (2014). Apesar de que a desigualdade e o acesso às tecnologias ainda representam empecilho quanto ao engajamento de minorias[6] no ciberespaço, os movimentos *online* têm permitido não apenas uma nova forma de ativismo, mas a extensão de lutas históricas para o ambiente *online* como, por exemplo, as lutas transfeministas (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2024).

As lutas transfeministas são movimentos sociais promovidos pela comunidade de mulheres trans, alinhadas a perspectivas feministas, em que são pautadas pela busca de reconhecimento, contra a transfobia e por condições de existência dignas. Importante também ressaltar que o transfeminismo é um movimento feminista contemporaneo, ou de quarta onda,

---

[5] Embora o termo não seja um consenso na literatura científica ou em descritores de bases de dados, optou-se pelo uso deste termo enquanto fenômeno e pauta emergentes do ciberespaço.

[6] Compreende-se como minorias não em grupos numéricos, mas num amplo contexto de exclusão e opressão de grupos que foram marginalizados ou silenciados na narrativa histórica e social dominante (Freitas, R. C., & Nóbrega, L. N., 2022).

pautado pela não naturalização de papeis de genero e pela construção discursiva das caracteristicas sexuais, onde acredita-se que o comportamento generificado é aprendido e construido socialmente, a partir de atos performáticos (Letícia Nascimento, 2022).

Isso porque, através de comunidades criadas em redes sociais como o *Facebook*, *blogs*, fóruns e grupos *online* como o Transfeminismo[7], Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e outros, fortalecem lutas e propõem produções diversas, criando ainda redes de apoio, engajamento e de afetos (Thomas Cardoso, 2022).

Neste sentido, como aponta K. J. Rayson (2014), embora a comunidade de mulheres trans seja um dos grupos de maior vulnerabilidade social e marginalização, também se caracteriza como uma das comunidades que têm conseguido angariar poder, representatividade, autonomia e apoio coletivo a partir da organização *online* (K. J. Rawson, 2014). De acordo com o autor, o ciberespaço oferece oportunidades únicas para o ativismo histórico transgênero, pois possibilita a criação de projetos colaborativos, inovadores e experimentais que desafiam as narrativas históricas tradicionais e propiciam lugar[8] à experiências trans.

Assim, a *internet* tem possibilitado a organização global de diversos indivíduos, intensificando experiências de relações intergrupais como sentimento de pertencimento e acolhimento, perante a perversa realidade de exclusão sociopolítica histórica do grupo de mulheres trans (K. J. Rawson, 2014). O ambiente *online*, apesar de não estar isento de conflitos e nem de violências – reflexo da realidade material –, propicia além de um amplo escopo de visibilidade para tais violências, uma forma de resistência de mulheres trans através da criação de "espaços seguros" em espaços digitais, onde podem expressar abertamente suas identidades, buscar apoio e se envolver em ações coletivas (Whittle apud [9] Brandon Miller, 2017, 1998).

Um ponto importante que se pode ressaltar a respeito da abordagem teórica e analítica que permeia a construção deste projeto, é a busca por uma crítica que se alinhe às perspectivas feministas mais contemporâneas (como o transfeminismo) quanto à construção do nicho de pesquisa que orienta este trabalho ao uso da designação 'mulher trans'. Isso porque, no presente trabalho utiliza-se a designação 'mulher trans' como maneira de nomear o grupo ao qual se refere o atual estudo, que segundo a autora Berenice Bento (2008) propõe, mulher trans é um

---

[7] Transfeminismo é um website que engloba fórum e participação de comunidade *online.* Pode ser acessado em: *https://transfeminismo.org/transfem-edu/*

[8] Modificação da tradução original *"give voice*" para as perspectivas que abarcam concepções de "lugar", como proposto por Djamila Ribeiro (2017) quando discorre acerca de lugar de fala a partir das ideias de Angela Davis sobre "*identity lane".*

[9] Embora as normas da APA não permitam o uso de *apud* algumas citações provenientes de livros em que autores se baseiam na teoria de outros autores em relação aos quais os materiais não são acessíveis; e a partir da normativa estabelecida pela UFMG que permite o uso de apud, realizou-se algumas exceções no presente trabalho. O texto em questão (Whittle) não se encontra disponível online para livre acesso.

termo utilizado para referenciar pessoas que, ao nascer foram designadas de sexo não feminino, mas que se identificam e vivem como mulheres.

Essa autoidentificação não está relacionada à mudança de sexo biológico, nem mesmo a mudança fenotípica, mas à um critério de identidade e pertença (Berenice Bento, 2008). Isso porque, ainda segundo Berenice Bento, a identidade nesse aspecto está relacionada a uma vivência subjetiva, interna e pessoal e o reconhecimento desta identidade está atrelado a um posicionamento político - já que envolve um árduo processo de autoafirmação e negociação de identidade na experiência de ser mulher transgênero.

Apesar da literatura algumas vezes estabelecer que 'pessoa trans-feminina' é um termo mais abrangente sob o qual se inclui, ou é sinônimo da designação para 'mulheres trans', uma pessoa trans-feminina seria uma identidade de gênero que se alia ao feminino, mas não é sinônimo de tantos outros termos. Uma pessoa transfeminina, então, abarca a experiência de pessoas binárias ou não-binárias, mas que adentram a expressão de gênero feminina, e se alinham aos ideais de feminilidade (Berenice Bento, 2008). A autora, assim como Letícia Nascimento (2002), traz ainda a perspectiva latino-americana quando define que Travesti, um termo particularmente brasileiro, possui uma história e conotação relevantes, marcadas por estigma, violência e marginalização.

Entretanto, a terminologia utilizada na literatura acadêmica muitas vezes não corrobora diferentes conceitualizações e consensos estabelecidos sobre elas. Ademais, muitos trabalhos utilizam-nas como sinônimos (o que não são). Dessa forma, o presente trabalho também busca identificar essas mudanças terminológicas associadas a diferentes espaço-tempo de produção acadêmica.

Através do percurso traçado e a partir da retomada do tema anterior, torna-se necessário ampliar as lentes de análise em relação aos tensionamentos sobre gênero em âmbito cibernético. Torna-se possível ainda colocar sob foco os processos de resistência presentes nesse nicho, assim como possíveis desdobramentos de violências imbuídas nesse espaço e em sua consolidação. O ciberespaço, enquanto nicho político e de formação de pensamento na era contemporânea, demonstra ser de grande relevância para investigação acerca da transformação cultural e interpessoal das relações, e suas problematizações.

Para tanto, uma breve retomada histórica e contextual em relação ao gênero e seus entrelaçamentos culturais propicia o ponto de partida para uma visão crítica às teorias feministas clássicas. A partir da inserção desta primeira lente analítica de gênero, busca pontuar novos marcadores que trazem consigo novas possibilidades de análise, e como tais teorias se fundem e/ou se desdobram em um feminismo transnacional. O feminismo transnacional é um

movimento feminista que reconhece e aborda as questões de gênero em um contexto ampliado, levando em consideração as intersecções entre gênero, raça, classe, cultura, colonialismo e globalização (bell hooks, 2022).

Neste sentido, uma das principais características do feminismo transnacional seria a marca contra-colonial e o anti-imperialismo, entendendo que experiências distintas de mulheres e *mulheridades*[10] diversas compõem diferentes compreensões a partir de diferentes experiências (Maria Lugones, 2008). Um dos pontos centrais nesta composição são as experiências e (r)existência das mulheres trans, que conflitam tão diretamente nos postulados dos feminismos clássicos e universalizantes. Dessa forma, gênero aparece como um marco central para análise no que tange o grupo (mulheres trans) em relação ao fenômeno em questão (ciberativismo).

Considerando o que Joan Scott (1995) nos aponta como a íntima relação histórica estabelecida entre o capital e estruturas como o patriarcado e o sexismo, além das marcas que os grupos sociais oprimidos carregam por decorrência das desigualdades e da violência, pode-se indagar sobre a maneira como tais cenários são refletidos no ambiente digital de forma a impactar os processos de subjetivação de mulheres trans. Em relação a tais problemas apresentados, cabe evidenciar ainda que, além da invisibilidade das mulheres trans presenciada no contexto social, a violência é sofrida por elas de maneira ainda mais exacerbada.

Entretanto, a partir do mesmo fenômeno que gera alarde em relação às violências, e a partir dos aspectos também de identificação, o ciberespaço promove a formação de comunidades de apoio e representatividade, como nos pontua Thomaz Cardoso (2023). Segundo o autor, esse processo político e vital para o movimento de mulheres trans, impulsionou ainda a própria produção do movimento transfeminista, que desmantela a necessidade de uma fala por vias de pessoas cis, abrindo novas possibilidades de lugares de fala (Thomaz Cardoso, 2023).

Ainda com o auxílio de Thomaz Cardoso (2023), pode-se compreender que o transfeminismo rompe, a partir da rede e do ciberespaço, com o pensamento caracteristicamente universalista de um feminismo global e cis, a partir de um movimento interseccional. Patrícia Hill Collins (2020) nos propõe uma nova forma de olhar para as violências e desigualdades sociais, pensando nos processos de violência e exclusão de maneira interconectada, delimitando a compreensão da interseccionalidade.

[10] Uso aqui a referência de Maria Lugones (2008) como forma de criticar e desafiar imposições coloniais sobre o que significa ser mulher, a partir de uma perspectiva interseccional

A partir das ideias propostas pela autora, a interseccionalidade desafia a ideia universalizada de sofrimento, sendo descrita por Patricia Hill Collins (2020) como lente de análise crítica, que permite identificar não apenas marcadores da exclusão, mas também pontua os diferentes privilégios em que se situam certos indivíduos (Patricia Hill Collins, 2020). A ideia de interseccionalidade vai contra a ideia universalizante de movimentos feministas clássicos – que adotam uma perspectiva global de feminismo – e é possibilitada pelo movimento transnacional feminista, que visa romper ainda com as margens hemisféricas de dominação (bell hooks[11], 2022).

Assim, a perspectiva interseccional reconhece que as pessoas possuem múltiplas identidades e que estas identidades podem colocá-las em posições de privilégio ou opressão, simultaneamente. Pensando no feminismo interseccional como possibilidade de tecer novas alianças, assim como políticas de resistência mais potentes (Patricia Hill Collins, 2020), e aliando-o a perspectivas de um feminismo transnacional, podemos ainda incluir novos marcadores nos diferentes processos de exclusão e violência latentes nesse nicho.

Pontuar as diferentes formas de violência, como a marginalização, a exclusão, a invisibilidade, o estigma, entre outros, são ainda formas de promover debates e conscientização em relação àquilo que está imbuído nesse meio, e que vem sendo negligenciado – ou omitido – ao longo dos anos na indústria das tecnologias virtuais (mantenedoras e produtoras de plataformas digitais). Não apenas nesse nicho, mas também em outros âmbitos sociais, como por exemplo nas dificuldades encontradas no âmbito acadêmico sobre pesquisas nesta temática, em relação ao ciberativismo de mulheres trans.

K. J. Rawson (2014) e Brandon Miller (2017), em pesquisas anteriores têm demonstrado como o ciberativismo pode ser uma ferramenta poderosa na articulação de identidades e na resistência a pressões sistêmicas de mulheres trans. Estes estudos revelam que as possibilidades dos espaços digitais permitiram que indivíduos transgêneros se envolvessem em um ativismo histórico e em projetos colaborativos de criação de mundo. O autor pontua que os projetos e fenômenos do grupo desafiam a representação tradicionalmente limitada ou tendenciosa (estigmatizada) das experiências transgênero, e analisa como esse espaço é utilizado. Brandon

[11] bell hooks: apesar das normas cultas da língua portuguesa estabelecerem o uso de maiusculas em nome e sobrenome, a autora bell hooks tem como sua marca registrada a assinatura em minúsculo, tanto em citações como em seus trabalhos e autoreferenciação, como ato político. Essa informação assim como outras mais acerca da autora estão disponíveis na seguinte referência: *Tworkov, Helen (1992).* «Agent of Change: An Interview with Bell Hooks» [Agente de Mudança: Uma Entrevista com Bell Hooks]. *Tricycle: The Buddhist Review.* Disponível em: https://tricycle.org/magazine/bell-hooks-buddhism/

Miller (2017) observa que a *internet* tem sido um recurso crucial para indivíduos transgêneros afetados por um acesso limitado de informações e suporte antes da era digital, a partir de estudos acompanhando canais do *YouTube*.

No entanto, há uma lacuna significativa no âmbito acadêmico no que diz respeito à busca de compreender melhor a experiência dessas mulheres e os possíveis desdobramentos do ciberativismo de mulheres trans, a partir de uma revisão sistematizada sobre o fenômeno. Estudos qualitativos têm explorado diferentes aspectos dessas questões, mas ainda há a ausência de uma síntese abrangente, que organize e identifique tais fenômenos e estudos, e assim ofereça uma visão holística sobre o mesmo.

Neste sentido, o estudo dessa temática se torna uma tarefa ainda mais árdua visto que implica o atravessamento de inúmeras barreiras de negligência e invisibilidade, além da luta constante de visibilização das pautas sociais que se encontram no espaço cibernético – pensando no ciberativismo como forma de resistência através da afirmação do existir. Para tanto, a presente dissertação parte do seguinte questionamento quanto ao problema de pesquisa: o que a produção científica brasileira traz enquanto compreensão sobre o ciberativismo de mulheres trans na última década?

Em suma, esta pesquisa refere-se ao ciberativismo de mulheres trans ao explorar as interseções entre gênero, identidade e cultura digital a partir da análise da produção científica brasileira publicada por meio de artigos científicos em bases de dados no período de 2014 a 2024. Visando descrever as principais vertentes teóricas e metodológicas desta temática, elencou-se como foco os processos de subjetivação de mulheres trans presentes no ciberespaço e suas dinâmicas de violência, resistência e identidade a partir da revisão de estudos sobre o tema. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para um entendimento mais amplo e inclusivo das experiências de mulheres trans nesse espaço virtual e, consequentemente, para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

2 IDENTIDADE DE GÊNERO E CIBERATIVISMO

Os conceitos de identidade e gênero servirão como guias teóricos para a análise dos impactos das mídias digitais no processo de construção identitária das mulheres trans, no contexto do ciberativismo. Esse aporte teórico oferece uma visão abrangente sobre o conceito de gênero, explorando os principais temas e abordagens relacionados às normas de gênero nos estudos selecionados. O objetivo é fornecer um contexto sólido que permita a compreensão das diversas manifestações de identidade de gênero e a articulação do transfeminismo.

Ao adotar uma perspectiva interseccional, de forma a repensar as teorias feministas e de gênero ao longo do tempo, o feminismo transnacional explora as diferentes perspectivas e experiências das mulheres trans no Brasil, destacando as lutas comuns e as diferenças culturais na busca pela igualdade de gênero (bell hooks, 2022). A partir dessas ideias, busca-se discorrer aspectos relacionados à violência de gênero, incluindo formas de discriminação, assédio e *cyberbullying* enfrentados por mulheres trans, tematizadas no ambiente *online*. Ao mesmo tempo, procura-se destacar as formas de resistência e enfrentamento da violência dentro das comunidades, demonstrando a capacidade de transformação social por meio do ciberativismo (K. J Rawson, 2014).

Finalmente, este trabalho realiza uma análise crítica do conceito de cultura e sua relação com a cibercultura, considerando o papel dos espaços digitais como nicho central. A discussão se concentra nas dinâmicas de poder, identidade e comunidade no ciberespaço, examinando como as representações de gênero são construídas e desconstruídas através do tensionamento entre violência e resistência vivenciados por mulheres trans.

2.1 Repensando gênero e suas normativas

A heteronormatividade, como estrutura normativa dominante, permeia aspectos culturais, sociais e performativos que, frequentemente, resistem às transformações propostas pelos movimentos sociais contemporâneos (Judith Butler, 2016). Valores conservadores, dogmas e tradições culturais tendem a se remodelar para se adequar à contemporaneidade, mas sem ceder completamente às mudanças. Essa resistência às mudanças pode ser observada, por exemplo, no ressurgimento de ideologias autoritárias, como o fascismo, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Essas ideologias refletem questões geracionais e seus projetos, de forma que auxiliam a perpetuar estereótipos de gênero, não se permitindo atravessar por mudanças espaço-temporais da norma e dos processos de subjetivação dos sujeitos. Entretanto, como apontam teóricos como Judith Butler (2016), apesar de serem projetos passíveis de serem bem-sucedidos, tendem a sucumbir perante o movimento espaço-temporal no qual se dá a transformação do conceito de gênero.

Dentre as instituições onde podemos identificar projetos hegemônicos das normativas de gênero, destacam-se a ciência, as religiões e a escola, que se apropriam amplamente da sexualidade e da narrativa de gênero (Érica Fróis, 2020). Essas instituições tendem a reproduzir e fortalecer normas, estereótipos e a lógica de reprodução de papéis sociais, fixando os sujeitos em posições de gênero de forma cristalizada e essencialista.

Entretanto, este trabalho propõe abordar gênero como uma categoria analítica central para entender as relações desiguais de poder. Nesse contexto, é fundamental ressaltar a distinção entre sexo e gênero conforme proposta por Judith Butler (2016). Butler conceitua o gênero como um processo contínuo e mutável de repetições performativas, enquanto o sexo é definido simbolicamente, por meio de atos discursivos e performativos, e não como uma característica material inerente.

Assim, gênero e sexo emergem como termos que evocam narrativas sobre as relações de poder sociais. Isso pois, assim como nos propõe Judith Butler (2016), esses conceitos se remetem a construções sociais inseridas em dinâmicas de poder. Enquanto sexo é frequentemente naturalizado como um dado biologico imutavel, a autora nos pontua que ao contrario do que norma sugre sexo é um construturo simbolico que adquire significação por meio de práticas discursivas e normativas, e ao contrário do que a norma sugere, não é natural.

Gênero, por sua vez, é produzido e reiterado por meio de performances cotidianas, estruturando hierarquias e regulando corpos conforme as normas. Genero e sexo podem ser compreendidas como categorias interdependentes e politicamente engajadas, e assim relevam as formas pelas quais esses conceitos sao instrumentalizados para manter ou desafiar regimes de dominação e exclusão. Essa é a guinada proposta pelos movimentos sociais revolucionários de gênero, e um desses movimentos é a emergência de feminismos plurais, como veremos a seguir.

2.1.1 É possível nascer fêmea e não se tornar mulher (ou o contrário)

Iniciar o processo de revisão teórica sobre gênero, com foco nas perspectivas contemporâneas e na diversidade de subjetividades, implica considerar como as teorias de gênero evoluíram para incorporar uma compreensão mais inclusiva e multifacetada das identidades. No presente trabalho, busca-se abordar gênero como um dos elementos da subjetivação dos/nos processos identitários constituintes dos sujeitos sociais.

Neste sentido, e como forma de promover um aporte contextual e histórico acerca de gênero e suas bifurcações, torna-se possível trabalhar com o panorama de construção e desconstrução de gênero, ou alteridade de subjetivação, como propõe Judith Butler (2004). Isso porque a autora propõe uma compreensão do gênero que vai além da simples correspondência entre sexo biológico e identidade de gênero, sugerindo que é possível nascer fêmea e não se tornar mulher ou o contrário.

Para contextualizar historicamente o conceito de gênero, o trabalho de Joan Scott (1995), nos propõe a compreensão de gênero como uma categoria analítica fundamental. Essa análise, a partir da noção de sua historicidade, permite observar o mundo através de novas lentes, compostas por marcadores sociais fundamentais para uma concepção de sujeito alinhada à ética e aos direitos humanos. Estas lentes analíticas são pilares para que possamos compreender as ramificações dos movimentos feministas, como o feminismo transnacional e o transfeminismo.

De acordo com as ideias propostas por Joan Scott (1995), a opressão de gênero está imbricada nas instituições sociais como um todo, desde a política, o Estado, até as normas e padrões sociais, contidas no comportamento e nos referenciais cotidianos. Segundo o pensamento da autora, este complexo sistema de subjugação de corpos atua como mantenedora de um projeto de construção e consolidação de poder dos grupos dominantes.

Partindo deste ponto de vista, Judith Butler (2004) ressalta e faz perceber ainda a importância dos movimentos de resistência e oposição quanto à realidade normativa e tais concepções simbólicas (tidas como naturais). Um desses movimentos de resistência estaria ligado ao reconhecimento, e entre os quais destacam-se o papel dos movimentos de transgressão das normas de gênero.

O feminismo, enquanto movimento transgressor, dedica-se a problematizar e desafiar a subalternidade das mulheres em diversas esferas da vida social. Essa subalternidade se manifesta em formas de exclusão, violências, exploração, silenciamento e invisibilidade, que são frequentemente enfrentadas por mulheres cujas existências desafiam os padrões de normatividade e normalidade impostos pelas estruturas de poder dominantes (Judith Butler, 2016) – como as mulheres trans.

As teorias que compõem a epistemologia feminista contemporânea buscam transformar as esferas de poder a partir de um movimento emancipatório. Assim, os movimentos de resistência e a proposta de um feminismo plural gira em torno do reconhecimento do outro como humano, ou seja, no movimento de alteridade, sendo este um elemento vital no processo de emancipação e que depende da superação da subalternidade para ocorrer, como nos pontua Judith Butler (2016).

A abordagem contemporânea ao gênero destaca a importância de reconhecer e analisar a complexidade das experiências subjetivas dos indivíduos, especialmente em um contexto globalizado e virtual. As práticas e os discursos de gênero no espaço virtual refletem e reconfiguram as normas e as identidades de maneira globalizada, ao passo que o feminismo transnacional oferece uma lente crítica para analisar essas dinâmicas, reconhecendo a diversidade de experiências e resistências em diferentes contextos. A seguir, discutiremos a relevância do feminismo transnacional como ponto de partida para essas discussões.

2.1.2 Feminismo Transnacional: movimentos sociais no contexto virtual globalizado

Como maneira de iniciar o processo de revisão em relação às teorias de gênero abordadas, pensando principalmente numa abordagem que se alicerça na perspectiva contemporânea dos sujeitos e na diversidade de subjetividades, as teorias propostas pelo feminismo transnacional se mostram aliadas aos movimentos sociais de resistência. Além disso, dado o contexto virtual globalizado, pode-se pensar no feminismo transnacional enquanto ponto de partida para as discussões que se precedem.

O feminismo transnacional, segundo Robyn Spencer em conferência sobre o tema em Nova York em 2024, representa uma tentativa de vários movimentos sociais de ressignificar as teorias feministas tradicionais considerando aspectos mais amplos, como principalmente o deslocamento de uma representação de mulher e sofrimento universal "norteado[12]" a partir de experiências localizadas em zonas de privilégio e hierarquizadas. Ou seja, seria uma proposta de acolher, a partir de teorias decoloniais e anti-imperialistas, as diversas vertentes de feminismos, deslocando a experiência de sofrimento localizada buscando dar atenção a outras experiências e suas diversidades (Robyn Spencer, 2024). Dessa forma, o feminismo transnacional tem como ponto de partida o feminismo interseccional, abordado a partir de um

[12] Teorias alicerçadas primordialmente no norte global, de maneira que desconsidera os panoramas ao sul do hemisfério (Chandra Mohanty, 2003).

contexto globalizado, virtualizado, e descentralizado, acolhendo aspectos contra-coloniais em sua compostura.

A perspectiva interseccional é central para o conceito do feminismo transnacional. Autoras como Kimberlé Crenshaw (1989) e bell hooks (1952/2022) argumentam que as experiências das mulheres são profundamente moldadas por suas posições dentro de outras estruturas de poder, como raça, classe, sexualidade e etnia. Essa iniciativa visa romper com a visão universalista do feminino, propondo uma abordagem mais inclusiva que reconheça a multiplicidade de maneiras de ser mulher no mundo (bell hooks, 1952/2022).

Pode-se dizer que o feminismo transnacional também se assemelha com propostas latino-americanas que tangem a compreensão oferecida por Maria Lugones (2008) quando elabora sobre a experiência de gênero e colonialidade como forma de abarcar diferentes experiências de mulheres em diferentes culturas. Segundo Maria Lugones (2008), a proposta decolonial de gênero prescinde enfatizar que a identidade feminina não é monolítica, mas, ao contrário, abrange uma vasta gama de experiências culturais, sociais, raciais, sexuais, de classe e de gênero.

Essa interseccionalidade, ao sugerir que a identidade de gênero deve ser entendida em conjunto com esses outros fatores, permitindo uma visão mais completa e complexa das realidades femininas, foi também abordada por Kimberlé Crenshaw (1989) quando propõe novos olhares a partir das vertentes do feminismo negro e foi incorporada nas perspectivas latino-americanas. Originalmente formulada por Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade descreve a forma como "as categorias sociais, como raça, gênero, classe e outras, não existem de forma isolada, mas se interseccionam de maneiras que criam experiências de opressão e privilégio únicas" (Kimberlé Crenshaw, 1989, p. 139).

Kimberlé Crenshaw (1989) destaca que a interseccionalidade não é simplesmente um meio de combinar múltiplas identidades; é um modo de análise que mostra como as estruturas de poder operam de forma simultânea e interligada para moldar as condições de vida das pessoas. Nesse sentido, a interseccionalidade permite identificar as dinâmicas de opressão e privilégio que não são capturadas apenas pelas categorias isoladas, mas que emergem das interações complexas.

A partir das ideias de Kimberlé Crenshaw (1989), Patrícia Hill Collins (2020) observa a interseccionalidade enquanto uma categoria de análise, segundo o que ela chama de “matriz de dominação”, onde sistemas como raça, classe e gênero constituem formas interligadas de poder que estruturam as relações sociais. Patrícia Hill Collins (2020) argumenta que essas

formas de opressão funcionam de maneira relacional e sustentam uma hierarquia social complexa que afeta diversos aspectos da vida dos indivíduos e dos grupos.

Assim, o feminismo transnacional é um movimento que, ao contrário do feminismo ocidental tradicional, muitas vezes de postura eurocêntrica e cisnormativa[13], busca entender como mulheres em diferentes partes do mundo experimentam e resistem à opressão de várias formas, dependendo de sua localização geográfica e cultural (bell hooks, 1952/2022). Isso porque, é frequente que o feminismo ocidental tradicional se pontue unicamente em pautas de confluência europeias e do hemisfério norte, no que tange as potências econômicas e culturais. Neste sentido, se pauta em uma perspectiva que superestima o acervo cultural e intelectual colonial, e subestima as produções ao sul global.

Entretanto, o feminismo transnacional vai além do feminismo global, e busca também criar intersecções que dizem respeito às próprias teorizações e movimentos feministas, principalmente ao sul global (Robyn Spencer, 2024). Esse mesmo feminismo que se embasa nas experiências e nos modelos de produção europeias – distantes das realidades e contextos sociais e históricos latinos – também é frequentemente marcado por outra normativa, a da experiencia de mulheres genéticas, que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento (cisgênero), e excluem experiencias de mulheres não genéticas.

Neste sentido, propõe analisar as estruturas de poder globais, como o capitalismo e imperialismo, assim como da globalização e o neocolonialismo, que constituem diferentes compreensões e experiências sobre os fenômenos. A análise das estruturas de poder globais como o capitalismo, o imperialismo, a globalização e o neocolonialismo demanda uma compreensão crítica das relações de dominação e dependência que moldam as experiências e visões de mundo de diferentes sociedades e populações.

O capitalismo é um sistema econômico e social caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela busca de lucro como principal motivador das relações de produção e troca. A grande força que exerce o sistema capital sobre a sociedade e cultura delimita a construção de camadas hierárquicas, que confluem para a delimitação de grupos dominantes (alto poder capital). É assim que se pode falar sobre imperialismo, pensando que o sistema capitalista foi constituído ao longo de um processo histórico marcado pela violência colonial,

[13] Esse mesmo feminismo que se embasa nas experiencias e nos modelos de produção europeias – distantes das realidades e contextos sociais e históricos latinos – também é frequentemente marcado por outra normativa, a da experiencia de mulheres genéticas, que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento (cisgênero), e excluem experiencias de mulheres não genéticas (Chandra Mohanty, 2003).

submissão e extermínio de alguns povos e suas culturas por agentes dominantes (hoje países desenvolvidos).

O imperialismo, enquanto prática de dominação política e econômica de uma nação sobre outra, evoluiu para o que se chama hoje de "neocolonialismo". Neste contexto, o domínio não ocorre pela força militar direta, mas pelo controle econômico e cultural exercido sobre os países dependentes (de terceiro mundo ou em desenvolvimento). Esse cenário se complexifica com a ampliação das redes de comunicação e interconexão entre países e os pólos globais, principalmente com a chegada da *internet,* assim estamos falando do fenômeno da globalização.

A globalização é frequentemente promovida como um fenômeno que conecta mercados e culturas. Entretanto, esse processo favorece a expansão do capitalismo neoliberal, que impõe a desregulamentação dos mercados, a flexibilização das leis trabalhistas e a privatização dos serviços públicos em diversos países. Enquanto o capitalismo global impulsiona a exploração econômica, a globalização difunde um modelo cultural e ideológico que normaliza essas desigualdades.

Esses fenômenos estão interligados e sustentam um sistema de poder que gera e perpetua desigualdades econômicas, políticas e culturais em escala global. Por isso, o feminismo transnacional defende uma perspectiva de solidariedade entre mulheres de forma a transcender fronteiras, porém de forma a deslocar o ponto de vista – e de fala – das correntes feministas que se ancoram em perspectivas clássicas (eurocentradas), dando enfoque para a experiência de tantas outras mulheres. Segundo o que propõe a autora Chandra Mohanty (2003), o movimento transnacional busca respeitar diferentes contextos, experiências e culturas.

Um dos pontos ápice do feminismo transnacional é o reconhecimento das diferentes formas de experiência em relação a ser mulher, reconhecendo que a experiência de ser mulher não é monolítica e que há uma necessidade imperativa de respeitar e dar visibilidade às identidades e experiências que não se encaixam nos moldes tradicionais ou normativos (Chandra Mohanty, 2003). Dessa forma, o movimento busca transcender barreiras corpóreas além de geográficas.

2.1.3 Processos de construção e transformação da identidade

Assim como nos pontua Judith Butler (2004), em relação aos diferentes papeis da mídia e da sociedade na produção e manutenção das normas de gênero e, por consequência influenciando a forma como sujeitos compreendem suas identidades, podemos compreender a

identidade como uma construção que se refaz continuamente, dependendo das circunstâncias e dos vínculos estabelecidos pelos sujeitos.

De acordo com o que propõe Wanderley Codo e Silvia Lane em sua obra O Homem em Movimento (2012), a identidade ocorre enquanto um processo dinâmico, relacional e em constante transformação. A partir da metáfora da metamorfose, os autores pontuam que a identidade não se traduz em uma essência fixa ou em um atributo estático, mas em um fenômeno que se constroi ao longo do tempo (temporalidade histórica e contextual) por meio das relações sociais e das interações com o mundo.

Pensando ainda no que nos aponta González-Rey (2004), essa interação se dá em espaços de subjetivação que são construídos e constituídos por sujeitos e suas relações, de maneira simbiótica, nao unilateral mas multi, onde espaços de subjetivação - que moldam identidades dos sujeitos - são construídos a partir de sujeitos e os moldam. Dessa forma, a identidade é compreendida como uma construção que se refaz continuamente, dependendo das circunstâncias e dos vínculos estabelecidos pelo sujeito.

Essa perspectiva dialoga ainda com as concepções do conceito de enculturação propostos por Margareth Mead (1971), a partir do momento que enfatiza-se a maneira fluida e indeterminada e indefinida dos processos de construção da identidade, sendo constituída em um processo de negociação simbólica com o outro e com as estruturas sociais.

Neste sentido, a identidade está sempre sujeita a transformações e reelaborações, sendo influenciada por fatores como a cultura, a história, a política, a subjetividade e espaços de subjetivação, etc.

É dessa maneira que podemos entender e situar transformações e construções identitárias de sujeitos: situadas em diferentes culturas e contextos que demonstram que a binaridade imposta pela hegemonia heternormativa não é universal. Assim, pensar processos de identidade significa situar-se, neste caso abordado pela pesquisa, dentro dos limites e demarcações espaço-temporais da sociedade ocidental judaico-cristã, onde a heteronormatividade opera como um dispositivo regulador de identidades, impondo um modelo binário de gênero e sexualidade, e a exclusão e marginalização dos sujeitos que fogem à norma.

Pensar a transexualidade neste contexto nos aponta que a identidade de mulheres trans está em constante negociação com as normas de gênero, assim como seus corpos (Berenice Bento, 2008). Assim, da mesma forma como Judith Butler nos propõe a pensar gênero, como uma característica fluida e performática, que permite que as normas sejam tanto contestadas quanto reproduzidas e reforçadas, a construção de processos de identidade ocorre de maneira

similar. Isso implica em uma ruptura quanto as perspectivas naturalizantes e essencialistas e biologizantes sobre as diferenças sobre sexo e genero.

Pensando performaticamente, onde gênero se constroi a partir de atos reiterados ao longo do tempo, repetidos e reforçados, cria-se a ilusão de uma identidade fixa e imutável, e portanto toma-se a subversão como algo abjeto. É nesse tensionamento que se cria e diferencia identidades, sendo a diferença fundamental para essa construção, pois é na alteridade da diferença, como nos pontua Wanderley Codo (2012), que se dá esse processo.

Apesar disso, as diferenças frequentemente podem ser utilizadas como mecanismos de exclusão, tendo em vista que o poder desempenha um papel central na definição e na regulação de identidades. Assim como nos aponta Stuart Hall (2014), identidades são construídas em um campo de disputa e reconstrução constantes, e por isso sua fluidez, dando-se de forma mutável, volátil.

Segundo o que nos elucida o autor, o processo de construção da identidade se dá em formação e transformação constantes, e sempre estruturado dentro da cultura e do discurso, sujeito a processos históricos e políticos. Essa construção, além de tudo, se dá em condições impostas e alicerçadas em relações de poder, que determinam quem pode falar e quem pode ser ouvido.

Neste sentido, a diferença, essencial para o processo de construção da identidade, aparece ainda como um dado incubido a uma hierarquia das estruturas de poder e, portanto, evidência e desencadeia processos de marginalização e exclusão. Entretanto, esses processos não se dão de maneira linear e há neste processo de alteridade e abjeção, processos de resistência e transformação.

2.2 Cibercultura e o lócus digital como contexto relacional e campo

Em relação a presente proposta, dado o contexto de estudo e interlocução com a virtualidade, não poderia deixar de incluir e discorrer ao longo de um processo tanto investigativo quanto exploratório acerca daquilo que hoje define-se como ciberespaço e cibercultura, pensando assim nas possíveis articulações relacionais no lócus digital. Neste sentido, vale recapitular ainda alguns pontos em relação à história da cibercultura e da criação da rede interconectada virtualmente, a *internet*, precursores do ciberespaço.

Primeiramente é preciso que seja feita uma distinção conceitual entre a virtualidade como cultura e como território relacional, ou lócus. Para tanto, de forma a pensarmos a

cibercultura como nicho de estudo e fenômeno social, é interessante delimitar e apresentar tais conceitos em relação aos quais e a partir dos quais o presente trabalho busca se orientar.

2.2.1 Tecendo a web: o fenômeno da cibercultura

Para que seja possível traçar ou delimitar um horizonte, no sentido de uma orientação conceitual acerca do lócus que alicerça este trabalho e ao qual dedica-se este capítulo como mencionado anteriormente, é preciso uma reflexão acerca do conceito sobre a cultura que permeia o ambiente virtual, a cibercultura.

Terry Eagleton e Roque Laraia, autores do campo da antropologia, história e linguística, buscam a construção conceitual do termo cultura a partir de uma recapitulação histórica e contextual. Etimologicamente falando, estudos do campo da linguística traçam um percurso sobre a compreensão e transformação da palavra cultura a partir do contexto social ocidental, que de acordo com alguns estudiosos têm origem no período feudal, e relaciona-se com a ideia de cultivo (Terry Eagleton, 1943). Ainda seguindo a perspectiva apresentada por Terry Eagleton (1943) no campo da linguística, é no período moderno e pós-moderno que Cultura assume a face cuja qual mais se aproxima de seu significado atualmente atribuído, moldado principalmente pelo campo da antropologia.

De forma a ilustrar melhor esta definição, e ainda em concomitância com mesmo autor, Terry Eagleton (1943) traz que, de acordo com o campo da antropologia, Cultura pode ser definida como o "Conjunto de conhecimentos, costumes, crenças e padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social". Ideia tal que se manifesta nas práticas sociais e no estabelecimento da norma social dada a partir do contexto histórico vigente.

Segundo o que aponta Roque Laraia (1986) de acordo com estudos antropológicos diversos, o comportamento humano depende de um aprendizado, conhecido pela antropologia cultural como enculturação. Essa definição, assim como a definição do termo e conceito Cultura, é fundamental pois, ao longo do tempo, nos deparamos com constantes produções de saberes e teorias que buscam justificar as diferenças, o comportamento e a organização social, com base em perspectivas naturalizantes/naturalistas, que buscam delimitar e comprovar a existência de características biológicas inatas (Roque Laraia, 1986). Esse tipo de vertente deu asas à teorias e práticas que reforçam, por exemplo, o machismo e a transfobia.

Segundo o que aponta Roque Laraia (1986), muitos predecessores das teorias da antropologia cultural buscavam delimitar o comportamento de grupos e civilizações com base

em sua localização geográfica, buscando apreensões espaciais, biológicas e materiais que alicerçassem tais teorias. Assim como estes, alguns buscaram estas manifestações com base nas diferenças físicas e biológicas, a partir dos caracteres sexuais, como nos aponta Margareth Mead (1971), em sua produção "Macho e fêmea: Um estudo dos sexos num mundo em transformação".

Margareth Mead (1971) foi uma das antropólogas que, a partir de diversos estudos etnográficos e uma longa carreira como antropóloga, traz apreensões quanto ao comportamento generificado. Para a autora, apesar das semelhanças biológicas, o comportamento humano se apresenta diferentemente para diversos povos e períodos históricos, de sorte que seus estudos desconstroem acepções fundacionistas e naturalistas, como da "natureza materna".

Segundo Margareth Mead (1971), mesmo comportamentos como de amamentação, tidos como inatos da fêmea, podem ser deslocados entre gêneros e sexos, podendo o homem assumir papel principal na dinâmica com os filhos. A transferência do seio para uma mamadeira na sociedade moderna exemplifica este processo de aprendizagem e enculturação, tendo em vista as possibilidades de flexão dos papeis sociais vide ação do homem sobre o mundo material e construção de seu espaço social e cultural. Esta vertente de pensamento oferecida pela antropologia cultural caminha em concomitância com as teorias de gênero que questionam as normas impostas, indo de encontro ao pensamento de Judith Butler (2016), que nos propõe gênero e sexo como categorias performáticas, da ordem simbólica e não natural.

Dessa forma, a partir desta liga que forma a teia cultural e que emergem as normas sociais, as quais estabelecem padrões sociais e comportamentais, definindo regras para práticas sociais aceitas como tais, ou renegadas; a partir da qual são estabelecidos e delimitados papeis sociais, e formadas hierarquias. Podemos pensar então, que é a partir da inserção de cultura como conceito-tema, no ambiente digital do ciberespaço, que consolidamos o que compreendemos enquanto cibercultura.

2.2.2 Contextualizando fenômenos: o Ciberespaço

Para que possamos compreender melhor a definição de cibercultura, é interessante retomar alguns pontos e apresentar de forma contextualizada o que se daria por ciberespaço. Apesar do conceito cultura sofrer diversas alterações em relação a sua compreensão e definição ao longo dos anos, como vimos anteriormente, no período contemporâneo adota-se uma espécie de consenso. Um destes consensos se dá a partir das linhas das humanidades e, principalmente, da antropologia, sobre sua característica relacional, contextual e de aprendizagem (Roque

Laraia, 1986). Entretanto, ainda neste período, visualizamos novos aspectos que contribuem e complexificam suas definições, e um desses elementos caracteriza-se pela observação do fenômeno no ambiente *online*, de forma desterritorializada.

Em 1958 o mundo humano experimentou uma das mais complexas e profundas transformações a partir do surgimento da *internet* (Amanda Silva, 2020). Numa trilha de um caminho sem volta, o departamento de Defesa dos Estados Unidos, no período da Guerra Fria, desenvolve o projeto de pesquisa *Arpanet*[14]*,* em 1969, responsável pela criação da rede interconectada de informações: a *internet*. Historiadores apontam que o plano inicial se relacionava às táticas bélicas e, após isso, se expande para o domínio educacional (Amanda Silva, 2020). É em decorrência desse fenômeno e da corrida tecnológica, assim como da expansão das múltiplas tecnologias de *software* e *hardware*, que observamos a fundação da indústria 4.0, marco da terceira revolução industrial.

Observa-se então, primeiramente, a migração em massa de dados e informações para este meio virtual, onde a *internet* começa a atuar como um grande banco de dados e são criadas as primeiras bibliotecas virtuais (Amanda Silva, 2020). Logo mais, à medida que o domínio das tecnologias chega ao público, e quando surgem os primeiros computadores e dispositivos com acesso à rede, a aplicabilidade de interconexão e comunicação se expandem e o grande nicho virtual começa a ganhar corpo.

A autora Silvana Monteiro (2007) define que o ciberespaço pode ser tido como uma matriz que conecta várias disciplinas e possibilita diversas relações de conexão entre sujeitos, e pode ser descrito como um espaço semiótico e desterritorializado, nômade, especializado e com constante produção de memória de maneira fluida (Silvana Monteiro, 2007). O termo ciberespaço, segundo o que historiadores e linguistas apontam, foi explorado pela primeira vez em obras ficcionais, e o primeiro registro histórico presente tem sido do autor William Gibson, criador da obra Neuromancer, que compartilha de diversos termos e concepções atualmente banalizadas e compartilhadas como naturais no meio *online*, presentes em suas obras em 1982.

Pierre Levy (1999) traz diversas dessas semelhanças ficcionais no desenvolvimento de suas obras a respeito do ciberespaço e da cibercultura, e designa a concepção de Gibson como um território fronteiriço e de dinâmica conflituosa e imaterial. A dimensão que Pierre Levy traz em relação a tais conceitos e sobre a virtualização da cultura se assemelha em grande parte ao que a autora Donna Haraway (1991) discute em relação ao humano-*cyborg*. Ambos os autores concordam nas diferentes maneiras de transmissão de conteúdo, conhecimento, aprendizagem

[14] Advanced Research Projects Agency Network, em português, Rede da Agência de Pesquisas em Projetos Avançados.

e relação de simbiose estabelecidas através da crescente interação entre humanos e máquinas na rede virtual interconectada, a *internet*. Segundo Levy (1999), a ascensão das tecnologias e da virtualidade através da informática está transformando constantemente as práticas sociais e culturais, e promovendo ainda novas práticas e, dessa forma, contribui para fixação de novas representações sociais e coletivas.

Considerando a proposta de Donna Haraway (1991) sobre a transformação humana em *cyborg*, que descreve uma fusão do corpo humano com a máquina em uma relação de codependência, e levando em conta as funcionalidades e demandas do espaço tecnológico contemporâneo, é possível observar a relação entre homem e máquina como um processo de simbiose. Nesse processo, novas tecnologias e sistemas revelam um cenário no qual o corpo humano torna-se progressivamente subordinado às máquinas e à imaterialidade deste ambiente *online*.

É nessa imaterialidade, concebida através da construção e conexão de *hardwares*, que se organiza o ciberespaço, como um novo universo, abstrato e imaterial, de mudanças constantes, fluidez imensurável, e uma nova relação espaço-temporal que desafia as noções tradicionais de memória, onde dominam a desterritorialização, os deslocamentos constantes, a comunicação "sem fronteiras", inaugurando novos conceitos de memória, relação e espaço. Para Pierre Levy (1999), o ciberespaço pode ser visto como uma nova matriz de conexões e relações interpessoais, tornando o espaço de criação da cibercultura como uma nova maneira de se fazer cultura. O ciberespaço, como lugar abstrato e imaterial, é onde hoje nos relacionamos, realizamos trocas econômicas, comerciais, informacionais, etc. e onde são estabelecidas novas práticas afetivas e novos agenciamentos cognitivos, sobretudo experiências simbólicas (Silvana Monteiro, 2007).

Entretanto, Silvana Monteiro (2007) nos alerta que não se deve confundir ciberespaço com *internet*, ou com a *web* em si. Apesar de que a *web* seria o principal construto do ciberespaço, a *internet* seria o que define e possibilita a base operacional do ciberespaço, ou seja, o que veicula essas transições e criações espaciais, interrelacionais, culturais e digitais. Essas estruturas que configuram e consolidam o ciberespaço fazem com que a compreensão de ciberespaço seja mais ampla e ascendente à *web* e à *internet*.

A relação entre a cibercultura e os ambientes virtuais *online* estabelece uma convergência onde a sociedade transforma e é transformada continuamente pela digitalização (Silvana Monteiro, 2007). Portanto, as mídias sociais tornaram-se um importante lócus para a mobilização e fortalecimento de grupos minoritários, como é o caso do ativismo cibernético de mulheres trans, ou ciberativismo. Nesse contexto, observa-se que, diante das crescentes

demandas por visibilidade e igualdade de direitos, as mulheres trans têm encontrado nas plataformas digitais um espaço favorável para a organização de suas lutas e reivindicações (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021).

2.3 Ciber-Violências e resistências

O ciberativismo, quanto à prática e terminologia, surge como movimento ativista *online* a partir da propulsão da *internet* nos meados dos anos 90, principalmente através da grande revolta Zapatista em 1994 no México (Eliane Queiroz, 2017). Entretanto, a autora ainda pontua que seu uso se tornou popular e ganhou mais força com a Primavera Árabe, ao final de 2010, construindo o cenário de mobilização política e social a partir das tecnologias virtuais. Para a autora, o ciberativismo utiliza a *internet* e as plataformas digitais como as redes sociais para a organização política e/ou social a partir da mobilização e organização de sujeitos em detrimento de causas e pautas sociais diversas.

O ciberfeminismo, por exemplo, é uma forma de ativismo que se realiza no ambiente digital, utilizando plataformas de mídia social como ferramentas para organização, mobilização e resistência (Ingradi Fonseca & Fernando Cardoso, 2018). Para as autoras, através da *internet* os grupos de minorias sociais e de militância relacionados às pautas de gênero, tem conseguido angariar maior alcance, e os movimentos feministas de rua migram agora ao meio digital. Segundo as mesmas autoras, muitas dessas lutas se dão através do aglutinamento de indivíduos contra a práticas sexistas, resultando em um movimento de resistência contra práticas violentas e opressoras que ocorrem e circulam dentro e fora do ciberespaço.

Ativistas elegem cada vez mais o ciberespaço como lugar de luta e de reivindicação de direitos, através da disseminação de informações, ações e discursos que combatem atitudes e comportamentos sexistas. Isso acontece, por exemplo, a partir do compartilhamento em massa de imagens, posts, e notícias que circulam em alta velocidade e permitem a criação de espaços públicos sem a necessidade de uma manutenção formal hierarquizada (Eliane Queiroz, 2017).

Ingradi Fonseca e Fernando Cardoso (2018), através de seus estudos sobre os ciberativismos e ciberfeminismos, pontuam que essa modalidade de ativismo permite uma rápida disseminação de informações e a formação de redes de apoio e solidariedade entre ativistas de diferentes localidades, transcendendo as barreiras geográficas. Da mesma maneira, o feminismo contemporâneo, em sua constante desconstrução e transformação a partir de pluralidades, tem incorporado essas novas frentes para ampliar seu alcance e impacto (Leticia Nascimento, 2002).

O feminismo contemporâneo se expandiu para incluir diversas perspectivas, particularmente por meio do ciberativismo e do transfeminismo. Esses movimentos utilizam plataformas de mídia social para organizar, mobilizar e resistir, levando a uma maior diversidade e poder no ativismo *online* e *offline* (Maria Cruz & Ana Nascimento, 2021; Nascimento & Cruz, 2021). O transfeminismo inserido nas pautas do feminismo contemporâneo, por sua vez, traz uma perspectiva crítica sobre as questões de gênero, focando na inclusão e nos direitos das pessoas trans e na interseccionalidade com outras lutas sociais, contra o racismo e a desigualdade de classe (Leticia Nacimento, 2002).

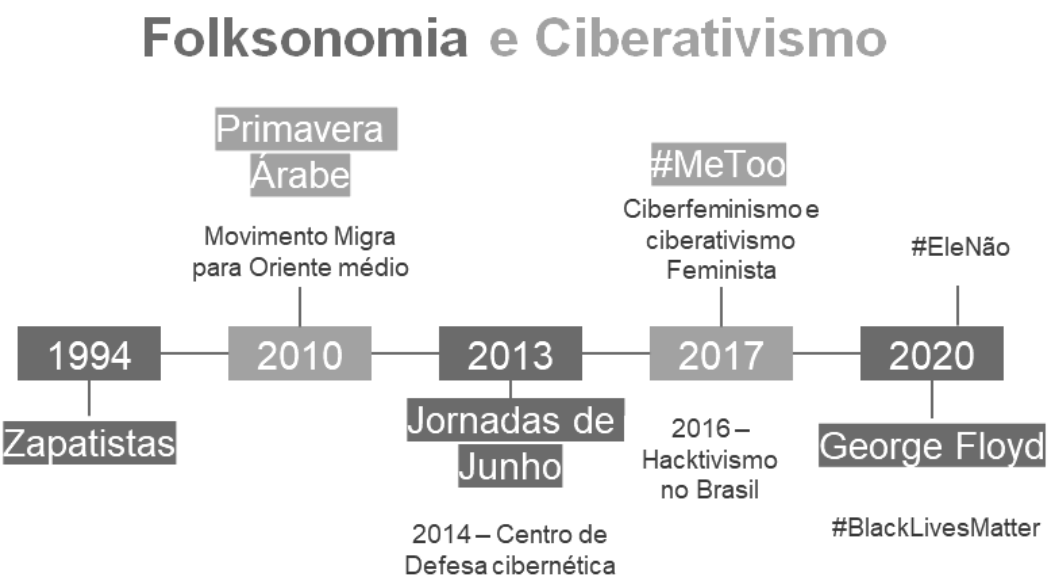
A utilização de *hashtags* como forma de engajamento e identificação na luta política demonstra como o ciberativismo tem transformado as formas tradicionais de resistência e engajamento político. Elas funcionam como pontos de encontro virtual para comunidades, e por vezes permitem que vozes que foram historicamente silenciadas encontrem um espaço de articulação, apoio mútuo e visibilidade.

Uma das formas onde o ciberativismo se apresenta esta imbuída na *folksonomia*, pois ambas compartilham de características fundamentais de colaboração e compartilhamento de informações de maneira coletiva em ambientes *online*. Enquanto o ciberativismo se refere ao ativismo realizado em ambientes *online* a partir da agregação de indivíduos e grupos por meio das tecnologias, a *folksonomia* com o uso das *tags* contribui para esse processamento, permitindo que as informações sobre causas e movimentos sejam facilmente agregadas, disseminadas e encontradas (Juliana Assis & Maria Moura, 2013).

Abaixo segue-se a relação histórica da *Folksonomia* e do Ciberativismo, apresentando alguns dos principais marcadores da linguagem das *tags* utilizados para o ciberativismo, em uma linha do tempo.

Figura 01

Folksonomia e Ciberativismo - Linha do tempo



Por exemplo, o uso de *hashtags* em redes sociais para campanhas de ciberativismo, como "*#BlackLivesMatter"* ou "*#MeToo"*, é uma manifestação da *folksonomia* aplicada ao ciberativismo, ajudando a agrupar e dar visibilidade a conteúdos relacionados. A *folksonomia* oferece ferramentas que potencializam a comunicação e agregação de conteúdos em torno de temas específicos (Juliana Assis & Maria Moura, 2013).

Portanto, quando ativistas adotam *tags* específicas para campanhas, essas *tags* se tornam um ponto de convergência, permitindo que informações, recursos e vozes sejam amplificados dentro de um movimento. Isso pode ser observado, em relação ao tema da atual pesquisa, na utilização das *hashtags* para a mobilização e atenção para os movimentos e causas sociais relacionados a causa trans, como o #TransResiste e *#TransLivesMatter*.

A utilização de *hashtags* como "#TransResiste" e "#TransLivesMatter" mobilizou milhares de pessoas, criando redes de engajamento que não apenas denunciam a transfobia, mas também geram campanhas de mobilização política (figura 2 a 4). Essas ações exemplificam como o transfeminismo e o ciberativismo se encontram, potencializando a luta por visibilidade, inclusão e justiça social em múltiplas frentes. Dessa maneira, comunidades *online* se formam em torno dessas *tags*, promovendo discussões, troca de experiências e coordenação de ações.

Alguns exemplos de ciberativismo e movimentos de ciberativistas *online* podem ser encontrados a partir dessas *hashtags*, graças a *folksonomia*. Uma das características mais notáveis do ciberativismo é a capacidade de mobilizar rapidamente grandes grupos de pessoas em torno de uma causa (Eliane Queiroz, 2017). A *folksonomia* contribui para essa mobilização ao permitir que informações, artigos, vídeos e outros conteúdos relacionados ao ativismo sejam

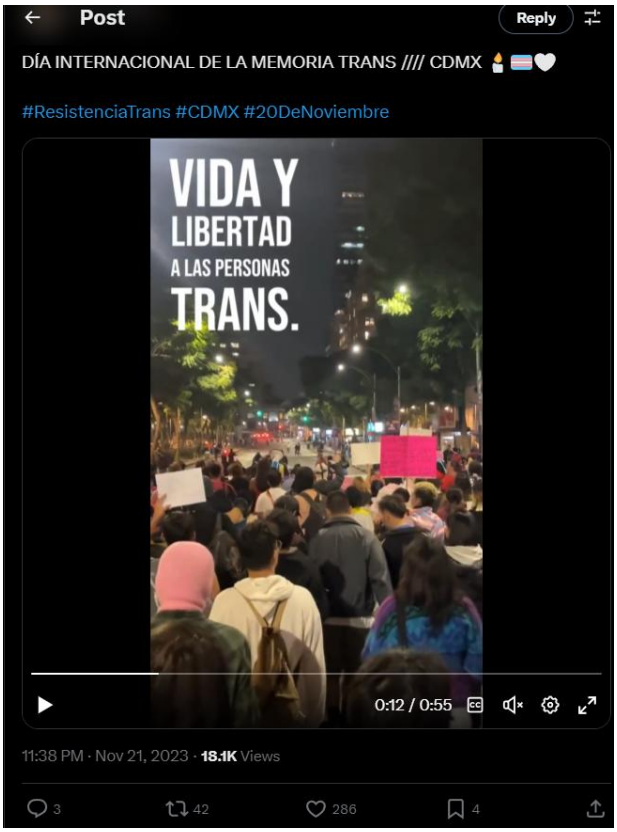
organizados e compartilhados de forma simples e eficiente, facilitando a descoberta e engajamento de novas audiências (Juliana Assis & Maria Moura, 2013).

No contexto do ciberativismo, as *tags* podem simbolizar reivindicações, expressar solidariedade ou formar identidades digitais para uma luta específica, influenciando como a causa é percebida e propagada, ou para a organização de movimentos políticos através do contexto *online*, como é o caso da "#ResistenciaTrans" e do "*#20DeNoviembre*", que são tanto parte de comunidades *online* que realizam compartilhamento de informações e auxiliam na movimentação da organização de ativismos, quanto uma *tag* de reconhecimento e engajamento para com as causas em pauta.

Abaixo segue um exemplo de como o ciberativismo pode ser articulado a partir da *folksonomia*, apresentando-se de diversas formas – tanto como a partir do compartilhamento de informações, da mobilização, e do compartilhamento e organização de eventos ao vivo em meio *online*. Nesse caso, o dia internacional da memória trans (20 de novembro), mobiliza a comunidade e, por meio de vias *online*, organizaram-se passeatas e manifestações ativistas de movimentos trans ao redor do mundo, os quais foram também compartilhados por meio de várias comunidades, gerando maior agregação e mobilização em relação ao evento.

Figura 2

Compartilhamento e mobilização da #ResistenciaTrans e #20DeNovembro



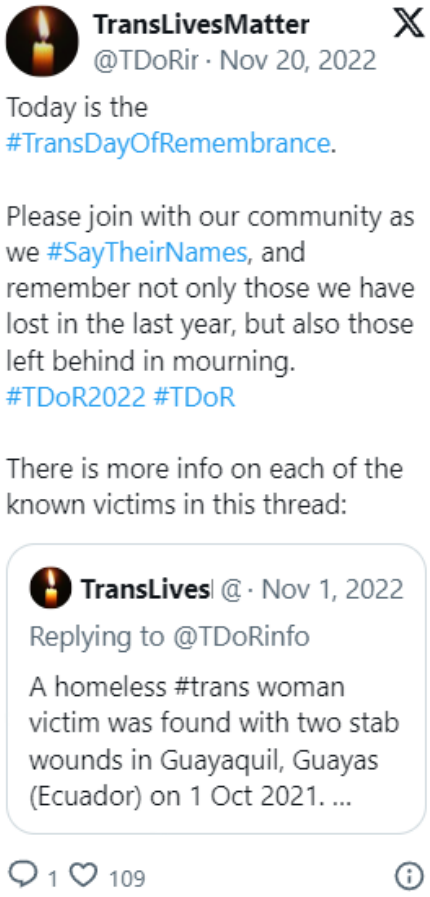
Fonte: @TransResiste – recuperado de X (2024)

Durante campanhas de ciberativismo, como em protestos contra mudanças climáticas ou movimentos de direitos civis, as *tags* se tornam mecanismos de coesão para conectar informações e ampliar a conscientização. A *folksonomia* e o ciberativismo se interligam ao potencializar a capacidade de engajamento social, organização e visibilidade em espaços digitais, promovendo causas de maneira dinâmica e participativa.

Outro exemplo onde a *folksonomia* se associa ao ciberativismo é a do movimento *TransLiverMatter*, que além de uma *hashtag*, é também uma comunidade *online* que realiza o mapeamento e a agregação da memória de pessoas trans falecidas. Assim, além de interação quanto a causas relacionadas às vidas trans e pessoas trans por meio do uso amplo da *hashtag* na plataforma X e no *Instagram*, há também a concentração de uma organização maior que consta com o mapeamento e a oferta de suporte para pessoas trans a partir do *website* "*translivesmatter.info*";

Figura 3

Uso da Hashtag #TransLivesMatter pela página da organização oficial

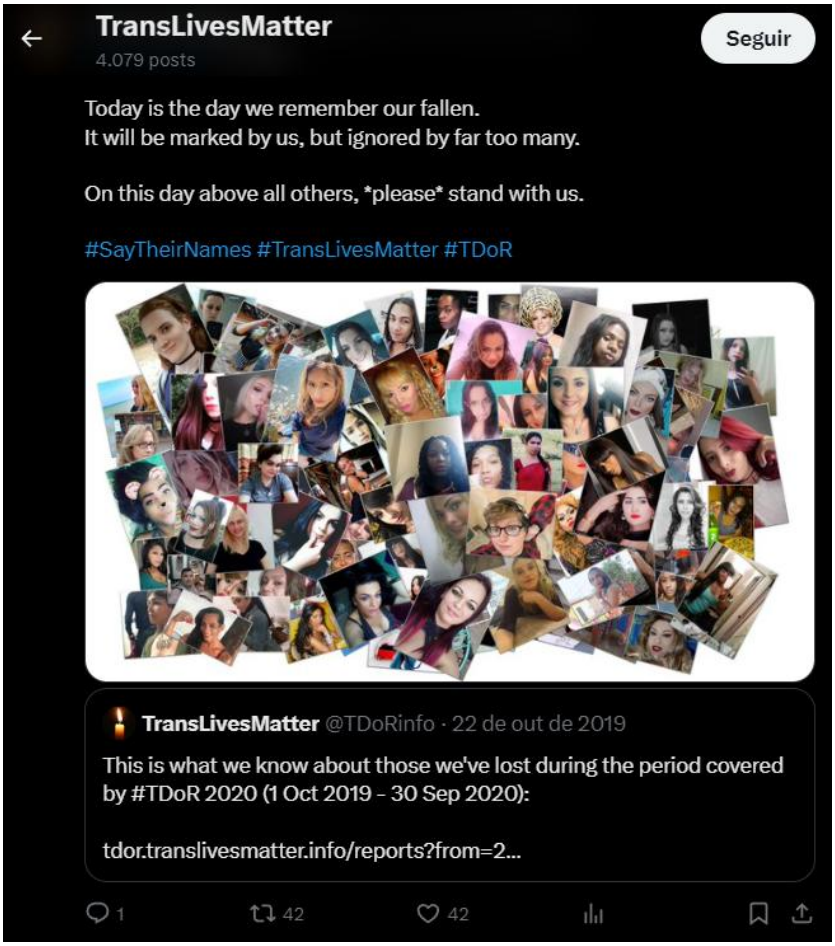


Fonte: @TDoRir (TransLivesMatter) – recuperado de X (2024)

Nesse exemplo, a página atua em diferentes formas de ciberativismo: pelo compartilhamento e notificação de mortes de pessoas trans, através da *folksonomia*, e na organização e compartilhamento de passeatas e movimentos. A seguir, consta um exemplo de ciberativismo a partir do apelo por solidariedade pela vida de pessoas trans assassinadas entre 2019 a 2020, notificação realizada pela organização *TransLivesMatter*, utilizando também da linguagem da *folksonomia* e incluindo a *tag* "*#SayTheirNames"*, outra corrente classificatória de ciberativismo por meio da *folksonomia*. Nestas postagens, o grupo coordena uma passeata em celebração das vidas perdidas pela violência e transfobia.

Figura 4

Publicação de divulgação a partir da hashtag e pela página TransLivesMatter



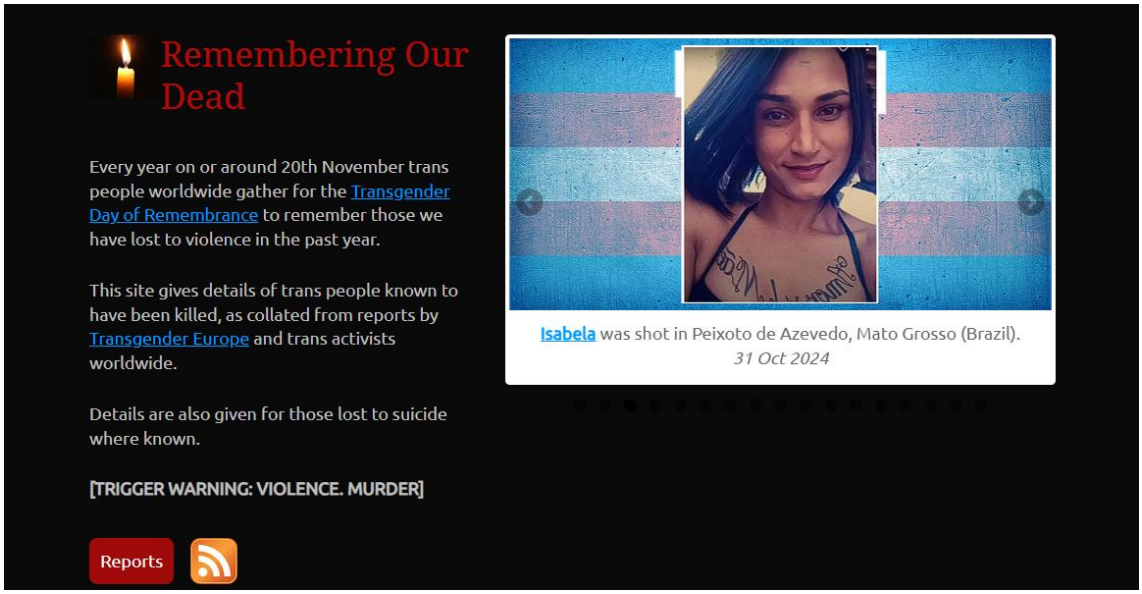
Fonte: @TDoRir (TransLivesMatter) – recuperado de X (2024)

Essa mesma página conta com exemplos de diferentes formas de ativismo, como relatado anteriormente. Outra forma de ativismo que se manifesta a partir dessa comunidade é o ativismo realizado pela organização online de passeatas e manifestações em locais públicos, e na organização de eventos semelhantes. Essa comunidade, como exemplo, também realiza ativismo online por meio do *website* e *blog*, enquanto centro de apoio à pessoas trans, e no levantamento de dados e notificação de assassinatos.

A seguir uma postagem no *website*, compartilhada também nas redes sociais, da chamada para as manifestações em memória das vidas perdidas pela transfobia.

Figura **5**

Publicação site TransLivesMatter – relembrando as nossas perdas



Fonte: tdor.translivesmatter.info (2024)

2.3.1 “leis de possibilidade” e “regras de existência”

Pensar em violências implica, muitas vezes, a necessidade de pensarmos processos de resistência. Mesmo que apresentemos tais violências apenas através de denúncias, a denúncia por si mesma representa um processo de resistência, ou seja, a problematização da violência ou mesmo a denúncia indireta são também formas de ativismo e resistência. Isso porque podemos considerar que o silêncio pode também se configurar como uma forma de resistência e ativismo político. Portanto, como maneira de analisar os processos psicossociais envolvidos nos tensionamentos entre ciber-violências e ciberativismo, assim como várias formas de ciber-violências podemos demarcar tantas quantas formas de resistência e ciberativismo.

Uma forma comum de ciber-violência no nicho citado se encontra na normativa de gênero presente de maneira marcante no meio, compondo uma sociedade heteronormativa. Essa regra é reflexo e reafirmação de uma sociedade que internaliza, reforça e delimita possibilidades de existência aceitáveis, vidas passíveis de existir, existências permissíveis de visibilidade, representatividade e pertença.

Judith Butler (2016) afirma, trazendo aqui seus vínculos com Michel Foucault, que normas são exercidas, internalizadas e reforçadas a partir de práticas sociais e discursivas, que delimitam narrativas de gênero dominantes. A partir de práticas culturais, são delimitadas regras de existência e leis de possibilidade, implicadas nas diversas esferas e instituições

sociais. Neste sentido, qualquer existência que transgrida a norma, pode ser tida como subversão.

Ainda de acordo com a autora (2016), a desconstrução e a reconfiguração de normas de gênero desafiam as regras de existência e leis impostas, a partir da contestação dessas leis. Ela delimita essa contestação como práticas de desobediência e insurgência, que subvertem as normas existentes, configurando um processo ativo de resistência circunscrito no próprio ato de existir.

O transfeminismo emerge como forma de resistência às normas de gênero cisnormativas, a partir do momento que confronta diretamente as hierarquias que sustentam a opressão e marginalização das mulheres trans e travestis (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019). Ao desafiar a cisnormatividade, a invisibilidade e a sujeição dos corpos trans, o transfeminismo propõe uma crítica incisiva às dicotomias estabelecidas, tais como homem/mulher e natureza/cultura, que estruturam as relações de poder na sociedade (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019).

Esta abordagem vai além da desconstrução das normas binárias, e também enfatiza a necessidade de desmantelar as estruturas de poder que sustentam a marginalização das identidades que contestam a heteronormatividade (Berenice Bento, 2008). Segundo a mesma autora, ser uma mulher trans (enquanto existir) seria uma forma de resistência por si só, pois pontua que, ser uma mulher trans:

> É lutar cotidianamente contra as imposições normativas da sociedade que insiste em restringir as possibilidades de existir fora do binário de gênero. A mulher trans desafia a lógica cisnormativa, afirmando sua identidade contra uma estrutura que constantemente a marginaliza. (Berenice Bento, 2008, p. 45)

Apesar do crescente reconhecimento global dado pelas vias midiáticas e pelo ciberespaço (K.J. Rawson, 2014), o transfeminismo permanece sub-representado no discurso acadêmico e nas pautas levantadas pelas teorias de gênero, pois é muitas vezes marginalizado pelas correntes feministas tradicionais que falham em incorporar plenamente as perspectivas trans em suas análises (Thomas Cardoso, 2022). Para a autora, ao adotar uma postura crítica frente ao feminismo *mainstream*, que frequentemente opera sob uma lógica universalista, o transfeminismo reivindica a centralidade dos saberes e vivências não hegemônicos, propondo

uma reestruturação epistemológica que reconheça a pluralidade das experiências femininas e trans (Thomas Cardoso, 2022).

O transfeminismo composto junto às perspectivas feministas plurais, mais características do feminismo contemporâneo, se alicerça em uma perspectiva interseccional, reconhecendo a interligação entre gênero, raça, sexualidade, classe e outros marcadores de identidade, e como essas interseções moldam as experiências de opressão e resistência (Maria Cruz & Ana Nascimento, 2021). O transfeminismo, dessa forma, se configura como um movimento de resistência dentro do próprio movimento feminista, e constrói o ciberativismo nestes mesmos pilares. O ciberativismo de mulheres trans aparece como parte integrante de um movimento de resistência que desafia as estruturas de vigilância digital e a cis-heteronormatividade (Thomas Cardoso, 2022).

2.3.2 Processos de (r)existência

A resistência no ciberespaço, especialmente dentro das dinâmicas do ciberativismo, pode ser compreendida a partir de conceitos que exploram a formação de subjetividades, a construção social da realidade e a resistência frente à poderes opressores, tal como evidenciado nas estratégias de resistência durante as lutas que reivindicam a igualdade de direitos e o reconhecimento, por movimentos sociais minoritários. Assim como as passeatas de rua serviram como instrumento de coesão e resistência para as mulheres do movimento feminista e LGBTQIA+, o ciberespaço atua como um palco onde indivíduos e grupos se organizam, resistem e contestam narrativas dominantes. As redes sociais, como um espaço de disputa (Ingrid Gianordoli-Nascimento, et al; 2013) oferecem aos ciberativistas um meio de formar subjetividades e questionar as estruturas de poder, similar ao papel desempenhado pela mídia tradicional e pelas passeatas nas ruas em contextos de opressão.

No ciberespaço, a resistência se manifesta através da criação de discursos alternativos que desafiam a ordem estabelecida pelas autoridades e instituições hegemônicas. Essas plataformas de redes sociais permitem que vozes marginalizadas, frequentemente silenciadas em outros contextos, encontrem espaços para serem ouvidas, contribuindo para a construção de novas realidades sociais (Maria Cruz & Ana Nascimento, 2021).

A construção social da realidade no ciberespaço reflete os processos descritos pelo Construcionismo Social, onde a realidade não é dada *a priori*, mas é continuamente produzida e reconstruída por meio de sentidos compartilhados (Ingrid Gianordoli-Nascimento, et al; 2013). No ciberativismo, esta construção é dinâmica e multifacetada, com diferentes grupos

oferecendo narrativas concorrentes sobre eventos sociais, políticos e culturais, desafiando as versões "oficiais" e criando, assim como em movimentos de contracultura, uma "rede de discursos parciais, com seus atritos, pontos de contato e independências" (p. 36).

No contexto do ciberespaço, a resistência se dá através da criação de comunidades virtuais que fornecem suporte emocional, organizam protestos, e disseminam informações que desafiam o *status quo*. A dinâmica do ciberativismo também se apresenta de maneira auspiciosa já que, o espaço das redes sociais tem sido um meio de expressividade e produção cultural, onde corpos dissidentes ganham lugar e despertam olhares (Maria Cruz & Ana Nascimento, 2021).

Neste cenário, o ciberespaço se torna um campo de poder onde a "produção historiográfica e a própria constituição da memória" são constantemente transformadas e renovadas, desafiando as narrativas dominantes e legitimando novas formas de verdade e identidade coletiva (Ingrid Gianordoli-Nascimento et al., 2013, pp. 36). A resistência no ciberespaço, portanto, representa uma continuidade das estratégias históricas de resistência, adaptadas para um novo contexto tecnológico e social.

3.OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

Identificar e analisar a produção científica brasileira publicada no período de 2014-2024 na forma de artigos científicos sobre o ativismo de mulheres trans no contexto do ciberespaço/cibercultura.

3.2 Objetivos específicos da pesquisa

(1) Identificar os descritores relacionados a mulheres trans e ao ciberativismo,
(2) Identificar e descrever os Eixos temáticos predominantes e perspectivas teóricas nos estudos selecionados
(3) Identificar as propostas metodológicas/ interventivas presentes na produção acadêmica.
(4) Identificar as contribuições presentes na produção acadêmica que favorecem o desenvolvimento político-social do ciberativismo para as mulheres Trans

4. PROCESSO METODOLÓGICO

O presente estudo trata-se de uma investigação embasada na revisão sistematizada de literatura, método que permitiu analisar a produção acadêmica brasileira sobre o tema na última década (2014-2024). Esta abordagem metodológica atrelada à análise temática construcionista é especialmente relevante ao considerar a relação entre cultura, modernidade e subjetividade, articulando o contexto das tecnologias digitais com os modos de produção de resistência e agência de mulheres trans no ambiente *online*.

Segundo as autoras Virginia Braun e Victoria Clark (2006), a análise temática pode ser compreendida em três categorias distintas, sendo elas (1)Construcionista, (2)realista, e (3)contextualista. Enquanto a análise realista busca analisar aspectos individuais, subjetivos e concretos do microcosmo, a análise construcionista tem seu foco voltado para os eventos e seus sentidos na sociedade, de maneira mais abrangente compondo o macrocosmo.

Já a análise contextualista se dá pela junção de ambas as abordagens, compreendendo tanto o contexto amplo (aspectos sócio-culturais) quanto os aspectos subjetivos e individuais, promovendo uma análise que leva em conta aspectos espaço-temporais. O presente estudo alicerça-se na perspectiva construcionista da análise temática, uma vez que busca analisar temas e eventos propostos em estudos diferentes, buscando compreender seus diferentes sentidos e significados atribuídos socialmente, se abstendo da investigação de experiências individuais, como é o caso das entrevistas.

A escolha por explorar nichos do ciberespaço como campos de subjetivação está fundamentada na compreensão de que a cibercultura tem desempenhado um papel central na formação de identidades contemporâneas. No caso das mulheres trans, as redes sociais e plataformas digitais emergem como espaços de visibilidade, organização política e construção de narrativas que desafiam tanto a violência estrutural quanto a invisibilidade histórica imposta por sistemas normativos de gênero (K.J. Rawson, 2014). O ciberativismo, nesse contexto, configura-se como um importante vetor de resistência social, configurando uma arena na qual as mulheres trans não apenas denunciam a transfobia e a violência institucional, mas também elaboram novos modos de existir e resistir – (re)existir.

Assim, a revisão sistematizada proposta buscou contribuir não apenas para o mapeamento do conhecimento produzido sobre o tema, mas também para a compreensão do ciberativismo como processo de resistência e subjetivação. Em uma sociedade marcada pela exclusão e violência contra corpos dissidentes, o ciberespaço emerge como um território de

disputa simbólica e política, no qual mulheres trans constroem narrativas contra-hegemônicas, desafiando as estruturas normativas que sustentam a transfobia e outras formas de opressão.

Considerando que o foco do presente trabalho é investigar os espaços de subjetivação na sociedade contemporânea, especialmente aqueles presentes no ciberespaço, a revisão sistematizada de literatura apresenta-se como uma metodologia eficaz para compreender como as pesquisas sobre o tema abordam a compreensão das dinâmicas no ciberativismo de mulheres trans.

A revisão sistematizada de estudos e pesquisas previamente conduzidos em ambiente digital pode oferecer *insights* valiosos sobre como esses espaços influenciam os processos de construção de identidade de gênero e as experiências de violência e resistência enfrentadas pelas mulheres trans no ciberespaço. Essa abordagem permite identificar tanto práticas e linguagens do ciberativismo trans quanto estratégias de enfrentamento e (re)construção identitária que se desenvolvem nesses contextos. Além disso, contribui para mapear as redes de solidariedade e apoio que facilitam a formação de comunidades digitais em torno de causas e experiências compartilhadas.

Realizou-se uma pesquisa exploratória a partir de uma revisão sistematizada da literatura, amparando-se em uma análise temática dos estudos – em sua totalidade oriundos de pesquisas qualitativas. A análise temática de pesquisas qualitativas nos permite conhecer diversos dos fenômenos em relação aos quais tangem o ciberativismo de mulheres trans de maneira holística (Catherine Riessman, 2008).

Como característica da revisão sistematizada, a pesquisa segue critérios de inclusão bem definidos, como a seleção de artigos científicos publicados em português entre 2014 e 2024, que discutem o ciberativismo com foco específico em mulheres trans, utilizando abordagens qualitativas como entrevistas, análises de conteúdo ou etnografias, etc. Foram excluídos estudos que não envolvem o ambiente *online*, que não tenham acesso disponível ou que abordem outras populações ou contextos.

A análise da literatura foi conduzida em duas etapas complementares. Inicialmente, realizou-se um levantamento sociométrico para mapear os artigos selecionados conforme suas características formais, como ano de publicação, principais centros de estudo, áreas de conhecimento envolvidas e métodos utilizados. Essa análise sociométrica permite desvelar tendências e lacunas na produção acadêmica sobre o ciberativismo de mulheres trans, fornecendo um panorama inicial da visibilidade do tema e de sua inserção em diferentes campos do conhecimento.

Posteriormente, os estudos elegíveis foram submetidos a uma análise temática para identificar e sistematizar os principais temas e perspectivas teóricas presentes na literatura. A análise temática constitui uma estratégia metodológica apropriada para organizar as proposições centrais dos estudos, permitindo descrever as dinâmicas de violência, resistência e subjetivação que atravessam o ciberativismo de mulheres trans. Esta etapa analítica foi orientada pelos objetivos específicos da pesquisa, quais sejam: (1) identificar os descritores relacionados a mulheres trans e ao ciberativismo, (2) descrever os temas predominantes e perspectivas teóricas nos estudos selecionados e (3) sistematizar as proposições políticas, metodológicas e interventivas presentes na produção acadêmica.

Esta estratégia oferece flexibilidade através da compreensão contextual em relação aos resultados, além de permitir que sejam identificados padrões, formas ou tendências (Catherine Riessman, 2008). Da mesma maneira, Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) descrevem que a análise temática pode ser uma forma flexível que permite a identificação de temas e padrões a partir da organização dos dados angariados em estudos que buscam mapear e sintetizar dados de maneira sistêmica.

A revisão de literatura utilizou como escopo o ativismo em meio virtual dos grupos de mulheres trans, visando discutir questões como conflitos de gênero, diversidade, resistência e violência no ambiente digital. Procura-se desenvolver, através da revisão sistematizada, uma ampla base de informações sobre as quais seja possível se debruçar para construir uma pesquisa a partir de diferentes perspectivas do campo de estudo, por meio da organização e comparação de dados produzidos academicamente acerca do tema.

Assim, a escolha pela revisão sistematizada de cunho exploratório se justifica pela necessidade de uma abordagem abrangente que permita integrar a produção de conhecimento de diversos estudos qualitativos, proporcionando uma compreensão aprofundada e complexa do fenômeno estudado.

De acordo com a literatura, revisões sistematizadas são semelhantes às sistemáticas e compartilham algumas características (Maria Grant, 2009). Isso porque são métodos de pesquisa robustos e abrangentes que buscam realizar uma síntese de diferentes resultados que sejam relevantes sobre um tema, sem dispensar uma análise crítica e rigorosa da bibliografia já publicada (Thaís Galvão; Mauricio Pereira, 2014). Para Denyer Tranfield e Smart (2003), a revisão sistemática se dá por meio da identificação de padrões e possíveis lacunas no campo, fornecendo assim uma visão holística do fenômeno. Segundo os autores, o primeiro passo para a realização da metodologia proposta é a definição do tema da pesquisa, seguindo-se critérios de busca e seleção de artigos a partir de descritores coerentes.

Já a revisão sistematizada, que se origina a partir de aspectos oferecidos pela revisão sistemática supracitados, se baseia em escopo menor de base de dados e de tempo, e não se afinca a todos os requisitos de uma revisão sistemática (Maria Grant, 2009). Segundo Maria Grant (2009) a revisão sistematizada requer uma organização e registros minuciosos dos caminhos trilhados na pesquisa ao longo do levantamento de dados, já que visa a possibilidade de réplica do estudo.

Após a seleção, os estudos foram organizados e analisados a partir de uma ficha de coleta de dados dos artigos, com algumas das seguintes categorias: ano de publicação, objetivo(s), metodologia, principais resultados e conclusões (Anexo C). Posteriormente, realizou-se uma síntese dos resultados, buscando identificar padrões, tendências, lacunas e contribuições dos estudos para a compreensão do ciberativismo de mulheres trans no Brasil e seus desdobramentos socioculturais.

4.1 Critérios de pesquisa e organização de dados

Após a identificação do tema proposto, o ciberativismo de mulheres trans, inserido no problema e objetivo de pesquisa, delimitou-se o foco da síntese que serve como ponto de partida para o segundo passo: a seleção de estudos pertinentes sobre o tema a partir de marcadores descritivos e critérios de inclusão e exclusão. A pesquisa envolveu a seleção inicial de 35 possíveis artigos identificados, com análise de dados feita por meio de uma abordagem temática. Os estudos selecionados foram sintetizados com foco em temas recorrentes como "resistência identitária", "representação e identidade de gênero", “ciberativismo trans” e "dinâmicas de poder", enquanto elementos centrais no corpo do artigo.

4.1.1 Bases de dados e Descritores

Realizou-se uma busca inicial em bases de dados, como o portal da Capes, FGV, LILACS e Scielo, e em ferramentas de busca, como Google Acadêmico e Semantic Scholar, a princípio como forma de se ampliar o índice de resultados de busca, tendo em vista a baixa gama de resultados para o tema. Utilizou-se os seguintes descritores: (mulheres trans) AND (cyberativismo) OR (ciberativismo) OR (mulheres transsexuais) OR (mulher transgênero) OR (transfeminismo).

A seleção dessas bases de dados e ferramentas de pesquisa foi realizada de forma a equilibrar o rigor acadêmico à abrangência na busca por publicações, garantindo que a presente pesquisa contemplasse estudos de diferentes áreas, metodologias e contextos. Enquanto bases como o portal da Capes, Scielo, Lilacs e a FGV fornecem pesquisas indexadas e revisadas por pares, tornando-os repositórios confiáveis, o Google Academico e o Semantic Scholar ampliam o escopo de busca ao incluir literatura cinzenta e artigos de difícil localização, publicados em anais e portais universitários.

Dassa maneira, constroi-se uma estratégia de busca que reforça a exatidão, a diversidade e a representatividade dos estudos analisados. O Semantic Scholar é uma plataforma baseada em inteligência artificial que aprimora a busca por artigos científicos, permitindo um resultado mais refinado e abrangente dos temas. Além disso, ele utiliza o aprendizado de máquina para oferecer resultados e destacar relações entre estudos.

Ambas ferramentas de busca proporcionam uma abordagem mais avançada na recuperação de informações, apresentando ainda estudos que podem não estar indexados nas bases específicas como a Scielo e a Capes, garantindo maior gama de resultados. Na presente pesquisa, constatou-se que as ferramentas de busca conseguiram angariar maior número e resultados quanto aos temas pesquisados, incluindo artigos e manifestos produzidos pela própria população trans.

Os descritores foram selecionados através do portal de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), amplamente utilizado e recomendado para refinar e escolher palavras-chave (DeCS, 2024). Cabe mencionar que o portal não conta com o descritor “ciberativismo” – apesar dos termos *cyberativismo* e ciberativismo serem amplamente utilizados em pesquisas do assunto. Outro ponto a ser observado é que banco de dados possui registro dos termos “mulher transexual”, “mulher transgênero”, “mulher não genética”, “mulheres transexuais”, “mulheres transgênero”, “pessoas trans femininas” e “mulheres trans” como alternativas para o descritor principal da pesquisa (mulheres trans), por isso foram adicionados na busca para ampliar os resultados de pesquisa.

O termo utilizado na presente pesquisa, mulher trans, parte de uma perspectiva conceitual teórica e política, como maneira de refinar as pesquisas e se aproximar às perspectivas identitárias. Isso porque o termo mulher trans é utilizado para designar pessoas que se identificam como mulheres, e, portanto, passa por uma perspectiva sobre identidade de gênero e pela autoidentificação de sujeitos (Berenice Bento, 2008).

A terminologia "mulher trans", segundo dicionários[15] *online* de educação para diversidade, propõe a identificação sem que necessariamente haja algum processo de mudança bio/fisiológica. É um processo de autoidentificação que não exige dos sujeitos que, necessariamente, repliquem ou reproduzam as normas mas que está circunscrito num processo subjetivo de identidade (Berenice Bento, 2008).

4.1.2 Critérios de inclusão

Os estudos foram selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: a) artigos científicos empíricos ou teóricos sobre ciberativismo de mulheres trans no Brasil (quali ou quanti); b) língua portuguesa; c) publicados nos últimos 10 anos; d) acesso completo disponível de forma livre. Outro ponto de inclusão foram os estudos que abordam a identidade de gênero de mulheres trans, pela questão conceitual que demarca a escolha pelo eixo temático, que perpassa um aspecto identitário dos sujeitos que se identificam como mulheres, como descrito anteriormente.

O critério de utilizar apenas artigos publicados nos últimos dez anos se justifica pelo caráter de escopo temporal restritivo típico de uma revisão sistematizada (Maria Grant, 2009). Além disso, em 2022 foram eleitas as primeiras deputadas federais trans da história do país, período histórico de tensão política brasileira (ANTRA, 2022). Outro ponto em questão foi o aumento da atividade *online*, não apenas pelo contexto político, mas também pela migração para o contexto virtual da *internet* dada à pandemia pelo vírus covid-19 que assolou o mundo. Um outro ponto fundamental para a delimitação temporária para os últimos dez anos foi que, no Brasil, o ciberativismo ganha corpo em 2013 a partir das Jornadas de Junho, delimitando um marco histórico nesta modalidade de ativismo no país (Eliane Queiroz, 2017).

4.1.3 Critérios de Exclusão

Os critérios de exclusão adotados foram: a) estudos publicados há mais de dez anos; b) estudos que não envolvem o ambiente *online* e o ativismo cibernético; c) estudos que não tem a comunidade de mulheres trans como sujeitos em foco. Desconsiderou-se estudos que não têm

[15] Alguns desses dicionários, como o Transcendemos.com foram criados por comunidades LGBTQIA+ e seus integrantes. Definições presentes em literatura cinzenta, a qual não faz parte do banco de coleta para a atual pesquisa.

acesso disponível, devido à necessidade de acesso amplo aos dados selecionados tanto para leitores quanto para pesquisadores. Por fim, teses, dissertações, capítulos de livros e livros foram excluídos da análise, já que o presente trabalho busca construir um levantamento feito com base em pesquisas publicadas em revistas e periódicos.

Durante o processo de exclusão, dispensou-se artigos que não abordassem o tema de maneira precisa a partir do título, palavras-chave e resumo. Artigos em línguas estrangeiras também foram excluídos do processo de seleção.

4.1.4 Levantamento de dados e catalogação de resultados

Os artigos selecionados foram organizados em um Quadro (representado pelo Quadro 03, a seguir) catalogando as seguintes informações: dados bibliográficos; dados dos autores (nome dos autores, instituição de filiação dos autores, grau de escolaridade dos autores); descrição de campo (ano de publicação do artigo, editora do artigo, instituição de publicação, palavras-chave) e dados de pesquisa (desenho da investigação, natureza da pesquisa, natureza da amostragem, procedimento de coleta de dados, procedimento de análise de dados, finalidade do estudo) e dados do artigo (principais temas, objetivos área do conhecimento e metodologias identificados no estudo).

Para fins investigativos e de pesquisa, em decorrência do baixo índice de resultados para os descritores relacionados ao ciberativismo, realizou-se ainda a seguinte busca “Mulheres Trans” AND “*internet*”. Isso pois, constatou-se que o termo “ciberativismo”, por ainda não ser consenso na literatura acadêmica brasileira e não estar inserido em indexadores científicos como descritor, e como descritor primário na literatura, pode ser um fator de influência quanto ao baixo índice de resultados nas pesquisas.

Enquanto a busca “mulheres trans” AND “ciberativismo” oferece um resultado de 828 artigos na plataforma Google Acadêmico, a busca “Mulheres Trans” AND “*internet*” possibilita um resultado de aproximadamente 17.300 resultados, na última década. Isso se justifica, o ciberativismo enquanto descritor não está inserido nas plataformas de indexadores como tal, e não há consenso literário que delimite seu uso, embora seja utilizado e conceitualizado em múltiplas bibliografias, como mostra a pesquisa e os estudos de Eliane Queiroz (2017). No contexto internacional, constatou-se via pesquisa de busca bibliográfica um uso amplo e recorrente do termo e aparecendo como descritor no meio acadêmico, sendo utilizado e estudado com registros a partir de 1998, como demonstra K.J. Rawson.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE SOCIOMÉTRICA

Para a condução da presente pesquisa, foram realizadas buscas nas bases de dados indexadoras Scielo, Lillacs, FGV e CAPES; e nas ferramentas de busca especializadas Google Acadêmico e Semantic Scholar, com o objetivo de ampliar os resultados de busca para os presentes descritores. Foram utilizados os mesmos descritores de busca para cada levantamento realizado, de modo a respeitar os critérios de uma revisão sistematizada. Após a seleção inicial dos artigos através dos métodos de coleta provenientes da revisão sistematizada, realizou-se a construção de fichas de catalogação com dados sintetizados, e fichamentos de cada um dos artigos. Os fichamentos foram cruciais para a análise temática, facilitando a familiarização com os dados e possibilitando uma compreensão aprofundada do material.

Segundo as autoras Virginia Braun & Victoria Clark (2006), após essa familiarização inicia-se a codificação inicial dos dados, que realizou-se através dos fichamentos e da seleção de temas relevantes dos mesmos. Pelo fato de uma revisão sistematizada oferecer um detalhamento padronizado de informações, foi possível reunir também informações de caráter quantitativo e, além disso, a eleição de temas recorrentes nos mesmos.

Apesar de que, em revisões sistematizadas é comum o uso de *softwares* de decodificação para organizar e refinar os dados, a segmentação destes para esta pesquisa ocorreu de forma manual, de maneira indutiva. Após esta etapa, é comum em uma análise temática a organização de temas de acordo com o aporte literário realizado no referencial teórico, de maneira a agrupar subtemas por similitude (Virginia Braun & Victoria Clark, 2006).

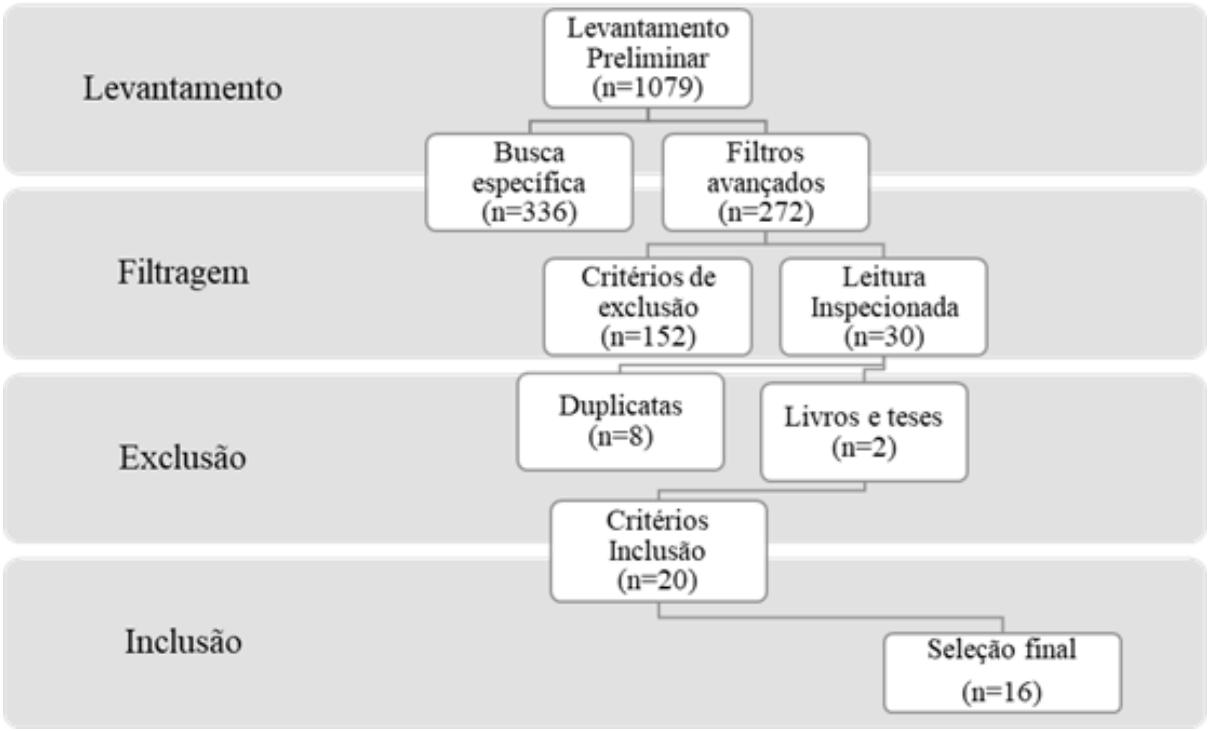
Segundo as autoras, após essa etapa define-se os temas estruturais da análise e nomeia-se os temas, de maneira a refletir seu conteúdo decodificado. Assim, o presente trabalho procurou ancorar-se em teorias abordadas anteriormente à medida que elas se evidenciaram no banco de dados.

Dessa forma, assim como demonstrado na organização detalhada dos quadros na seção seguinte, a partir da busca “ciberativismo de mulheres trans” há um primeiro levantamento de conteúdo de maneira generalizada. Posteriormente à busca generalizada, realizou-se a primeira filtragem dos artigos com base nos critérios de inclusão previamente estabelecidos e utilizando as ferramentas de filtragem fornecidas pelas plataformas, possibilitando uma busca específica em relação ao tema.

Após a filtragem dos artigos, estes resultados foram importados para o software de gerenciamento de referências Mendeley, onde realizou-se a remoção de duplicatas e a leitura

inspecionada de acordo com a proposta dos critérios de exclusão previamente estabelecidos. O fluxograma abaixo representa a relação de busca e seleção geral dos artigos, de maneira a ilustrar o processo de pesquisa realizado, a partir da utilização dos descritores Ciberativismo e Mulheres trans.

Figura 6 - Fluxograma processo de pesquisa



5.1 Levantamento bibliográfico

Para fins comparativos de pesquisa, tendo em vista a fluidez do ciberespaço e a lacuna do campo, segue abaixo a catalogação do levantamento das publicações dos últimos dez anos (2014-2024) em relação ao tema proposto, representadas nas tabelas de 01 a 07.

Tabela 1- *Resultados da Ferramenta Google*

Resultados 1 - Google		
	Plataforma Google Acadêmico	**Resultados Preliminares**
Busca Generalizada	ciberativismo de Mulheres trans	739
Busca específica	ciberativismo de Mulheres trans ciberativismo mulheres OR trans "mulheres trans"	181

Filtros	- Apenas artigos em português - Período de 2014 – 2024 - Encontrar artigos com todas as palavras: ciberativismo de Mulheres trans ciberativismo - Com o termo exato: mulheres trans - Com no mínimo uma das palavras: mulheres trans - Exibir artigos com data entre: 2014-2024	138
Critérios	Aplicação de critérios de inclusão e exclusão, remoção de duplicatas	10
Leitura inspecionada	- Seleção – "mulheres trans" e pesquisas que abordavam o ambiente online como campo.	09

Tabela 2 - *Resultados da plataforma Scielo*

Resultados 2 – Scielo		
	Plataforma Scielo	**Resultados Preliminares**
Busca	(mulheres trans) AND (cyberativismo) OR (ciberativismo)) OR (mulheres transsexuais)) OR (mulher transgênero))) OR (transfeminismo) em todos os índices	175
Filtros	- Coleções: brasil - Idioma: português - Ano de publicação: últimos 10 anos (2014-2024) - Tipo de literatura: Artigos e artigos de revisão	78 (75 artigo, 3 de revisão)
Leitura inspecionada	Palavras-chave Critérios de inclusão e exclusão aplicados	04

Tabela 3- *Resultados da ferramenta Semantic Scholar*

Resultados 3 - Semantic Scholar		
	Plataforma Semantic Scholar	**Resultados Preliminares**
Busca	ciberativismo de mulheres trans no brasil	147
Filtros	- Coleções: brasil - Idioma: português - Ano de publicação: últimos 10 anos Disponibilidade: Contém PDF	74
	+ Apenas Artigos + Palavras-chave: brasil AND mulheres trans	53
	Busca com IA na plataforma	15
Leitura inspecionada	-Seleção – "mulheres trans" e pesquisas que abordam o ambiente *online* como campo.	11

Tabela 4 - *Resultados da plataforma LILACS*

Resultados 4		
	Plataforma LILACS	**Resultados Preliminares**
Busca	(ciberativismo) AND (mulheres trans)	1
Filtros	- Nenhum	1
Resultados Preliminares	Primeira busca: 01 Artigo	1

Tabela 5 - *Resultados da plataforma CAPES*

Resultados 5 - CAPES		
Plataforma	CAPES	**Resultados Preliminares**
Busca	(ciberativismo) AND (mulheres trans)	1
Filtros	- Nenhum	1
Resultados Preliminares	Resultados de 1 - 1 para 1 (0,293 segundos)	1

Tabela 6- *Resultados da plataforma FGV*

Resultados 6 - FGV		
Plataforma	FGV – Sistema de bibliotecas	**Resultados Preliminares**
Busca	ciberativismo de mulheres trans	16 (sem filtros)
Filtros	- Somente texto completo - Últimos 10 anos - Português - AND MULHERES TRANS	1
Resultados Preliminares	1	1

Segue abaixo a compilação com a relação de todos os resultados da busca preliminar. Executou-se a realização da leitura inspecionada que inclui análise dos títulos e resumos dos artigos recuperados para aplicação dos critérios de inclusão/exclusão. Nesta etapa realizou-se o início da organização dos dados coletados nas categorias temáticas para facilitar a análise futura.

Tabela 7 - *Resultados Preliminares e Filtragem de artigos*

Resultados Parciais							
Plataforma		Google	Scielo	Semantic Scholar	LILACS	CAPES	FGV
Resultados	Filtro 1	138	175	132	1	1	16
	Filtro 2	18	78	53	1	1	1
		10	04	15	1	1	1
	Filtro 3	09	04	11	1	1	1
Total							**20**

Legenda:
Filtro 1 – Apenas Ferramenta de busca
Filtro 2 – Adição de filtros avançados de pesquisa
Filtro 3 – Seleção inspecional e remoção de duplicatas

5.2 Organização e seleção

Após a obtenção dos resultados oferecidos pelo levantamento inicial, organizou-se uma tabela para exposição de informações básicas (título, autores, ano de publicação) dos estudos selecionados. A partir desta organização, deu-se início ao processo de catalogação de

resultados, que envolve a seleção de informações detalhadas dos artigos e a coleta das informações relevantes para a revisão.

Tabela 8 - *Artigos Semantic Scholar*

		Semantic Scholar	
1	Nascimento, A.P., & Cruz, M.H.	Feminist and transfeminist ciberativisms in Brazil.	2021
2	Cruz, M.H., & Nascimento, A.P.	Feminismos contemporâneos: mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista.	2021
3	Limeira, M.D., & Farias, A.C.	CIBERATIVISMO FEMINISTA NO BRASIL: A TRANSFORMAÇÃO DA ACEITAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS DIVERSOS NO INSTAGRAM.	2021
4	de Carvalho, C.R., & Peres Gonçalves, J.	Digital citizenship, Democracy and cyberfeminism in the brazilian context.	2023
5	Ferreira, Rosana.	Produção representativa de imagens como ferramenta de luta, inserção e permanência em espaços públicos.	2021
6	Luz, Paulo & Bonin.	Formações políticas de mulheres transgêneras: Caminhos para a construção de uma cidadania transcomunicativa.	2022
7	York, S. W., Oliveira, M. R. G., & Benevides, B.	Manifestações textuais (insubmissas) travesti.	2020
8	Jesus, J. G. de, & Alves, H.	Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais	2018
9	Barbosa, B. R. S. N., & Silva, L. V.	Transexualidade, violência e ciberespaço: um estudo etnográfico digital	2017
10	Carvalho, M. F. de L., & Carrara, S.	Ciberativismo trans: Considerações sobre uma nova geração militante.	2015
11	Nunes, R.	A identidade transfeminista através da rede	2017

Tabela 9 - *Artigos Google*

		GOOGLE	
1	Grunvald, Vi;	Terrorismos e pontes do musicar local: Linn da Quebrada e seu artivismo de reXistência e desidentificação	2022
2	Iwamoto, Thiago Camargo	A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte: o discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora Tifanny	2020
3	de Lima Carvalho, Mario Felipe; Carrara, Sérgio	Ciberativismo Trans: Considerações sobre uma Nova Geração Militante.,Contemporanea: revista de comunicação e cultura	2015
4	Nascimento, Ana Paula Leite; Cruz, Maria Helena Santana	Feminist and transfeminist ciberativisms in Brazil	2021
5	de Jesus, Jaqueline Gomes	Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista	2018
6	De Jesus, Jaqueline Gomes; Alves, Hailey;	Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais	2010
7	Medeiros, Bárbara Novaes; Castro, Gustavo Henrique Carvalho de; Siqueira, Marcus Vinicius Soares;	Ativismo trans e reconhecimento: por uma “transcis-rexistência” na política brasileira	2022
8	Nunes, Raul	A identidade transfeminista através da rede	2017
9	Borelli, Viviane; Machado, Alisson; Dias, Marlon Santa Maria;	Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento# SomosTodasVerônica: mídia, transfobia e violência"	2017

Tabela 10 - *Artigos Scielo*

		SCIELO	
1	Barreira, M. M. L., & Maia, L. M.	Ações Ciberativistas LGBTQIA+ no YouTube: Identidades e Minorias Ativas. Psicologia: Ciência e Profissão, 42. https://doi.org/10.1590/1982-3703003242166	2022
2	Carvalho, M.	“Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. Cadernos Pagu, 52. https://doi.org/10.1590/1809444920100520011	2018
3	Marsicano, A. C. de O., & Tesser, T. P.	Epistemologia essencialista e (anti)feminismos transexcludentes: biologizando o gênero nas redes sociais antifeminismos anti feminismos transexcludentes. Civitas - Revista de Ciências Sociais, 24. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2024.1.44532	2024
4	York, S. W., Oliveira, M. R. G., & Benevides, B.	Manifestações textuais (insubmissas) travesti. Revista Estudos Feministas, 28(3). https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614	2020

Tabela 10 - *Artigos Lilacs*

	LILACS		
1	Barreira, Marília Maia Lincoln; Maia, Luciana Maria.	Ações ciberativistas LGBTQIA+ no youtube: identidades e minorias ativas	2022

Tabela 11 - *Artigos Capes*

	CAPES		
1	de Lima Carvalho, Mario Felipe; Carrara, Sérgio	Ciberativismo Trans: Considerações sobre uma nova geração Militante	2015

Tabela 12 - *Artigos FGV*

	FGV		
1	de Lima Carvalho, Mario Felipe; Carrara, Sérgio	Ciberativismo Trans: Considerações Sobre Uma Nova Geração Militante.	2015

Foram excluídos quatro artigos em relação ao levantamento preliminar por se tratar de pesquisas que não incluíam o grupo de mulheres trans como foco de pesquisa, ou seja, não traziam abordagem temática que discorre sobre o grupo em questão. Abaixo seguem os artigos selecionados a partir de critérios de inclusão utilizados no primeiro levantamento, e os critérios de filtragem e exclusão como etapa final a partir de uma leitura inspecionada.

Quadro 01 – Artigos selecionados para análise (N=16)

ID	AUTORES	ANO	TÍTULO	PERIÓDICO
01	Carvalho, M. F. L., & Carrara, S.	2015	Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante	Revista Contemporânea
02	Nunes, R.	2017	A identidade transfeminista através da rede	Women's Worlds Congress
03	Barbosa, B. R. S. N., & Silva, L. V.	2017	Transexualidade, violência e ciberespaço: um estudo etnográfico digital.	Percurso Acadêmico
04	Borelli, V., Machado, A., & Dias, M. S. M.	2017	Narrativas jornalísticas e possibilidades de resistência acerca do acontecimento #SomosTodasVerônica: mídia, transfobia e violência.	Conexão – Comunicação e Cultura
05	Alves, H., & Jesus, J. G.	2018	Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais	Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da UFRN

06	Jesus, J. G.	2018	Feminismos contemporâneos e interseccionalidade 2.0: Uma contextualização a partir do pensamento transfeminista	Revista Cronos
07	Souza, M., & Prado, M. O.	2019	Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações	Revista Polis e Psique
08	Oliveira, S. W. P. Jr., Oliveira, M. R. G., & Benevides, B.	2020	Manifestações textuais (insubmissas) travesti: trans-epistemologias e a luta por um futuro travesti	Revista Estudos Feministas
09	Cruz, M. H. S., & Nascimento, A. P. L.	2021	Feminismos contemporâneos: mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista	Revista Educação
10	Ferreira, R. F.	2021	Produção representativa de imagens como ferramenta de luta, inserção e permanência trans em espaços públicos	Iluminuras
11	Luz, P. J. M., & Bonin, J. A.	2021	Formações políticas de mulheres transgêneras: caminhos para a construção de uma cidadania transcomunicativa	Revista Conhecimento Online
12	Nascimento, A. P. L., & Cruz, M. H. S.	2021	Ciberativismos feministas e transfeministas no Brasil	Journal of Research and Knowledge Spreading
13	Grunvald, V.	2022	Terrorismos e pontes do musicar local: Linn da Quebrada e seu artivismo de reXistência e desidentificação	Revista de Antropologia
14	Medeiros, B. N., Castro, G. H. C., & Siqueira, M. V. S.	2022	Ativismo trans e reconhecimento: por uma "transcis-rexistência" na política brasileira	Revista Brasileira de Ciência Política
15	Cardoso, T. V. B.	2023	Transfeminismo: apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo	Revista Brasileira de Estudos da Homocultura
16	Marsicano, A. C. O., & Tesser, T. P.	2024	Epistemologia essencialista e (anti)feminismos transexcludentes: biologizando o gênero nas redes sociais	Civitas – Revista de Ciências Sociais

Aloca-se abaixo o quadro que representa dados bibliográficos do artigo, ressaltando as instituições de publicação e de vínculo dos autores, assim como respectivas localidades e áreas do conhecimento abarcadas. Os dados do quadro abaixo foram descritos e codificados a seguir, no tópico 5.4 desta pesquisa.

Quadro 2- Identificação dos artigos do banco de dados em relação a caracterização da publicação, autoria e áreas de interesse.

ID	Autores	Ano	Instituição publicação	Estado publicação	Área do conhecimento	Instituição de vínculo
01	Carvalho, M. F. L. Carrara, S.	2015	Universidade Federal da Bahia	Rio de Janeiro	Teorias de gênero	Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
02	Barbosa, B., B. R. S. N., & Silva, L. V.	2017	Universidade Estadual de Goiás	Goiás	Teorias de gênero - Psicologia	Universidade Estadual de Goiás
03	Nunes, R.	2017	Universidade Federal de Santa Catarina	Santa Catarina	Teorias de gênero - Sociologia	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
04	Borelli, V., Machado, A., & Dias, M. S. M.	2017	Universidade de Caxias do Sul	Rio Grande do Sul	Teorias de gênero - comunicação	Universidade Federal de Santa Maria
05	Jesus, J. G.	2018	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Teorias de gênero - Psicologia	Instituto Federal do Rio de Janeiro
06	Alves, H., & Jesus, J. G.	2018	Universidade Federal do Rio grande do Norte	Rio Grande do Norte	Teorias de gênero - Psicologia	Universidade de Brasília e INOVE (SP)
07	Souza, M., & Prado, M., O.	2019	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Teorias de gênero - Psicologia	Universidade Federal de Santa Catarina, e Núcleo de Assistência à Família (SC)
08	Oliveira, S. W. P. Jr., Oliveira, M. R. G., & Benevides, B.	2020	Universidade Federal de Santa Catarina	Santa Catarina	Teorias de gênero - Educação	UNESA (RJ), UFPR
09	Ferreira, R. F.	2021	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Teorias de gênero - Antropologia	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

10	Luz, P. J. M., & Bonin, J. A.	2021	FEEVALE	Rio Grande do Sul	Teorias de gênero - comunicação social	Universidade do Vale do Rio Sinos
11	Cruz, M. H. S., & Nascimento, A. P. L.	2021	Universidade Federal de Sergipe	Sergipe	Teorias de Gênero - Educação, comunicação	Universidade Federal de Sergipe
12	Nascimento, A. P. L., & Cruz, M. H. S.	2021	Universidade Federal de Santa Maria	Rio Grande do Sul	Educação	Universidade Federal de Sergipe e Instituto Federal de Sergipe
13	Medeiros, B. N., Castro, G. H. C., & Siqueira, M. V. S.	2022	Universidade de Brasília	Brasília DF	Teorias de gênero - ciências políticas	Universidade de Brasília
14	Grunvald, V.	2022	Universidade de São Paulo	São Paulo	Antropologia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
15	Cardoso, T. V. B.	2023	Universidade Federal do Mato Grosso	Mato Grosso	Teorias de gênero - Antropologia	Universidade de Campinas e Universidade Federal de São Carlos
16	Marsicano, A. C. O., & Tesser, T. P.	2024	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Teorias de gênero - Ciências sociais	Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de São Paulo

5.3 Catalogação de Dados

Após a seleção dos estudos, realizou-se a organização por meio de ficha de catalogação de dados, visando de extração e codificação dos dados encontrados em cada um, acerca dos quais procura-se destacar em tópicos as informações relevantes de cada artigo publicado. Segue abaixo o modelo de formulário para a extração de informações que serão utilizadas para cada artigo:

Quadro 03 - Ficha de Catalogação

ITENS	
1. Dados Bibliográficos	Ano
	Autor(es)
	Editora

2. Dados dos Autores	Instituição de Vínculo
	Grau de Escolaridade
	Área de titulação dos Autores
3. Título	Título do Artigo
4. Instituição	Instituição de publicação do Artigo
5. Palavras-chave	Palavras-chave inseridas no artigo
6. Metodologia	Métodos adotados - Natureza do Estudo
7. Objetivos do estudo	Objetivos presentes no artigo
8. Temas identificados	Principais temas
9. Área do conhecimento	Identificação de vertentes
10. Descrição de campo	Setor Estudado Segmento
11. Dados de Pesquisa	Desenho da investigação Natureza da pesquisa Natureza da amostragem Procedimento de coleta de dados Procedimento de análise de dados Finalidade do estudo

5.4 Levantamento e organização dos dados

O ciberativismo de mulheres trans, assim como apontou a pesquisa atual, é um tema emergente e pouco explorado. A partir do levantamento bibliográfico e por meio da revisão sistematizada de 16 artigos sobre o ciberativismo de mulheres trans no Brasil, nos últimos 10 anos, foi possível construir um panorama sobre a produção acadêmica do tema.

A produção literária brasileira entre 2014 e 2024, de acordo com o levantamento realizado, concentra-se primordialmente no Sul-sudeste e em Universidades Federais. Em relação a localidade dos autores e do vínculo dos pesquisadores que escrevem sobre o tema, o Rio Grande do Sul aparece como predominante (f=6), seguido por São Paulo (f=5) e Rio de Janeiro (f=6). Esses estados concentram a maior parte das instituições/ localidades onde estão vinculados os autores que publicaram os artigos analisados, refletindo a predominância de centros acadêmicos e núcleos de pesquisas do Sudeste/Sul do Brasil na produção de conhecimento sobre ciberativismo, gênero e ativismo trans.

Destaca-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS como a instituição com maiores publicações em relação às outras instituições (f=4), seguida pela Universidade de

Brasilia- UnB (f=2) e Universidade Federal do Mato-Grosso do Sul -UFMS (f=2). Ou seja, apesar do interesse em relação ao tema surgir em diversas localidades e da maior predominância de autores serem equivalentes no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, as oportunidades de publicação ainda têm sido realizadas e localizadas exclusivamente ao sul do país, representadas pelo estado do Rio Grande do Sul.

Em relação às áreas do conhecimento que constroem o panorama da literatura acadêmica pesquisada sobre o ciberativismo de mulheres trans, foi possível também delinear informações que permitam traçar o perfil dessa produção a partir das áreas de conhecimento. Destaca-se a Psicologia (f=4) como grande área, com predominância de autores da psicologia social, seguida por Comunicação Social (f=3), Sociologia (f=3), Ciências da Comunicação (f=3) e Educação (f=3) – esta diversidade de áreas de conhecimento reflete a interdisciplinaridade dos estudos sobre ativismo, gênero e ciberespaço.

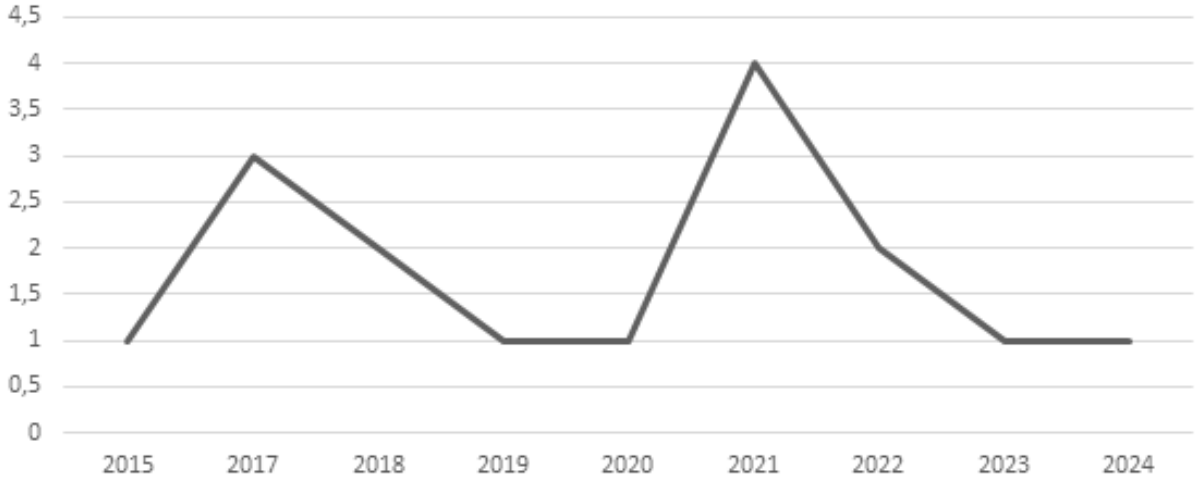
Figura 7

Gráfico ilustrativo da relação das produções por campo do conhecimento (N=16)

Em relação à temporalidade das publicações, os anos de 2021 (f=4) e 2017 (f=3) apresentaram o maior número de publicações, o que sugere aumento de interesse, popularidade e relevância do tema. Segue abaixo gráfico ilustrativo que indica a produção da literatura no escopo temporal abordado:

Figura 8

Gráfico ilustrativo da quantidade de publicações no período dos últimos 10 anos



Em relação aos termos utilizados nos estudos analisados, foram identificados um total de 21 termos para identificar o grupo estudado. Os termos mais recorrentes identificados na produção acadêmica sobre o ciberativismo de mulheres trans incluem 'ciberativismo', 'transfeminismo', e 'identidade de gênero'. Esses termos aparecem de maneira consistente na literatura revisada, indicando a centralidade dessas questões nas pesquisas sobre ativismo digital do grupo estudado.

Os descritores mais frequentemente inseridos nas palavras-chave dos artigos incluem ciberativismo (f=5), transfeminismo (f=5) e identidade de gênero (f=3). Nota-se que, ao longo do período estudado, os temas mais predominantes foram o ciberativismo e redes sociais (f=11), o transfeminismo (f=8), a identidade de gênero (f=6), a violência e transfobia (f=5) e políticas de reconhecimento (f=4).

Observou-se ainda, que as abordagens metodológicas utilizadas pelos autores são predominantemente qualitativa, não havendo publicações oriundas de estudo quantitativo no banco de dados levantado. Em relação aos artigos analisados, a maioria das abordagens adotadas foram a Revisão da literatura (f=6), etnografia (f=4) e Análise de conteúdo (f=3). Evidenciou-se que grande parte dos autores escolhem a abordagem qualitativa como formas de explorar vivências, subjetividades e a complexidade intrincada nos processos de construção de identidades de gênero.

O panorama em relação aos temas recorrentes na literatura foi submetido a decodificação por meio da análise temática. Este modo de se realizar análise de dados empíricos baseia-se no método construcionista em análises temáticas como forma de examinar os modos

como eventos, realidades, significados e experiências afetam os discursos e operações sociais (Virginia Braun & Victoria Clark, 2006).

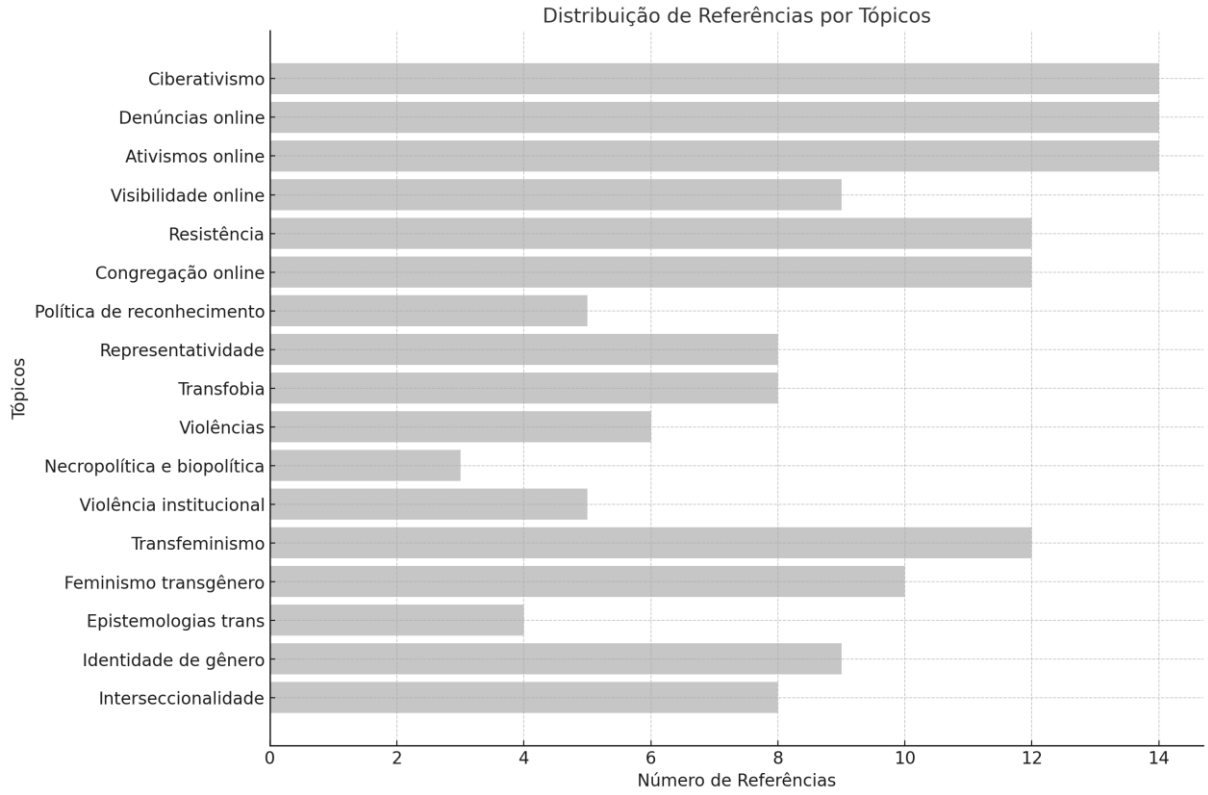
5.5 Construção de categorias temáticas

Após o levantamento e organização dos dados, foi possível também identificar temas, assim como as suas recorrências, no processo de organização e identificação de dados a partir das fichas dos artigos. Nesse processo, como demonstra a ficha de catalogação dos resultados (tabela 13), foram selecionados temas identificados nos demais artigos e, a partir da realização dos fichamentos de cada artigo, selecionadas citações que representassem tais temas, a partir da ocorrência dos mesmos.

Através das informações coletadas em relação aos temas tratados nos artigos identificou-se dezessete categorias de temas principais: ciberativismo (f=14), denúncias online (f=14), ativismos online (f=14), visibilidade online (f=9), resistência (f=12), congregação online (f=12), política de reconhecimento (f=5), representatividade (f=8), transfobia (f=8), violências (f=6), necropolítica e biopolítica (f=3), violência institucional (f=5), transfeminismo (f=12), feminismo transgênero (f=10), epistemologia trans (f=4), identidade de gênero (f=9) e interseccionalidade (f=8). Importante ressaltar que cada artigo poderia apresentar um ou mais dos temas elencados, portanto a frequência das categorias ultrapassa a totalidade do corpus de pesquisa. A figura abaixo representa a distribuição destes temas no banco de dados:

Figura 9

Distribuição de Tópicos temáticos levantados nos artigos por número de menções temáticas

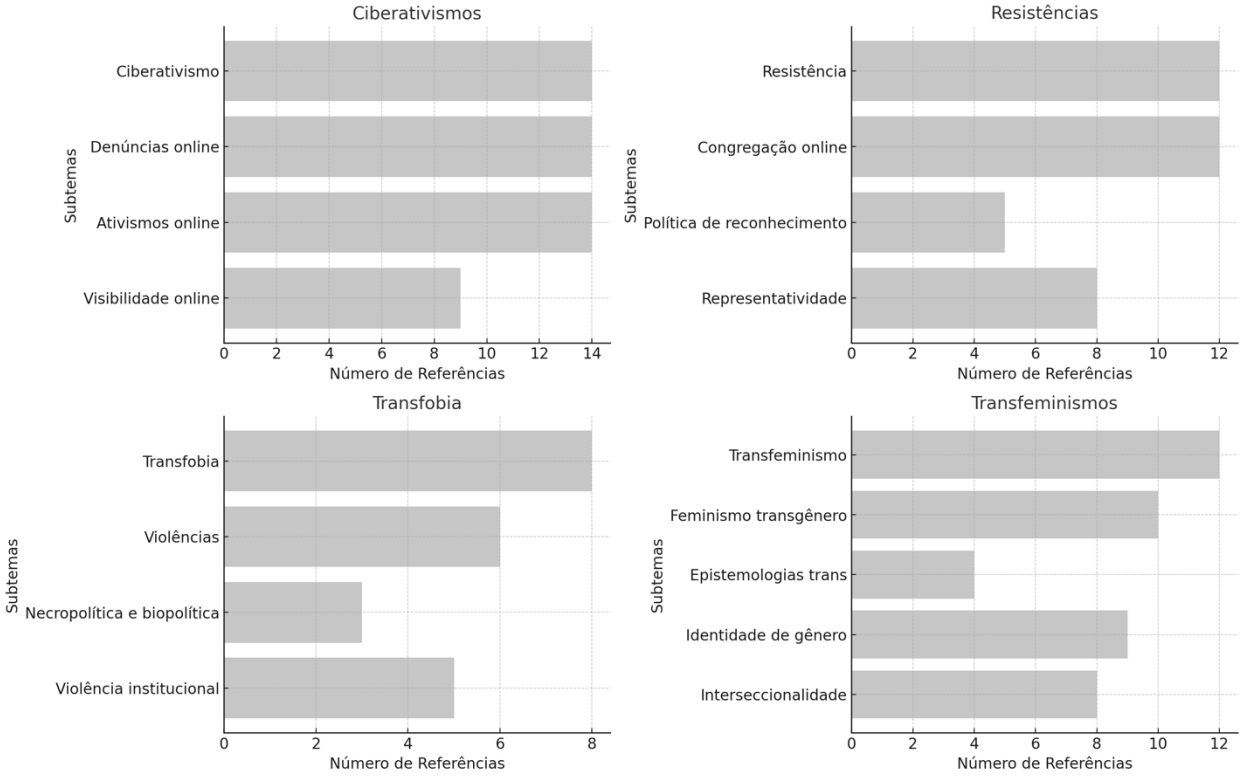


Após a identificação dos dezessete temas acima, estes foram categorizados e organizados em quatro grandes eixos temáticos, delimitados como grandes tópicos da pesquisa conforme característica e expressão de seus conteúdos. **O Eixo 1, "Ciberativismo"**, compreende os artigos que abordaram os temas de ciberativismo (f=14), denúncias online (f=14), ativismos online (f=14), visibilidade online (f=9). **O Eixo 2, "Resistência"**, reúne os artigos que refletem sobre resistência (f=12), congregação online (f=12), política de reconhecimento (f=5), representatividade (f=8). **O Eixo 3, "Transfobia"**, agrega os artigos sobre transfobia (f=8), violências (f=6), necropolítica e biopolítica (f=3), violência institucional (f=5). **O Eixo 4, " Transfeminismo"**, abarca os artigos sobre transfeminismo (f=12), feminismo transgênero (f=10), epistemologia trans (f=4), identidade de gênero (f=9) e interseccionalidade (f=8)

A distribuição dos eixos temáticos pode ser visualizada através do gráfico abaixo:

Figura **10**

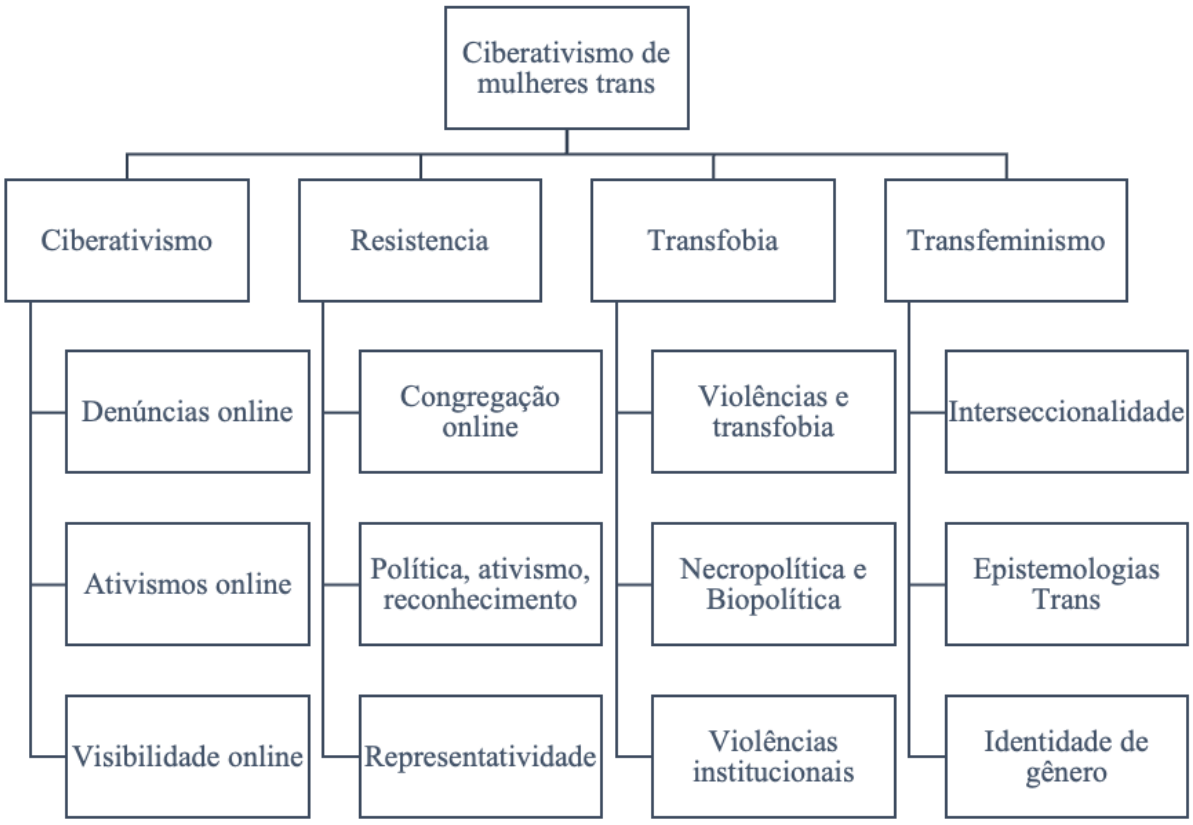
Categorização dos subtemas (n=17) em Eixos Temáticos (N=04).



Os temas foram organizados e distribuídos em categorias hierárquicas ascendentes, iniciando-se a partir do tema central da pesquisa “Ciberativismo de mulheres trans”, como indicado na Figura 11, abaixo.

Figura 11

Projeção dos temas em categorias hierárquicas



Fonte: autoria própria

Foram assim identificados quatro temas centrais predominantes de maneira a abarcar os demais temas e subtemas encontrados nos fichamentos realizados a partir dos artigos levantados pela pesquisa bibliográfica *online*.

Eixo 1- Ciberativismo, surge como tema central, refletindo o foco em ativismo *online* nas redes sociais, orientado por subtemas que contemplam denúncias *online* de diversas formas sobre a violência e exclusão sofridas pela população trans. Já os tópicos sobre transfeminismo e violência/transfobia, aparecem também com muita frequência, e destacam questões sobre a identidade de gênero, a interseccionalidade (como característica do transfeminismo e como orientação da perspectiva teórica), a exclusão e a luta por reconhecimento frente às diversas violências por instituições sociais e sujeitos sociais.

Os artigos identificam as formas de ciberativismo e redes sociais predominantes, em relação aos quais emergiram temas em relação a mobilização e organização de ativistas em plataformas como o *YouTube*, *Instagram* e *Twitter*, com foco na visibilidade de mulheres trans

e no ativismo feminista e transfeminista *online*. Dentre tais estudos, destaca-se ainda a relação entre o ativismo, representatividade e performatividade, que emergem como formas e figuras de resistência política e social.

Eixo 2- Resistências, abarca as políticas de reconhecimento, um tema tanto quanto relevante nesta pesquisa, e está atrelado ao tema da participação e atividade política do grupo. Nesse eixo, foram abordadas questões relacionadas à participação política de mulheres trans, incluindo candidaturas e mandatos coletivos de representantes de movimentos, e foram abordados conceitos como o de "trans-rexistência", "(re)existência, estratégias de reconhecimento e resistência sócio-política, fundamentados por teóricas como Judith Butler.

Eixo 3- Transfeminismo, foram identificadas discussões sobre o transfeminismo como movimento e a luta por reconhecimento e inclusão dentro de espaços feministas e da sociedade em geral. Nesse nicho foram levantadas e analisadas questões de gênero, exclusão e resistência nas vertentes feministas. Assim, foram levantadas discussões sobre como as identidades de gênero de mulheres trans e travestis são construídas e representadas no ciberespaço, na mídia e nas práticas culturais, pensando nas identidades de gênero e representatividade.

Eixo 4- Transfobia, foram alocadas a descrições/análises das diversas formas de violências praticadas e sofridas por mulheres trans e travestis, tanto no ambiente físico e seus ecos no ambiente virtual, quanto no ambiente virtual em si. Foram observadas as práticas e consequências sobre as formas de preconceito, marginalização e discriminação sistêmica e institucional. Dentre as diversas formas de violência interpretadas como transfobia, foram abordadas questões sobre como o Estado e as diversas instituições sociais controlam e regulam corpos trans através da violência e da exclusão, sendo estas associadas a necropolítica e biopolítica no contexto de gênero. Este tema aborda como mulheres trans produzem conhecimento e resistem através de plataformas digitais, um aspecto discutido nos estudos.

Os resultados obtidos nesta análise revelam a complexidade do ciberativismo de mulheres trans no Brasil, evidenciando como o ambiente digital funciona tanto como uma plataforma de resistência quanto como um espaço de vulnerabilidade. As plataformas digitais têm sido fundamentais para a construção de redes de apoio e para a amplificação de vozes trans, mas também expõem as ativistas a violência e preconceitos constantes.

A análise desses artigos sugere que, apesar das redes sociais proporcionarem um espaço de visibilidade, elas também expõem mulheres trans a uma série de vulnerabilidades que necessitam de proteção e políticas regulatórias.

5.6

6 ANÁLISE TEMÁTICA: ENTRELAÇANDO OS EIXOS TEMÁTICOS AO CONJUNTO DO BANCO DE DADOS

Nessa parte da discussão iremos destacar como os subtemas que estruturam os quatro grandes eixos temáticos são entrelaçados nas discussões propostas pela produção científica estudada (figura 10). Para tanto, à medida que os conteúdos dos eixos e sub temas se aproximam e se complementam, optamos por trazer citações e reflexões abordadas nos 16 textos que compõem os artigos que formam o banco de dados. Sendo assim, os eixos temáticos serão articulados conforme a rede de significação analítica que cada um apresenta na sua interrelação com o outro, não seguindo, portanto, a ordenação decrescente numérica que o identifica visto que a importância nesse tópico da discussão é pelo conteúdo.

Em relação ao processo de análise e discussão dos resultados, como apresentados, a análise temática é uma forma de decodificação, análise e interpretação de dados de pesquisas que buscam identificar, examinar e demarcar temas relevantes dentro de um esquema de pesquisa (Virginia Braun & Victoria Clark, 2006). A análise temática é uma forma de pesquisa qualitativa em que o pesquisador está inserido no processo de seleção e identificação relevantes de temas, utilizada enquanto ferramenta de pesquisa de maneira indireta, tendo em vista o caráter interpretativo de algum grau e interpelação de dados (Virginia Braun & Victoria Clark, 2006).

Para tanto, foram analisados temas como a interseccionalidade, as novas ondas feministas, a transfobia, heteronormatividade e o transfeminismo no ciberespaço (enquanto espaço de origem do transfeminismo e de ações coletivas e de ativismos). Ao investigar o ciberativismo de mulheres trans, a partir da análise temática foi possível identificar temas relacionados à resistência social, ao enfrentamento da violência institucional e ao uso da cibercultura como espaço de agência.

A análise temática pode ser tanto um método realista que busca compreender experiências e realidades, quanto um método construcionista, que examina como eventos, realidades, experiências e significados se dão na sociedade (Virginia Braun & Victoria Clark, 2006). Assim, segundo ideias que propõem as autoras, a análise temática a partir de uma revisão sistematizada pode conferir-se em um método contextualista, oriunda de fatores presentes nas duas formas metodológicas de realizar-se tal análise, ancorada em teorias críticas que buscam compreender tanto o micro quanto o macro, e suas interrelações.

Neste estudo, a análise temática permitiu identificar temas que se articulam a partir dos 4 grandes Eixos temáticos identificados que tratam do 'ciberativismo' em sua interconecção com as denúncias de 'Violências e Transfobia, a importância da compreensão teórica e conceitual sobre 'transfeminismo & interseccionalidade', a partir da relevância de todos esses aspectos como reveladores de ferramentas para a ‘Resistência’ política e social. Isso evidenciou que, no período analisado, a produção científica brasileira tem focado nas lutas de mulheres trans por meio da reivindicação de seus direitos no ciberespaço, proporcionando um campo rico para o desenvolvimento de políticas e práticas de inclusão digital.

A partir dos artigos analisados, observou-se a recorrente proposição de metodologias de pesquisa participativas, que envolvem mulheres trans na construção do conhecimento e na formulação de políticas públicas. Isso revela um compromisso com práticas interventivas que reconhecem o ciberespaço como um espaço legítimo de resistência e engajamento político (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021).

Dessa maneira, a análise dos temas permite compreender como o ciberespaço não apenas reflete, mas potencializa as lutas das mulheres trans, criando novas formas de articulação política e de resistência. Esse processo se alinha aos objetivos da pesquisa ao demonstrar como o ciberativismo oferece plataformas de agência e reconfiguração social, em consonância com as práticas transfeministas (Thomaz Cardoso, 2023).

6.1 Eixos 3 e 4 – Transfeminismo e Transfobia: entrelaçando conceitos e consensos

O movimento feminista, enquanto parte de um conjunto mais amplo de movimentos sociais, desempenhou papéis fundamentais desde a segunda onda, que ganhou força nos anos 1970. Nesse período, as reflexões feministas impulsionaram a criação de políticas públicas e o reconhecimento de direitos, desafiando e rompendo com a lógica positivista e naturalista que sustentava a desigualdade de gênero como algo "natural" e imutável. A segunda onda feminista trouxe à tona debates sobre o patriarcado, a sexualidade, o trabalho doméstico e os direitos reprodutivos, transformando o cenário político-social da época.

Com o avanço para a quarta onda, o feminismo se torna ainda mais abrangente e interseccional, incorporando as demandas e vivências de mulheres trans e outros grupos marginalizados. O feminismo transnacional, enquanto parte dessa nova onda, reconhece a diversidade de experiências femininas em diferentes contextos culturais, sociais e econômicos, e propõe um enfrentamento crítico das desigualdades globais. Essa abordagem busca romper

com os limites impostos por um feminismo tradicional e eurocêntrico, promovendo alianças que consideram as múltiplas opressões enfrentadas por mulheres, em especial aquelas que vivenciam as interseções de gênero, raça, classe, sexualidade e localização geopolítica. Ao se engajar nas questões contemporâneas, o feminismo de quarta onda articula novas estratégias de resistência e transformação, enfrentando a misoginia e o sexismo que ainda cerceiam a participação política e social das mulheres em sua pluralidade.

As teorias que compõem a epistemologia feminista contemporânea têm como objetivo transformar as esferas de poder por meio de um movimento emancipatório e transformador. Nesse sentido, os movimentos de resistência e a proposta de um feminismo plural giram em torno do reconhecimento do outro como humano, em um movimento de alteridade essencial para o processo de emancipação. Esse reconhecimento depende da superação da subalternidade e da promoção de uma inclusão mais ampla, como enfatiza Judith Butler (2016).

Da mesma maneira que a acepção de Judith Butler (2016) de que gênero vai além da categoria biológica imposta por sexo, disposta em relação a alteridade de subjetivação, o transfeminismo é um movimento feminista que carrega este pressuposto em sua bandeira. Caracterizado como um movimento feminista que questiona as hierarquias e as submissões morfológicas de gênero ao sexo, o transfeminismo é um movimento que critica a lógica binária que sustenta as atribuições genéticas como fatores determinantes de comportamento (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021).

Segundo Ana Nascimento & Maria Cruz (2021), o transfeminismo é uma linha de pensamento que busca rever a gênero enquanto uma construção psicossocial condicionada por processos históricos, políticos e contextuais. Ainda segundo as autoras, o transfeminismo busca criticar a biologização e naturalização dos processos generificados, como uma crítica a essa prática social, que perpetua diversas formas de violência, e atua de maneira a justificar a opressão sobre "(...) pessoas cujos corpos não estão conformes a norma binária" (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021, p. 06).

O transfeminismo surge não como uma mera ramificação de movimentos feministas, mas como um movimento de ruptura aos moldes tradicionais feministas e se desenvolve a partir da afirmação corporificada de mulheres trans e travestis (Nascimento & Cruz, 2021). Assim como antropólogos anteriores defendiam em suas revisões que comportamentos generificados eram oriundos de caracteres biológicos e genéticos (Margaret Mead, 1971), essa naturalização em relação a produção de identidade de gênero e seus processos também ocorre a partir das ideias de algumas correntes feministas tradicionais. Assim, o transfemnismo, em ato performático (Judith Butler, 2004), reafirma o que Margaret Mead propõe em seus estudos em

1971, em relação a não naturalidade de gênero e a construção discursiva sobre sexo a partir da enculturação.

Segundo o que aponta Thomaz Cardoso (2023), o transfeminismo se estabelece como uma corrente teórica e política (ou teórico-política), que se vê inspirado por produções e lutas feministas do feminismo negro e de mulheres lésbicas, que valorizam as singularidades e as pluralidades de mulheres. Essa corrente feminista se configura, então, como uma resposta à exclusão de mulheres trans dentro das correntes tradicionais e da invisibilidade dessas mulheres em diversas vertentes de alguns feminismos.

Um dos reflexos em relação a subjugação e falta de reconhecimento do movimento transfeminista se manifesta na ausência ou invisibilidade dos debates que dão atenção à causa, e sua abstenção no cenário acadêmico, carecendo de reconhecimento (Thomas Cardoso, 2023). Para Cardoso, o feminismo trans "(...) busca operar de forma interseccional para trazer à luz esses saberes e experiências, localizados do outro lado da fronteira das ideias desejáveis" (Thomas Cardoso, 2023, p. 120).

Dessa maneira, o movimento transfeminista busca atuar como uma forma de promover cidadania e valorizar os saberes e as experiências de mulheres trans como ato de resistência imbuído no próprio ato de existir. É um feminismo que busca a libertação de múltiplas opressões estruturais (Thomas Cardoso, 2023).

Nesse sentido, Ana Nascimento e Maria Cruz (2021) afirmam que:

> (...) a relevância e a potência do transfeminismo se traduz e se revela na dimensão dos fundamentos teóricos, como campo do conhecimento em construção, e igualmente na dimensão de práxis social e política para as lutas e os enfrentamentos cotidianos ao legitimar as existências da pluralidade e da diversidade das identidades de gênero, além do reconhecimento das opressões interseccionadas sofridas pelos corpos com identidades, expressões e performances que subvertem e (r)existem dissidentes às normas e regulações sexistas, também, racistas. (p. 7)

A partir dessa perspectiva, o transfeminismo não apenas propõe uma teoria crítica, mas também uma prática de resistência que confronta as normas cis-heteronormativas e racistas de controle e regulação das vidas trans. Outro ponto crucial dentro da construção transfeminista é a solidariedade entre grupos cis e trans, destacando a importância de alianças que transcendem a compaixão hierarquizada para se tornar uma relação interseccional de fortalecimento mútuo (Barbara Medeiros et al., 2022).

Essa visão ressalta a necessidade de alianças políticas e sociais que priorizem a solidariedade e o apoio mútuo sem hierarquias, fortalecendo a luta por igualdade em múltiplas frentes e transcendendo fronteiras (Barbara Medeiros et al., 2022). Esse fortalecimento coletivo, especialmente em contextos de vulnerabilidade, reforça o poder das alianças interseccionais que transcendem as fronteiras das identidades de gênero, promovendo ações conjuntas e mais inclusivas em prol da equidade e dos direitos humanos.

O movimento transfeminisma busca incluir experiências de mulheres não biológicas dentro do feminismo, ou dos feminismos, de forma a pluralizar tal movimento; aparece, assim, como uma vertente que reconfigura o entendimento sobre gênero em uma base interseccional (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019). Esse é um movimento fundamental que, segundo Thomas Cardoso (2023), busca suprir reivindicações e combater violências que foram ignoradas e perpetuadas por ramificações feministas diversas.

O transfeminismo surge como um movimento central no ativismo trans e feminista, que se opõe às estruturas cirnormativas e desafia preconceitos dentro e fora do feminismo (Hailey Alves & Jaqueline Jesus, 2018). Segundo as autoras, o feminismo transgênero é um movimento intelectual e político que além de desmantelar e redefinir a equiparação de gênero e biologia reitera o caráter interacional das opressões e reconhece a história de luta de travestis e mulheres trans. Para Thomas Cardoso (2023), o movimento transfeminista aborda as especificidades das vidas trans de maneira interseccional, incorporando lutas contra o racismo, a desigualdade e a marginalização social de mulheres trans.

Judith Butler (2016) explora o conceito de Heteronormatividade em seu livro Problemas de Gênero, conceito que é amplamente utilizado e um dos pilares das teorias transfemnistas. Segundo a autora, a heteronormatividade é uma categoria do sistema cultural e social que naturaliza a heterossexualidade como norma, estabelecendo-a como expectativa social hegemônica. Esse conceito está alinhado com as noções biologizantes em relação a gênero, onde teorias naturalistas impõem a cisnormatividade, processo no qual as pessoas se reconhecem por meio de designação sexual biológica. A partir da heteronormatividade a autora explicita que o gênero é performativamente construído e reiterado na vida cotidiana, sustentando um ideal de normatividade que reforça expectativas rígidas de gênero e sexualidade. Para Judith Butler (2016), o gênero não é uma essência ou característica inata das pessoas, mas uma série de atos repetitivos e performativos que se conformam às normas sociais de gênero e sexualidade, organizadas pela heteronormatividade. Isso significa que as identidades de gênero e as expressões sexuais são moldadas e regulamentadas socialmente para se encaixarem no modelo heterossexual dominante (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019).

Para o movimento transfeminista, a ideia de cisheteronormatividade é utilizada para dar ênfase às diferenças geradas pelo binarismo trans e cis. Neste movimento, expande-se a noção de heteronormatividade de Judith Butler (2016), de maneira a incluir experiências de pessoas trans e suas relações com a normatividade cisgênero (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019). O transfeminismo atua, assim, com a tarefa de desnaturalizar as construções de gênero que legitimam práticas de exclusão e marginalização de corpos que não correspondem ao sistema binário de gênero (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019).

Enquanto a heteronormatividade se refere à norma cultural que privilegia relacionamentos heterossexuais, a cisheteronormatividade amplia essa norma para incluir também a conformidade com o gênero atribuído ao nascimento (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019). A heteronormatividade, conforme Judith Butler (2016), também atua como um mecanismo de controle e exclusão social que valida e legitima identidades que correspondem ao binarismo heterossexual enquanto marginaliza e estigmatiza os sujeitos que fogem à norma. Ainda em confluência com o que pontua a autora, a heteronormatividade opera como um sistema de poder na sociedade, oprimindo algumas identidades em detrimento ao privilégio e ascensão de outras.

A sociedade, enquanto sistema impositor de normas, participa e reforça esse sistema desigual de opressões e privilégios, em que o estado atua na perpetuação dessas opressões, como observam Mériti Souza & Marcelo Prado (2019). Para os autores, a cishteronormatividade está presente até mesmo nas políticas públicas, que não fornecessem apoio e assistência às populações de mulheres trans e travestis. Dessa forma, o estado e a sociedade como um todo atuam na produção de opressões e da precarização de existências de vidas não passíveis de existência.

Essa precarização e descaso com certas existências e, em específico contra a existência de corpos trans esta explicita no que traz Bruna Benevides et. al., (2020), onde expõe que muitas denúncias envolvendo pessoas trans terminam sendo desencorajadas, não investigadas e ignoradas. Para Bruna Benevides et. al., (2019), os corpos trans são marcados pela necropolítica, por serem corpos que são considerados socialmente sem representatividade enquanto categoria social reconhecida. Barbosa & Silva (2017) e Boreli et. al., (2017), confluem em suas perspectivas através de pesquisas no campo virtual onde analisam a reprodução e legitimação de violências constantes contra mulheres trans. Segundo pontuam, a violência perpetuada em rede, seja por grupos feministas essencialistas ou por grupos retrógrados naturalistas, funcionam como um sistema de retroalimentação da violência. Nesse sistema, as

violências, as mortes e a exibição sugestiva de corpos trans refletem as forças do necrobiopoder (Luz & Bonin, 2021).

Da mesma maneira que grupos hegemônicos dominantes atuam nas redes de maneira a perpetuar violências contra mulheres trans, as mesmas ocupam esferas de poder através do estado e de políticas públicas que além de não alcançar grupos vulneráveis, os marginalizam (Carvalho & Carrara, 20215). São essas esferas de poder, por exemplo, que atuam nas decisões de corpos passíveis de existir, "que decidem quem morre e quem vive, quem pode ou não ocupar os espaços públicos" (Luz & Bonin, 2021).

Bruna Benevides et. al. (2020) sublinha em seu manifesto travesti a complexidade em que se constroem as identidades travestis e trans, e como essas pessoas são frequentemente reduzidas, estigmatizadas e manipuladas em diversos contextos sociais. As autoras afirmam que as pessoas trans são "(...) exotificadas, demonizadas, hiperssexualizadas, patologizadas, abusadas, banalizadas e úteis a muitos campos quando convém" (Bruna Benevides et. al., 2020, p. 08). A partir de um olhar crítico sobre os processos de opressão, que atuam de maneira interseccional sobre as identidades trans e travestis, evidencia-se não apenas a tentativa de subjugação, revela que as opressões enfrentadas pelas pessoas trans e travestis são múltiplas.

Essa situação se agrava ainda mais para grupos denotados de marcadores sociais ainda mais excludentes, como é o caso de mulheres trans negras e travestis. Neste grupo que carece de reconhecimento social e de acesso aos direitos humanos, mulheres trans negras sofrem pela intersecção de ainda mais camadas (Barbara Medeiros et al., 2022).

> "A travesti que surgia do gueto, das esquinas, das periferias, da negritude e na marginalização de corpos que não constava na literatura médica ou nas escrituras sagradas, hoje abre espaço para aquelas que pouco ou nada sabem sobre os próprios caminhos [...]" (Oliveira, Gonçalves & Benevides, 2020, p. 8)

Dentre as existências trans, as mulheres travestis denotam ainda maiores marcas da exclusão e vulnerabilidade, sendo um grupo marcado e construído a partir da marginalização (Leticia Nascimento, 2022). Pensando sua intersecção com outras formas de opressão, como o racismo, a transfobia, a exclusão social (Bruna Benevides et. al., 2020), demarcamos o território fragmentado e excludente que se dão tais existências.

Kimberlé Crenshaw (1989) propõe a teoria feminista interseccional ao discutir sobre como as diversas camadas de opressão se entrelaçam e se sobrepõe, num complexo movimento baseadas no lugar em que o sujeito ocupa dentro de um desigual sistema molda suas experiencias e vivências. A interseccionalidade, assim, possibilita apontar que a precarização

da vida de mulheres trans é demarcada por violências e vulnerabilidades como de gênero, etnia, classe, religião, geração, entre outras categorias de análise possíveis.

Esse complexo sistema de opressões que se interpõem cria vulnerabilidades exacerbadas e interdependentes, desencadeando a precarização de vidas de mulheres trans e travestis (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019). Neste sentido, o movimento transfeminista propõe uma crítica estrutural aos sistemas de poder:

> "Perceber como o sexismo e machismo atuando juntamente com o racismo, homofobia, capacitismo, nacionalidade, religiosidade e outras diferenças que vão atuar de forma desigual sobre cada corpo e indivíduo nos permite melhor compreender a atuação dessas opressões na produção das violências e experiências particulares e coletivas" (Thomas Cardoso, 2023, p. 126).

A interseccionalidade aparece como um tema-conceito central do movimento transfeminista, e se torna essencial para entender as diversas camadas de opressão enfrentadas por mulheres trans. A interseccionalidade neste cenário revela a interdependência de diversas formas e camadas de opressão e vulnerabilidade, intrincadas na (sobre)vivência e existências de mulheres trans e travestis (Thomas Cardoso, 2023).

A interseccionalidade, como conceito fundamental na quarta onda feminista e no transfeminismo, fornece uma lente analítica para compreender as múltiplas camadas de opressão que se entrelaçam nas experiências de indivíduos pertencentes a grupos marginalizados (Patrícia Hill Collins, 2020). A análise interseccional, ao examinar essas múltiplas camadas de opressão, oferece uma perspectiva mais rica e detalhada sobre as formas de exclusão que atravessam as experiências de vida das pessoas trans, particularmente em contextos em que a discriminação racial e de gênero são predominantes (Bruna Benevides, et. al. 2020).

Ao unir a análise de Collins sobre as duas dimensões do conhecimento e a aplicação do conceito de interseccionalidade por Oliveira et al. (2020), pode-se entender que o conhecimento acadêmico e o conhecimento baseado na experiência pessoal devem ser vistos como complementares. Ambos contribuem para a construção de uma compreensão mais holística e contextualizada das realidades de opressão enfrentadas por grupos marginalizados. Esta abordagem é especialmente relevante em estudos que tratam da marginalização de mulheres trans e travestis, permitindo que as suas vivências sejam entendidas em sua totalidade e complexidade, levando em consideração as interações entre diferentes eixos de opressão.

Nesse contexto, a crítica à transfobia estrutural apresentada por Luz & Jiani Bonin (2021) complementa essa análise ao destacar como as leis e políticas públicas baseadas em um sistema universal de igualdade por integração frequentemente falham em abordar as múltiplas nuances e atravessamentos das experiências dos sujeitos marginalizados. Para os autores, é fundamental considerar os contextos sociais, políticos, culturais e, sobretudo, históricos em que a sociedade se encontra ao elaborar e aplicar essas políticas, evidenciando a necessidade de um olhar mais interseccional e sensível às especificidades das vivências trans e travestis.

> "A vulnerabilização e precarização da vida de mulheres travestis e trans é indicada [...] na desassistência no âmbito das políticas públicas no Brasil direcionadas a essas populações [...] são indicadores dessa precarização" (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019, p. 60)

Da mesma maneira que é fundamental a afirmação de um lugar político e social, por onde se atravessam marcadores como de raça, classe, gênero, etnia e outros (Luz & Jiani Bonin, 2021), em relação às políticas de direitos humanos, é fundamental desconstruir discursos feministas que também atuam, em diferentes formas ou grau, na dominação e exclusão de mulheres trans ao não reconhecerem o fenômeno de maneira interseccional (Nunes, 2017).

Cardoso (2023) pontua que essa forma de dominação e exclusão através do não reconhecimento dessas identidades e das diversidades e especificidades de mulheres que estão fora do contexto ocidental. Esse posicionamento que inunda as correntes feministas, frequentemente orientadas por um feminismo universal, impõe uma visão única, uma história única, e universaliza a ideia de mulher e suas causas, reduzindo o movimento feminista e ignorando suas nuances contidas no que é ser mulher (Chandra Mohanty, 2003).

Isso é um ponto de alcance em relação aos estudos de Rosana Ferreira (2021), indica ao analisar os relatos e postagens nas redes sociais de viagens de uma mulher trans, onde são reveladas as várias formas de opressão e dificuldades em viagens nacionais e internacionais. Além disso, a questão da inserção de camadas que refletem as ações de um sistema neocolonial e imperialista estão presentes no artigo de Thomaz Cardoso (2023), que elabora em sua pesquisa a forma como além de uma recusa de inclusão no campo acadêmico, a vivência e perspectiva trans sofre um apagamento e uma forma de epistemicídio.

Segundo o que pontua Cardoso (2023), o transepistemicidio ocorre não apenas pelo apagamento, mas por meio de uma atividade de invisibilidade e retroalimentação de sistemas de violência e opressão de saberes e vivências trans. Da mesma maneira, Cardoso (2023) recorre a Patrícia Collins (2020) quando defende a importância tanto do saber vivido quanto do saber

acadêmico na construção de um entendimento abrangente das experiências de opressão, especialmente no contexto das mulheres negras e das pessoas trans e travestis.

O conceito de "Projetos Sociais" de Patrícia Hill Collins (2020) refere-se à ideia de que a raça não é um dado biológico fixo, mas uma construção social que é constantemente reinterpretada e redefinida em diferentes contextos históricos e políticos. A autora pontua que esse conceito não se estende apenas às dimensões raciais, mas também abrange outras dimensões sociais e identidades, como classe e gênero.

Ou seja, os projetos sociais são processos nos quais a significação de uma identidade ou um de seus marcadores é articulada a partir de práticas sociais, políticas e econômicas, e, ao mesmo tempo, serve como um meio para a manutenção ou transformação das relações de poder. Pensar que a sociedade se alicerça num longo projeto social de normatização e padronização sobre as produções de gênero implica em diferentes formatos de como isso acontece.

Uma das formas em que projetos sociais estão embutidos é em relação transepistemicidio. O conceito de "transepistemicídio" levantado por Thomáz Cardoso (2023) faz referência a uma forma de violência estrutural que vai além da marginalização, buscando a eliminação do conhecimento, saberes e existências das pessoas trans para manter e assegurar a hegemonia de normas cis-heteronormativas.

De acordo com Cardoso, essa violência é interligada à transfobia estrutural, que atua de maneira sistêmica para excluir as identidades trans, garantindo que a norma cisgênera e heterossexual continue operando sem perturbações. O termo sugere que a eliminação não se dá apenas no nível físico, mas também na esfera epistêmica, isto é, na forma de saberes, representações e discursos que legitimam as existências das pessoas trans.

Conforme descrito por Thomás Cardoso (2023), há uma interação e coexistência entre a produção de conhecimento advinda das experiências vividas por indivíduos fora da academia e o saber legitimado pelo ambiente acadêmico formal. Essa dualidade, segundo Collins, evidencia tanto a tensão quanto a potencialidade de complementaridade entre os saberes vivenciados e os que são institucionalmente reconhecidos, destacando a importância dos conhecimentos não hegemônicos na promoção de práticas e discursos transformadores.

Patrícia Collins (2020) argumenta que o conhecimento vivencial, que surge das experiências sociais, culturais e políticas dos indivíduos, oferece perspectivas críticas e transformadoras que desafiam e complementam o saber acadêmico formal. Esse conceito é central para a epistemologia transfeminista, pois reconhece que a produção de conhecimento não é neutra e está historicamente vinculada à relações de poder que marginalizam determinados saberes, como os de diversos grupos oprimidos.

Dentro desse escopo, a interseccionalidade exemplifica bem essa articulação ao atuar tanto como um campo teórico emergente quanto como uma prática social e política comprometida com lutas cotidianas. De acordo com Ana Nascimento e Maria Cruz (2021), o transfeminismo busca desenvolver-se no âmbito teórico ao mesmo tempo em que legitima e valoriza as identidades de gênero diversas através de sua práxis de forma interseccional.

Ao reconhecer as opressões interseccionais que afetam corpos dissidentes das normas racistas e sexistas, o transfeminismo valida as experiências e resistências daqueles que desafiam as estruturas normativas (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021, p. 7). A interseccionalidade, quando aplicada como um projeto racial, reconhece que raça, gênero, classe, constituem lugares cruciais de contestação política e social. Dessa maneira, o transfeminismo vai além das fronteiras do conhecimento acadêmico tradicional ao valorizar e integrar as vivências das pessoas trans e travestis de maneira interseccional (Thomas Cardoso, 2023).

> "A relevância e a potência do transfeminismo se traduz e se revela na dimensão dos fundamentos teóricos, como campo do conhecimento em construção, e igualmente na dimensão de práxis social e política para as lutas e os enfrentamentos cotidianos ao legitimar as existências da pluralidade e da diversidade das identidades de gênero, além do reconhecimento das opressões interseccionadas sofridas pelos corpos com identidades, expressões e performances que subvertem e (r)existem dissidentes às normas e regulações sexistas, também, racistas." (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021, p. 7)

Essa perspectiva sublinha a urgência de debater e enfrentar as diversas camadas de opressão e violência que atravessam as vidas de pessoas trans. Além disso, implica a necessidade de repensar as normas sociais, estruturas políticas e epistemologias hegemônicas que sustentam a exclusão e reforçam a invisibilização de corpos e identidades que desafiam os parâmetros binários de gênero e sexualidade.

Apesar de enfrentarem uma série de tentativas de controle e regulação sobre seus corpos e identidades, mulheres trans através do movimento transfeminista reivindicam a posse de suas vidas e corpos, transformando essas mesmas experiências de exclusão em formas de resistência e ressignificação (Bruna Benevides et al, 2020). Mesmo em contextos marcados por múltiplas camadas de exclusão, as pessoas trans exercem agência sobre suas identidades, utilizando-as como ferramentas de resistência contra normas opressivas e como um caminho para afirmar suas existências em um mundo que, muitas vezes, tenta silenciá-las (Bárbara Medeiros et al 2022).

O conceito de solidariedade e interseccionalidade em alianças cis-trans, como apontado por Bárbara Medeiros et al. (2022), sugere uma abordagem de cooperação e apoio mútuo que vai além de uma relação hierárquica ou baseada em compaixão paternalista. Essa visão inclui uma perspectiva interseccional, o que significa que as diferentes formas de opressão enfrentadas pelos grupos são compreendidas em relação umas às outras e enfrentadas de maneira integrada (Bárbara Medeiros et al., 2022).

A interseccionalidade enquanto conceito chave dos novos movimentos feministas, a integração do movimento transfeminista, e o uso extenso das plataformas *online* para a congregação, cooperação e engajamento nas práticas feministas são características que definem o que atualmente denomina-se a quarta onda feminista (Ana Nascimento & Maria Cruz, (2021). A questão da transfobia e da violência institucional revela-se de forma contundente na exclusão histórica e contínua das mulheres trans e travestis, mesmo em espaços que se propõem inclusivos. Conforme apontado por Cardoso (2023), o feminismo, enquanto movimento, precisa reconhecer e abordar suas falhas ao não incluir plenamente essas identidades, que muitas vezes continuam sendo percebidas como "outsiders" ou "forasteiras de gênero," ocupando um lugar de não existência e marginalização (p. 130).

A transfobia é definida como um conjunto de atitudes, comportamentos e sistemas estruturais que promovem discriminação, marginalização e violência contra pessoas transgênero, não-binárias, mulheres trans e travestis, com base na negação ou aversão à sua identidade de gênero (Supremo Tribunal de Justiça, 2019). Esses comportamentos variam desde expressões de preconceito individual até políticas institucionais que negam direitos fundamentais, legitimam práticas discriminatórias e reforçam normas cis-heteronormativas (Bruna Benevides, 2020).

No Brasil, a transfobia institucional e as violações de direitos humanos são particularmente expressivas contra mulheres trans e travestis, configurando um cenário de genocídio trans, como apontado por Maria Clara Passos (2022). Esse contexto de exclusão e violência reflete-se em uma realidade de escassez de oportunidades e cerceamento das possibilidades de existência para essas pessoas, perpetuando um ciclo de marginalização e violência.

Essa exclusão é exemplificada em eventos como o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, no qual, segundo Cardoso (2023), o debate sobre questões relacionadas às mulheres trans ocorreu sem a presença de representantes trans, e foi marcado por comentários transfóbicos provenientes de algumas participantes da plenária (p. 128). Tais situações ilustram como a violência institucional e a transfobia não estão restritas a contextos explicitamente

opressores, mas podem ser reproduzidas mesmo dentro de espaços progressistas, apontando para a necessidade de uma reflexão crítica e inclusiva sobre a interseccionalidade e a acolhida de todas as identidades de gênero.

Teresa Lauretis (1994) propõe que as tecnologias de gênero sejam compreendidas como dispositivos de práticas discursivas que moldam as subjetividades e as representações de gênero, influenciando como as identidades de gênero são construídas e percebidas. Esse conceito é particularmente relevante no contexto digital, onde as representações e as práticas de gênero são constantemente negociadas e reconfiguradas.

A articulação entre as teorias de Judith Butler e Teresa Lauretis possibilita uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas de gênero e das representações identitárias, evidenciando o papel das práticas discursivas e das tecnologias de gênero na produção de subjetividades e na transformação das normas sociais. Essas perspectivas teóricas se complementam, pois Teresa Lauretis (1994) propõe que as tecnologias de gênero atuam como dispositivos que moldam subjetividades, produzindo identificações pautadas por pressupostos normativos de gênero, enquanto Butler destaca o caráter performativo do gênero como uma prática reiterada e construída socialmente.

A partir dessa compreensão, percebe-se que a produção e construção de gênero e identidade ocorrem dentro de uma lógica simbólica e narrativa, situadas em contextos sociais e históricos específicos. Essas construções são dinâmicas, constantemente moldadas e transformadas, mas também institucionalizadas, sendo reguladas e normatizadas por instituições que definem limites sociais de legitimidade e aceitabilidade. Essas instituições – que incluem o Estado, a mídia e sistemas educacionais – desempenham um papel central na reprodução de normas que moldam as experiências de gênero dos sujeitos.

No caso das pessoas trans, as práticas e normas institucionais frequentemente reforçam a transfobia, operando por meio de políticas discriminatórias, barreiras de acesso a direitos fundamentais e a negação de reconhecimento social. A violência institucional, assim, perpetua desigualdades e reafirma os limites impostos por uma sociedade que estabelece quem é digno de reconhecimento, visibilidade e proteção, e quem é relegado à margem, reproduzindo dinâmicas de controle e exclusão que afetam os sujeitos de forma estruturada e contínua.

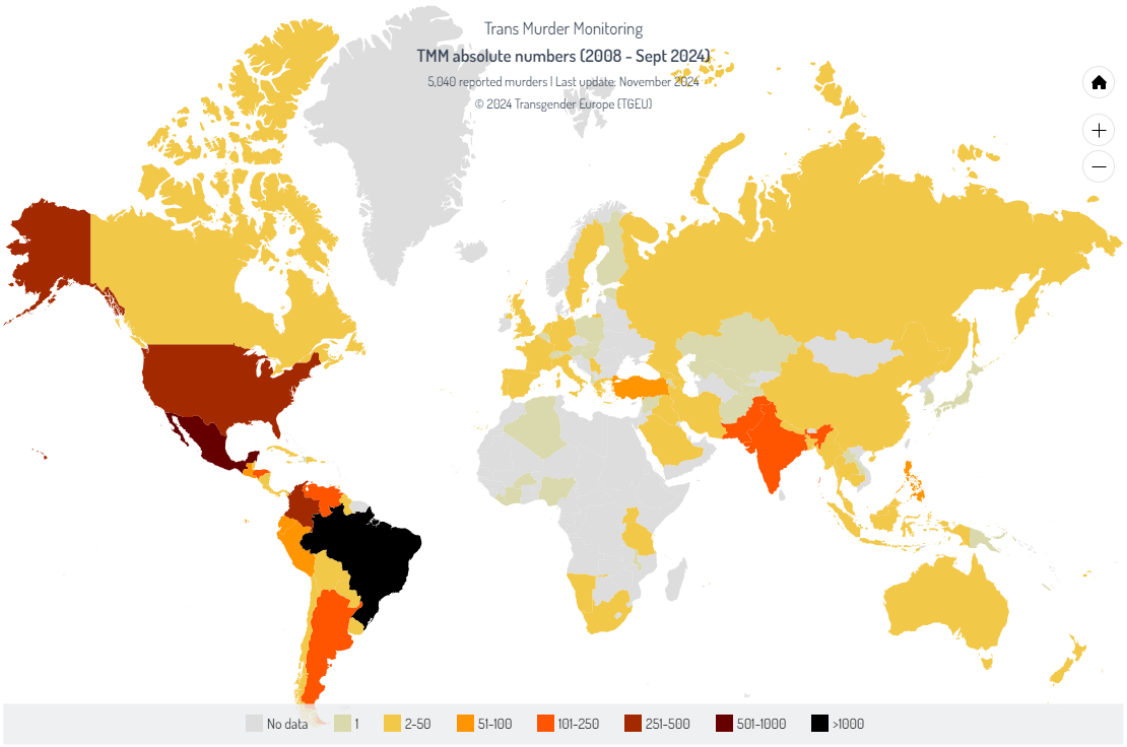
Outro ponto de destaque que se mostra necessário para trazer ao debate em relação ao tema e do fenômeno em questão se dá pelos índices que marcam o Brasil como o país que mais assassina pessoas trans no mundo. Esse cenário reflete a persistência da transfobia na sociedade brasileira, que apesar de avanços legais como o reconhecimento da transfobia enquanto crime

equiparado ao racismo em 2019 (STF, 2019), a violência contra pessoas trans, sejam mulheres ou homens, permanece alarmante.

Essa situação se agrava ainda mais quando colocamos em cena a situação de mulheres trans e travestis. Além disso, ainda segundo o dossiê, a expectativa de vida de mulheres trans no Brasil é de apenas 35 anos, evidenciando a gravidade da situação. Os estudos ainda indicam que mulheres trans e travestis têm até 38 vezes mais chances de serem assassinadas em relação a homens trans e pessoas não binárias. Segundo a organização internacional de monitoramento de assassinatos de pessoas trans, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, seguido apenas pelo México (Figura 12).

Figura 12

Números absolutos de assassinatos de pessoas trans (2008-2024)



Fonte: tdor.translivesmatter.info (2024)

Esses números, assim como os dados apresentados ao longo desta pesquisa, evidenciam que a transfobia está profundamente enraizada em fatores culturais, sociais e econômicos. Judith Butler (2016) destaca que a subversão está inscrita em corpos declarados como "abjetos", e isso se manifesta na brutalidade dos índices observados. A marginalização histórica, a exclusão social e a falta de oportunidades de emprego acentuam a vulnerabilidade da população

trans, especialmente das mulheres trans e travestis, perpetuando um ciclo de violência e exclusão motivado por ódio e preconceito.

Bárbara Medeiros et. al. (2022) destacam que esses fatores estruturantes no Brasil, de maneira que efetivam formas de violência e opressões permanentemente e assim destituem sujeitos de cidadania e possibilidades de existência. Os autores pontuam ainda que a interseccionalidade entre essas opressões, como da exclusão sócio-política, do racismo e da transfobia se constituem estruturais e históricas no país, forjando a identidade da travestilidade brasileira. Aspectos que exigem que o fortalecimento político e social deste grupo encontre ferramentas contínuas e que se reatualizem no âmbito das dinâmicas sócio-históricas.

6.2 Eixo 1 e 2 – Ciberativismo e Resistência: Teorias e intervenções como estratégia de resistência e transformação social

A interseccionalidade enquanto conceito, ao ser aplicado na análise de ciberativismo de mulheres trans, revela como questões de gênero, raça e classe são articuladas na prática *online*. O transfeminismo, por sua vez, atua como catalisador dessa resistência, conectando-se diretamente às lutas sociais empreendidas nas redes digitais (Thomas Cardoso, 2023).

Estudos como de Ana Nascimento & Maria Cruz (2021), Mériti Souza & Marcelo Prado (2019) e Jacqueline de Jesus (2014) trazem que a *internet* é um dos grandes contextos onde se desenvolve o transfeminismo (ou feminismo transgênero), sendo um fenômeno e uma linha de pensamento que se prolifera e se expande através da *internet*, por meio de *blogs* e em redes sociais.

Essa linha de pensamento e prática feminista se prolifera e se expande de maneira significativa através de plataformas digitais, como blogs e redes sociais. O ambiente digital tem se mostrado um espaço de articulação, visibilidade e troca de saberes que possibilita a construção de identidades e resistências transfeministas.

Conforme ressaltam Ana Nascimento e Maria Cruz (2021):

> "(...) essa nova manifestação expressiva de feministas e transfeministas conectadas vem sendo chamada de ‘quarta onda’ do movimento feminista, uma onda que tem a especificidade de ser marcada pela popularização e democratização do feminismo na rede ou através dela" (p. 7).

Esse contexto digital confere ao transfeminismo um caráter democrático e acessível, proporcionando uma plataforma para a amplificação das vozes trans e para a construção de

alianças, resistências e práticas de desconstrução de normas cis-heteronormativas, marcando uma nova fase do movimento feminista.

Ainda segundo as mesmas autoras, o ciberespaço é um dos principais espaços de ativismo e expansão dos movimentos feministas e transfeministas (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021). O fenômeno descrito pelos autores é característico de um grande contingente de movimentação e propagação de informações dentre os temas do feminismo de quarta onda e do movimento transfeminista.

No levantamento de dados, identificou-se que plataformas como *Twitter* e *Facebook* desempenham papel essencial na organização de movimentos de mulheres trans. Por meio dessas plataformas, as ativistas ampliam o alcance de suas mensagens e promovem campanhas que denunciam a violência transfóbica e reivindicam políticas públicas inclusivas (Marília Barreira & Luciana Maia, 2022).

Assim como pontua Eliane Queiroz (2017), o uso do ciberespaço neste contexto se dá através do ciberativismo de classificação primária, onde a informação circulada e compartilhada atua como denúncia e consequentemente ativismo. Entretanto, o ciberativismo transfeminista não se contém em apenas o compartilhamento de informações, mas se expande para o ativismo e mobilização *online* que, a partir desse intermédio das redes, é seguido também de maior contingente em manifestações de ruas (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021).

Esse movimento ciberativista é descrito por Eliane Queiroz (2017) como uma categoria secundária onde o movimento *online* acontece como forma de agenciar e organizar movimentos nas ruas, proporcionando maior escopo das manifestações. A partir do agenciamento e organização de movimentos *online*, e engajamento através de denúncias (ciberativismo primário), o movimento ganha proporção pelo compartilhamento das manifestações a partir de transmissões de vídeo ao vivo, o que também configura uma forma de ciberativismo associado ao potencial da movimentação originada nas redes.

Esses movimentos, em específico movimentos de mulheres organizadas em diferentes movimentos feministas e transfeministas vide ciberativismo, característicos da quarta onda feminista, são também processos de resistência ativos de mulheres (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021). Características da sociedade contemporânea, a movimentação social e processos de ativismo civil tem sido cada vez mais potencializados pela *internet* por meio das tecnologias de informação e comunicação (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021).

O reconhecimento e identificação atuam como fatores primordiais nesses processos de ciberativismo (Marilia Barreira & Luciana Maia, 2022). Através da apropriação das tecnologias da informação e comunicação por mulheres ativistas na contemporaneidade, mulheres em suas

pluralidades se encontram e trocam vivências, experiências, compartilham na construção e formação sociopolítica em espaços de subjetivação[16] mediados por essas tecnologias (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021).

A partir da construção do sentimento de pertença e da constituição da criatividade social, conforme destacado por Marília Barreira e Luciana Maia (2022), mulheres feministas e transfeministas têm se engajado no desenvolvimento de redes de sororidade e militância que proporcionam suporte, fortalecimento e mobilização coletiva. Essas redes, como apontado por Ana Nascimento e Maria Cruz (2021), não apenas oferecem espaços de acolhimento e troca de experiências, mas também fomentam práticas e estratégias de resistência frente às opressões de gênero e às normas cis-heteronormativas.

Ana Nascimento e Maria Cruz (2021) denominam essas práticas conjuntas do movimento feminista e transfeminista da quarta onda do movimento feminista, como expressivamente demarcada pela popularização, pluralização e democratização do feminismo através da rede ou na própria rede. Isso pois, as ferramentas digitais possibilitam não apenas a comunicação, mas também a construção de redes que promovem solidariedade, apoio mútuo e articulação política, favorecendo a inclusão de pautas que muitas vezes são negligenciadas em espaços tradicionais.

As redes sociais e outras TICs oferecem, assim, um espaço de resistência, formação e compartilhamento de experiências que transformam o ativismo em um fenômeno dinâmico e global (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021). Para Mériti Souza & Marcelo Prado (2019), a *internet* e as redes sociais são mais do que um meio de comunicação, mas espaços fundamentais onde mulheres trans discutem temas como sobre suas identidades e resistem ativamente contra normas cisheteronormativas.

O ciberespaço proporciona a criação de redes de apoio e promove políticas de visibilidade e resistência, em movimentos que desafiam as categorias e normas de gênero e sexualidade (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019). Para os autores, o ciberespaço não é apenas um meio de comunicação, mas um local estratégico de resistência e afirmação identitária que contribui para o avanço das pautas de gênero e para a transformação social.

Esse contexto digital oferece um ambiente em que mulheres trans podem expressar suas vivências, compartilhar experiências e construir uma rede de suporte mútuo. Além disso, as plataformas *online* proporcionam um espaço para desafiar e subverter as normas sociais e

[16] Gonzales Rey (2004)

culturais que muitas vezes as marginalizam, promovendo a inclusão e a representação das múltiplas identidades de gênero e sexualidade.

> “A apropriação das novas TICs pelas mulheres ativistas nos tempos atuais proporcionou conexões feministas e transfeministas com trocas de vivências, formação sociopolítica, sororidade e militância mediadas por essas tecnologias.” (Ana Nascimento & Maria Cruz, 2021, p. 7)

Além de fornecer espaços de ação comunitária e solidariedade, a presença e atividade dos diversos feminismos em rede, e ascensão de movimentos como o transfeminismo ocasionam ainda em um fenômeno de coalizão. Isso porque, como trabalhado anteriormente, há uma colonização discursiva e apropriação do discurso feminista e da constituição da categoria “mulher” por parte de um feminismo hegemônico.

Assim, o movimento transfeminista desafia alguns parâmetros dispostos por correntes clássicas em relação à categoria mulher, provocando debates em relação às correntes e entre elas. Inscritas em relações de poder, as práticas feministas são questionadas frente a diversidade que se amplia cada dia mais. A coalizão entre diversos feminismos representa, então, uma proposta de feminismos que buscam a descolonização e a construção de solidariedades embasadas em reconhecimento e respeito das diferenças (Chandra Mohanty, 2003),

O movimento transfeminista desafia muitos dos parâmetros estabelecidos por correntes feministas clássicas no que diz respeito à categoria "mulher", promovendo debates que reconfiguram e ampliam o entendimento sobre gênero e identidade. Nessa perspectiva, trabalhar o "pessoal como um ato político", como afirmado por Thomas Cardoso (2023), possibilita estudos e práticas que contemplem as experiências vividas por mulheres trans e travestis.

Thomas Cardoso (2023) destaca que esse enfoque evidencia as opressões e violências sofridas por essas mulheres, trazendo à luz as camadas de exclusão que atravessam suas vidas. Assim, o transfeminismo não apenas expande os debates sobre gênero, mas também promove uma prática política que valoriza a diversidade e a justiça social, ao mesmo tempo em que desafia normas e hierarquias estabelecidas, até mesmo nos movimentos que lutam contra essa hierarquização.

Bárbara Medeiros et al. (2022) destacam a importância de uma solidariedade que transcenda hierarquias e relações unilaterais de compaixão no ciberativismo virtual entre mulheres trans e cis. Para os autores, é importante pontuar que a estima dos movimentos feministas não se detém em uma compaixão de um grupo para com os outros, mas em uma hierarquia entre a pauta geral e aquela prioritária.

Salientam que há enorme potencial de solidariedade no ciberativismo de mulheres trans e cis, e que para que tal ocorra, sugere a necessidade de uma relação de fortalecimento mútuo e interseccionado. Mais uma vez a interseccionalidade aparece como ponto-alvo nos movimentos, inclusive quando se fala da cisão e coalizão entre movimentos que – em teoria – lutam pelas mesmas causas, levantando diferentes bandeiras. Essa abordagem ressalta a necessidade de solidariedade colaborativa, que promove o fortalecimento coletivo e a construção de alianças horizontais.

O ciberativismo, ao conectar mulheres diferentes e de diferentes experiências, oferece um espaço tanto para a coalizão e novas produções, quanto para a criação de vínculos e ações coletivas que desafiam estruturas opressoras e promovem a inclusão e a equidade com base em perspectivas interseccionais. Nesse contexto: "Esses espaços se tornaram, além de palco de visibilidade, uma trincheira de defesa e de protagonismo da própria identidade travesti, superando a marginalização e promovendo um novo tipo de protagonismo digital e político" (Bruna Benevides, et al, 2020, p. 08).

O processo de resistência das mulheres trans, conforme identificado em diversos estudos da atual pesquisa, ocorre principalmente por meio da visibilidade e organização em redes sociais como *Instagram* e *YouTube*. Estudos como os de Marília Barreira & Luciana Maia (2022) mostram como as ativistas trans usam essas plataformas para resistir à transfobia e criar redes de solidariedade e resistência.

Para esses e tantos outros autores da atual pesquisa, o espaço *online* é um espaço de produção vital tanto para a criação quanto fortalecimento, através de grupos e compartilhamento de mídias, desenvolve-se em uma rede de apoio e afetos que propulsionam a disseminação de produções e conhecimentos de pessoas trans. Segundo Cardoso (2023), a atividade *online* faz com que se trabalhe o pessoal como um ato político da experiência de mulheres trans e travestis *online*.

Bruna Benevides, et al (2020), traz diversos exemplos que possibilitam a identificação e o fortalecimento de uma identidade coletiva, além da criação de redes de apoio. Através do compartilhamento diário de posicionamentos ético-políticos, ou deixando mais evidentes opressões e violências sofridas por mulheres trans e travestis, transforma-se a experiência em trans-ativismo.

De maneira geral, de acordo com o levantamento realizado por essa pesquisa, a literatura acadêmica aponta que o ciberativismo de mulheres trans se conclui em redes sociais, como o *Instagram* e o *YouTube*. Essas plataformas se destacam como os espaços mais frequentemente citados nos estudos sobre ciberativismo de mulheres trans, oferecendo visibilidade e conexão.

Estas destacam-se como as redes mais frequentemente citadas na literatura sobre ciberativismo de mulheres trans, seguidos por *Twitter* e *Facebook*, que também desempenham papeis importantes na organização e mobilização política.

Paralelamente, plataformas mais tradicionais, como *sites* e *blogs*, mantêm-se como espaços significativos para a articulação de resistências e a produção de conhecimento transfeminista. Embora apresentem formatos diferentes das redes sociais contemporâneas, esses espaços continuam a proporcionar reflexões profundas, debates e produções intelectuais que desafiam as normas cis-heteronormativas e promovem a difusão do pensamento crítico e da práxis transfeminista.

O ciberespaço tem se tornado um terreno fértil para práticas de resistência transfeministas. Os estudos mostram que *blogs* e redes sociais permitem que mulheres trans contestem normas cis-heteronormativas ao compartilhar vivências, propor debates e fomentar solidariedade (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019). Essa prática amplia os sentidos do ciberativismo, convertendo experiências de opressão em formas de resistência ativa e coletiva.

Outro ponto crucial a ser discutido é a ausência de recursos e o apoio insuficiente de serviços públicos e do Estado para as pessoas trans, o que se agrava pela carência de mecanismos viáveis para a denúncia de violências e casos de transfobia. Nesse contexto, a *internet* e o ciberativismo emergem como ferramentas essenciais para a defesa de direitos e para a luta por justiça.

Isso se torna ainda mais evidente quando se considera que, em muitos cenários políticos, o próprio Estado figura como um dos agentes perpetradores de violências e atos de transfobia. Como destacado por Bruna Benevides et al, (2020), "(...) muitas denúncias envolvendo pessoas trans terminam sendo desencorajadas e sistematicamente não investigadas, inconclusivas ou ignoradas [...]".

Além disso, a realidade de recorrer ao próprio Estado para denunciar as violências que ele mesmo perpetua levanta um dilema profundo, como apontam os autores: "Como ela poderia denunciar ao estado o seu próprio agente, e exigir proteção, ou que o mesmo estado cuide de sua segurança?" (Bruna Benevides et al, 2020, p. 6). Dessa maneira, o ciberativismo e as redes sociais proporcionam um espaço de denúncia, resistência e busca por justiça, funcionando como uma alternativa diante da negligência e do ciclo de violências perpetuadas pelas instituições estatais.

Esses estudos elucidam temas de transfobia, o contexto de resistência, e a violência institucional, abordando como a marginalização e a falta de acesso a mecanismos de denúncia intensificam a exclusão e a vulnerabilização das travestis e mulheres trans.

Pensando no ciberespaço enquanto espaço de disputa em constante transformação, onde narrativas de grupos detentores de poder são questionadas e desafiadas, o ciberativismo possibilita a ampliação das tantas formas de ativismo e das dinâmicas entre as esferas de poder no mundo digital. Por meio da *internet*, a partir da manifestação de atos políticos de afirmação de existência, mulheres trans "usam o seu corpo como arma para colocar em xeque um sistema que torna invisíveis corpos como [os delas]" (Vi Grunvald, 2022, p. 4)

Vi Grunvald (2022) defende que, assim como grupos que usam o ciberativismo como estratégia de veiculação de mídias e conteúdo "artivistas", a música e a movimentação de comunidades *online* que compartilham os sentidos veiculados por ela agem de forma a aterrorizar a norma e os seus defeitos, representando a coalizão entre as esferas de poder projetadas em ambiente *online*.

Essas formas de transforbia podem se manifestar dentro dos próprios movimentos e grupos de acolhimento, e está imbuída alicerçadamente na sociedade de maneira que é naturalizada. São reflexo de formas sutis e difundidas de poder, que influenciam práticas cotidianas, condutas e subjetividades – por isso seu caráter estrutural – e demarcam o que Paola Bachetta (2009) denomina "micropoder circulante".

Como forma de resistência, mulheres trans têm se organizado em movimentos autônomos ou em coalizões interseccionais para demandar representatividade e políticas públicas que considerem suas especificidades. Contudo, mesmo no espaço virtual — que inclui plataformas como *blogs*, *Instagram* e *YouTube* — prevalece a disseminação de perspectivas transexcludentes.

Conforme apontam Ana Marsicano e Tabata Tesser (2024), essas plataformas têm possibilitado a circulação de discursos oriundos de autoras do feminismo radical, cuja centralidade analítica está no conceito de "sexo", bem como de mulheres conservadoras de direita que se opõem ao feminismo. Esses discursos, ao ecoarem uma visão excludente, reforçam os desafios enfrentados por mulheres trans ao tentarem se afirmar em ambientes que deveriam fomentar inclusão e diálogo.

Mulheres trans racializadas (negras, indígenas ou de outros grupos minoritários) enfrentam uma intersecção ainda mais forte de racismo, transfobia e misoginia. O racismo estrutural intensifica a vulnerabilidade e a exclusão enfrentadas por mulheres trans racializadas, resultando em menos oportunidades de emprego, educação de qualidade, moradia adequada e acesso a cuidados de saúde. Além disso, as representações culturais e estereótipos negativos sobre mulheres trans racializadas reforçam ainda mais sua marginalização.

A resistência dessas mulheres ocorre por meio de movimentos e coalizões que lutam contra o racismo, a transfobia e o patriarcado simultaneamente, muitas vezes articulando suas lutas com outros movimentos de direitos civis e justiça social. Sua resistência, portanto, é multifacetada, desafiando tanto o racismo estatal e institucional quanto às imposições patriarcais dentro de suas próprias comunidades.

Ao se organizarem em movimentos de resistência que desafiam essas múltiplas camadas de opressão, essas mulheres também estão coproduzindo novos modos de subjetividade e práticas sociais. Por meio de alianças e movimentos transversais, elas constroem espaços de resistência que rompem com os limites impostos por normas dominantes, ilustrando a capacidade dos sujeitos subalternos de transformar suas condições de opressão em práticas de luta e resistência.

Segundo o que propõe os estudos analisados, no contexto predisposto pelo ciberativismo as formas de resistência se manifestam a partir de comunidades que se formam em redes sociais, grupos do *Facebook* e *Blogs*, no *Youtube*, em páginas do *Instagram* e até mesmo em sessões comentários de noticiários. De acordo com os estudos analisados, mulheres trans têm utilizado plataformas como *Instagram* e *YouTube* para desafiar a invisibilização de suas narrativas. Por exemplo, campanhas de conscientização sobre a violência transfóbica viralizadas nessas plataformas criaram redes de solidariedade que transcendem barreiras geográficas, promovendo maior visibilidade e apoio mútuo (Marília Barreira & Luciana Maia, 2022).

Vi Grunvald (2022) argumenta que a resistência, além de ser uma manifestação política, é também física, em contraposição à ideia de que se trata apenas de um ato simbólico. Essa resistência se expressa na persistência das "corpas" no mundo, desafiando uma necropolítica que busca sua eliminação (p. 6). Neste sentido, a autora dialoga profundamente com a perspectiva de Judith Butler sobre as "leis de possibilidade" e as "regras de existência". Para Judith Butler (2016), a vida humana é regulada por normas que determinam quais corpos são inteligíveis e quais são considerados dignos de luto, reconhecimento e existência.

Essas normas, ou "leis de possibilidade", regulam a condição de vida dos corpos, estabelecendo parâmetros para quem pode ser considerado sujeito social legítimo e quem é relegado à precariedade, marginalização ou à invisibilidade. Para tanto, a resistência é, além de política, física. Onde as formas de resistência e existência se manifestam por meio de tecnologias de interatividade, a *internet* se torna mediador na construção de múltiplas redes de sentido e pertencimento (Vi Grunvald, 2022)

Nesse sentido, a resistência descrita por Vi Grunvald e por outras autoras e autores citados neste trabalho, é uma confrontação direta com as "regras de existência" propostas por

Judith Butler (2016) que estruturam quem tem o direito de existir e persistir em sociedade. A presença e a insistência das "corpas" trans, travestis em um mundo que busca sistematicamente sua exclusão, como descrito por Vi Grunvald (2022), não é apenas um desafio simbólico, mas uma transgressão concreta das normas cis-heteronormativas que delimitam a possibilidade de suas existências.

Segundo o proposto por Paola Bacheta (2009), estas formas de ativismo por meio de afirmações de existência e “artivismo” conferem a complexidade que se dá os circuitos de resistência, relacionadas com as suas diversas relações com a visibilidade, invisibilidade e invisibilização em relação ao poder. Assim, existir, enquanto ato de resistência, e buscar a visibilidade dessa existência *online*, perpassam o circuito transgressivo dos processos de resistência, envolvendo ações e comportamentos que desafiam as normas e as convenções sociais estabelecidas (Paola Bachetta, 2009).

Ainda de acordo com Paola Bachetta (2009), o circuito de resistência, neste caso por meio do ciberativismo, ainda se coloca enquanto diretamente opositivo, onde há ação direta desafiando poderes hegemônicos; e transformativo, onde a partir desses atos de (r)existência há, sistemicamente, a criação de transformações sociais e mudanças sísmicas nas organizações de poder, abalando tais estruturas. A partir dessa perspectiva, a resistência dessas "corpas" pode ser vista como um ato de redefinição e reapropriação das regras impostas, uma luta contínua para ampliar os limites do possível e contestar as normas que definem quem é legitimamente reconhecido enquanto sujeito e quem é descartado (Vi Grunvald, 2022).

Neste caso, a resistência de mulheres trans se articula contra as formas de exclusão física e simbólica, mostrando como as novas tecnologias se tornaram ferramentas estratégicas de luta e visibilidade. Além dessa articulação multifacetada e interconectada em co-formações, a resistência de mulheres trans se dá, na maioria dos casos, em uma luta interseccional contra as normas impostas, o sistema, e o Estado (Vi Grunvald, 2022).

Para Berenice Bento (2017) a experiência das pessoas trans, evidencia a resistência a essas normas e revela a capacidade dos corpos e identidades dissidentes de subverterem às imposições que tentam confiná-los. A luta contra a colonialidade do gênero, nesse sentido, é uma luta pela autonomia dos corpos e pela redefinição dos espaços de subjetividade, identidade e resistência, como demonstra Vi Grunvald se dá em: “(...) outras configurações de esfera pública menos marcadas pela violência de um CIStema colonial e necropolítico para o qual nossas corpas são descartáveis e não passíveis de luto. (Vi Grunvald, 2022, p. 16)

Apesar de grupos minoritários utilizarem o ciberativismo como forma de militância e engajamento político, possibilitando a visibilidade de informações encobertas pelas grandes

mídias e demais instituições sociais, é preciso enfatizar que este espaço não está livre de hierarquias e opressões. Por mais que, assim como nos mostram os estudos analisados, o ciberativismo oferece visibilidade às demandas e pautas sociais de mulheres trans, as mesmas marcas ainda se desdobram neste espaço e, numa sociedade marcada pelo aspecto tecnológico, atravessam sujeitos e contribuem de diversas maneiras nos processos de identidades de gênero no lócus digital, assim como nos processos de subjetivação de indivíduos contidos nele.

Ou seja, as mesmas instituições responsáveis pela manutenção da realidade excludente de mulheres trans também exploram esse ciberativismo objetivando lucro, colocando em risco a legitimidade do movimento. Ao se apropriar do movimento, essas instituições podem moldar a linguagem para atender ao interesse dessas corporações, descarrilhando o evento de tal maneira para que se adeque ao "*estabilishment*", e com isso não produza o efeito legitimamente intencionado e esperado, se tornando mais uma vez produto de mercado, assim como acontece com outras produções presentes nas mídias sociais (como a música, filmes, documentários, entre outros).

O capitalismo digital – ou ouso a dizer, o cibercapitalismo – pode ainda amplificar desigualdades preexistentes e criar barreiras adicionais para movimentos sociais marginalizados, como as mulheres trans, em termos de acesso, segurança e visibilidade. A reprodução de estruturas de poder patriarcais, transfóbicas e capitalistas no ambiente digital reflete as dinâmicas de exclusão e opressão que esses movimentos combatem.

O ciberespaço como lócus de resistência é ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que oferece possibilidades de organização, visibilidade e resistência, também reflete as dinâmicas de exploração, vigilância e controle típicas do capitalismo neoliberal e, principalmente, do neocolonialismo. É possível questionar, portanto, em que medida as estratégias de ciberativismo são eficazes para enfrentar as raízes do problema ou se acabam reproduzindo, mesmo que involuntariamente, certas lógicas dominantes, como é o caso da transfobia sofrida por mulheres trans dentro dos próprios movimentos feministas.

Reconhecer tanto seu potencial de visibilidade e mobilização quanto os limites e desafios impostos pelas hierarquias e opressões estruturais que permeiam o mundo digital é o ponto essencial para uma compreensão crítica das dinâmicas de poder e subjetivação no ciberespaço. Essas opressões não são atenuadas pelo simples fato de estarem no meio digital, mas, muitas vezes, são amplificadas pelo anonimato e pela ausência de regulamentação eficaz nas plataformas.

O controle das plataformas digitais por grandes corporações, as regras de algoritmos que determinam quem e o que ganha visibilidade, e as práticas de vigilância digital, são exemplos de como o poder se manifesta no ciberespaço.

Pensando que a sociedade contemporânea se digitaliza a cada dia mais, em progressiva transformação e digitalização, as máquinas, os algoritmos, os *bytes* e os *bots*, passam a se tornar partes comuns do cotidiano, entremeando corpo e mente, constituindo o ser humano do mundo contemporâneo às similitudes de uma existência *cyborg* (Donna Haraway, 1991). Pensando no sujeito contemporâneo que habita o mundo digital, segundo Donna Haraway, o "*cyborg*" simbolizaria a fusão entre humano e tecnologia, rompendo fronteiras entre o natural e o artificial, o físico e o virtual, o biológico e o mecânico. Em um contexto de progressiva digitalização, como o que vivemos hoje, os sujeitos são moldados pelas interações digitais, e suas identidades são transformadas através de práticas *online* que atravessam corpo e mente.

Mulheres trans que utilizam o ciberespaço para ciberativismo, por exemplo, se engajam em processos de autoafirmação, resistência e reconstrução de suas identidades em um cenário marcado tanto por possibilidades quanto por riscos. O ciberativismo possibilita a visibilidade de pautas silenciadas, mas não garante que os sujeitos que se identificam como pessoas trans possam transgredir completamente as opressões estruturais.

Dessa forma, as mídias sociais e as produções discursivas *online* podem ser articuladas como tecnologias de gênero. Ou seja, as redes sociais, juntamente com o consumo de conteúdo virtual generificado que frequentemente reproduz a lógica heteronormativa, emergem como mais um dispositivo de controle e apropriação capitalista e patriarcal. Isso se evidencia, por exemplo, na demarcação do binarismo e da dualidade entre feminino e masculino, vistos como opostos complementares, além da estereotipia que permeia a construção das representações de gênero.

É preciso analisar cuidadosamente a situação em que esses espaços e a dinâmica produzidas por eles são compostas de fatores oriundos de um sistema capitalista neoliberal, de uma sociedade à beira do colapso social e democrático globalmente – fator a ser problematizado pelos dados das pesquisas e sobre o ciberativismo, e que mesmo enquanto estratégia de resistência, não está aquém desse cenário. As plataformas digitais, muitas vezes controladas por grandes corporações de tecnologia, operam sob as regras do mercado capitalista, priorizando algoritmos, visibilidade, engajamento e monetização de conteúdo.

Assim, é possível questionar as diversas faces do sistema que reflete o mercado capitalista contidas em uma sociedade mergulhada no mundo digital, onde os avanços tecnológicos disparam como mais uma forma de sustentar este esquema – do que antes de detê-

lo – reproduzindo uma lógica de comunicação vigente, e não o contrário. Essa lógica influencia diretamente as formas e os limites em que os movimentos sociais podem agir e ser percebidos *online*.

As plataformas digitais funcionam como mercados que exploram a atenção dos usuários, transformando a militância e o engajamento político em mercadorias de valor, seja através de anúncios, monetização de conteúdo ou controle de alcance algorítmico. O ciberativismo, assim, pode ser cooptado para servir à lógica de mercado, limitando seu alcance e eficácia enquanto estratégia de resistência.

O ciberativismo de mulheres trans surge como um campo de resistência política e um processo que reflete e desafia as normas de subjetivação impostas pelo ciber-capitalismo. No contexto de uma sociedade contemporânea em constante transformação, as identidades e práticas sociais são reconfiguradas no ambiente digital, possibilitando novos modos de ser e resistir. Esse cenário torna-se fundamental para a análise dos processos de subjetivação e construção identitária no ciberespaço.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos objetivos e questões disparadoras desta pesquisa, foi possível mapear e identificar padrões em relação ao ciberativismo de mulheres trans na produção acadêmica brasileira, por meio de artigos científicos publicados nos últimos dez anos (2014 -2024) a partir de repositórios brasileiros e ferramentas de busca de publicações científicas. Foi possível pontuar, primeiramente, que a ausência de um consenso em relação a alguns descritores, neste caso o ciberativismo, gera diferentes impactos e empecilhos no processo de busca quanto ao tema.

Observa-se, dessa forma, a partir da ausência de um consenso e do caráter inovador do termo, que carecem ainda estudos que buscam delimitar o ciberativismo enquanto fenômeno e campo de pesquisa do ciberespaço. Isso demonstra ainda o caráter contemporâneo dos estudos que giram em torno deste fenômeno.

Entretanto, observou-se ainda que esta situação se estende além da literatura brasileira, pois, realizando-se a busca em repositórios internacionais, constata-se um amplo uso, consenso e delimitação de campo sobre o ciberativismo de longa data. Outro ponto importante, citado no trabalho, é que apesar de não ser consenso e não estar delimitado enquanto campo, o ciberativismo aparece como fenômeno e campo de estudo de maneira indireta, a partir de buscas sobre o ciberespaço e a *internet* enquanto campo de estudo.

Como pontuado anteriormente nesta pesquisa, a partir da busca de descritores como “Mulheres Trans” *and* “*internet*”, a gama de resultados é muito maior, assim como o tema ciberativismo pode se mostrar imbuído indiretamente em várias pesquisas. Entretanto, a ausência de consenso em relação ao estabelecimento do ciberativismo enquanto descritor e campo, dificulta a filtragem de artigos e a sua seleção para um levantamento de dados fidedigno, aparecendo de forma esparsa e indireta, dificultando sua identificação.

Ainda em relação aos descritores utilizados, observa-se que há também uma variação enquanto a terminologias “mulher trans”, “travesti” e “pessoa transfeminina”. Embora a literatura apresente questões teóricas e políticas que diferenciam os termos, muitos estudos não se mostram concomitantes com tais termos, adotando-os como sinônimos em muitos casos. Em relação ao termo “travesti”, pode-se pontuar ser um termo exclusivamente latinoamericano, especificamente brasileiro, e demarca além de conceito próprio, um lugar ético-político e histórico específico, dependendo da conotação adotada.

O presente estudo também alcança uma relevante contribuição a respeito da identificação e descrição de diferentes áreas do conhecimento, temas e perspectivas teóricas

nos artigos científicos brasileiros sobre o ciberativismo de mulheres trans no Brasil nos últimos dez anos. Neste estudo, observou-se a diversidade de abordagens teóricas e nas múltiplas temáticas exploradas pelas pesquisas revisadas.

Tratando-se das dinâmicas socioculturais que emergem no ciberespaço, especialmente as redes de apoio e de formas de organização *online*, foi possível além de delimitar as áreas do conhecimento que levam tais fatores em conta, delimitar o que a literatura e diversos estudos apontam como se constroem tais redes. Assim, foi possível mapear a partir desses estudos como e por onde constroem-se as redes de apoio e como se dá a construção e fortalecimento comunitário nas plataformas digitais. Dessa forma, foi possível delimitar como o ciberativismo contribui para a visibilidade, organização, segurança e construção coletiva de redes de apoio.

Entretanto, é preciso pensar como o ciberativismo e suas ramificações no ambiente *online* não estão descoladas do mundo real e, além disso, que as próprias plataformas digitais estão ancoradas nas mesmas instituições materiais sobre as quais nos contrapomos. Isso pode ser dito pois, apesar de se manifestarem superficialmente como plataformas neutras, que permitem autonomia de sujeitos e a visibilidade de grupos não hierarquizados, as redes sociais e as plataformas digitais são construtos do mundo capital e patriarcal, dispostas pelas mesmas tecnologias de gênero e sistemas heteronormativos que as instituições sociais que permeiam o mundo dos *softwares*.

O presente trabalho também buscou apresentar os principais conceitos, ideias e teorias que fomentam os estudos sobre o ciberativismo de mulheres trans, nas pesquisas dos últimos dez anos. A partir da revisão sistematizada, foi possível traçar as principais teorias e campos de estudo contidos nas linhas de pesquisa, os quais foram a psicologia social, a sociologia e a comunicação social, tratando das dinâmicas socioculturais que emergem no ciberespaço.

Em relação aos temas os, estudos de gênero e as versões contemporâneas do feminismo, como a teoria transfeminista, as abordagens interseccionais e as teorias *queer* foram os tópicos emergentes em se tratando da argumentação teórica dos estudos. Essas ideias e conceitos podem estar relacionados aos aspectos culturais e no contexto da modernidade e da sociedade contemporânea, considerando os movimentos que se sucedem nesse espaço-tempo.

Em relação a esse espaço-tempo onde se dão esses fenômenos, pode-se enfatizar ainda como os avanços tecnológicos moldam os processos de subjetivação e construção identitária dos sujeitos, situando-se no espaço digital, onde as transformações sociais ocorrem de maneira acelerada e volátil. De acordo com o que foi observado nos estudos e dados angariados pela presente pesquisa, foi possível pontuar que mulheres trans utilizam as plataformas digitais como espaço de resistência, para divulgar suas narrativas, mobilizar solidariedade e construir alianças.

Neste sentido, constatou-se que o ciberativismo permite que questões como transfobia, direitos à saúde, violência e exclusão sejam discutidas globalmente, criando redes de apoio que transcendem barreiras geográficas.

A pesquisa ainda contribui para a compreensão dos processos de construção identitária e resistência cibernética no Brasil, articulando conceitos críticos e reflexões fundamentadas nas teorias revisadas. Ao explorar as experiências e desafios enfrentados por mulheres trans no ciberativismo, o estudo dialoga com diferentes correntes da psicologia social e amplia o campo de investigação acadêmica, possibilitando mapeamentos e discussões críticas sobre um fenômeno recente e pouco estudado.

Considerando a realidade à qual estamos construindo no mundo virtual e, consequentemente, no mundo material, é necessário problematizar a profunda influência que o ambiente digital exerce nos processos de construção identitária dos sujeitos imersos nesse contexto. A interação constante com as dinâmicas virtuais molda as subjetividades, reconfigurando os modos de ser, pensar e, neste caso, resistir. Esse fenômeno, marcado por forças como o ciber-capitalismo e as estruturas de poder que perpassam o ambiente digital, impõe desafios e possibilidades, que impactam diretamente as experiências e identidades dos indivíduos nesse espaço.

Entretanto, para combater a transfobia efetivamente, é preciso uma ação coletiva, que além de promover a educação sobre diversidade de gênero, consiga implementar políticas públicas inclusivas e garantir a aplicação rigorosa das leis que protegem os direitos de pessoas trans. A conscientização da sociedade e o apoio institucional são fundamentais para reverter esse cenário e assegurar a dignidade e segurança da população trans no Brasil.

Isso é ainda mais complicado tendo em vista a exclusão e violência institucional sofridas por pessoas trans, em um cenário onde o Estado além de não oferecer proteção necessária, muitas vezes é o agente que pratica essas violências. Dessa forma, a presente pesquisa abre debates em relação às políticas públicas e sua implementação, e questionamentos em relação às mesmas que abrem caminhos para novas pesquisas.

Outro ponto a ser discutido e que, de acordo com a visão da pesquisadora deste estudo, é fundamental para promover a educação e discussão sobre as pautas de gênero, é sobre o transepistemicídio e desapropriação de mulheres trans e travestis por diversas correntes do feminismo. Precisamos repensar as teorias feministas e buscar feminismos que adotem perspectivas transversais de gênero, que enderecem as violências praticadas.

É fundamental reconhecer que essas violências e sua ocorrência não emergem apenas do âmago individual de um sujeito, mas resultam de uma ampla manifestação de uma complexa

rede de atitudes e atividades performativas de gênero, enraizadas na política, no Estado e na história social como um todo. Dessa forma, é preciso compreender que a violência contra pessoas trans não é um evento isolado, mas um reflexo estrutural e sistêmico das relações sociais e das normas culturais que sustentam desigualdades e exclusões.

Nesse sentido, subdivisões e categorizações que afastam as relações sociais dos marcadores de gênero, raça, espaço familiar e patriarcado não permitem uma compreensão plena do fenômeno – já que estamos imersas nele. As problemáticas são manifestadas em um emaranhado interconectado de forças que se reforçam mutuamente, exigindo uma abordagem crítica que paute e analise a interseção desses fatores de maneira interseccionada.

O enfrentamento dessas violências deve, portanto, passar pelo reconhecimento das múltiplas dimensões que contribuem para a manutenção das hierarquias e das opressões, buscando estratégias que rompam com essas estruturas de exclusão e marginalização.

Nesse contexto, a autora desta pesquisa apresenta as diversas manifestações de misoginia e sexismo como mecanismos que cerceiam a participação das mulheres em suas múltiplas formas de existência, impedindo seu reconhecimento pleno como sujeitos políticos. Essas manifestações não são apenas expressões de preconceito individual, mas refletem estruturas de poder que buscam manter mulheres e corpos dissidentes em posições subalternas, limitando suas possibilidades de atuação social, política e econômica.

Incluir sobre a questao de impossibilidade de pesquisa com mulheres trans, sobre ouvir experiencias trans, e sobre o papel da academia

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). (2022). *Eleições 2022*. Recuperado em 8 de setembro de 2024, de Eleições 2022 – Associação Nacional de Travestis e Transexuais (antrabrasil.org). Recuperado de https://antrabrasil.org/eleicoes2022/

Assis, J. H.; Moura, M. A.; Assis, J. Folksonomia: a linguagem das tags. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação,* v. 18, n. 36, 2013

Bento, Berenice. (2008). *O Que É Transexualidade?* São Paulo: Brasiliense.

Braun, Virginia & Clarke, Victoria. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*(2), 77-101. Recuperado de https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Butler, Judith (2004). *Undoing Gender***.** New York: Routledge.

Butler, Judith (2016). *Problemas De Gênero: Feminismo E Subversão Da Identidade.* 11 Ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira.

Cardoso, Thomaz. V. B. (2023). Transfeminismo: apagamento e luta das mulheres trans e travestis dentro do feminismo. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 5(18), 119-133. Recuperado de http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index

Collins, Patricia. H., (2020). *Interseccionalidade* (S. Kossling, Trans.). Boitempo. (Trabalho Original 2016)

Crenshaw, Kimberle (1989) "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Available at: http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8

Cruz, Maria Helena. S. & Nascimento, Ana Paula. L. (2021). Feminismos contemporâneos: mediações e potências do ciberativismo feminista e transfeminista. *Educação*, 46. Recuperado de https://doi.org/10.5902/1984644446906

Ribeiro, Djamila. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento: Justificando (Coleção Feminismos Plurais). Belo Horizonte(MG)

Eagleton, Terry. (1943). *A ideia de cultura* (J. Rezende Costa, Trad.). Editora UNESP.

Fonseca, Ingradi. I. A., & Cardoso, Fernando. da S. (2018). Ciberativismo, empoderamento feminino e novas dinâmicas de enfrentamento à violência de gênero contra à mulher. *REDES*, 6(1), 133-156. Recuperado de http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v6i1.4256

Freitas, Raquel. C., & Nóbrega, Luciana. N. (2022). Revisitando o conceito de minorias à luz da indignação epistêmica e dos estudos decoloniais. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*,

8(6), 1869–1904. Recuperado de https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2022/6/2022_06_1869_1904.pdf

Galvão, Taís Freire, & Pereira, Mauricio Gomes. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183-184. Recuperado de http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&tlng=pt.

Gianordoli-Nascimento, Ingrid. F., Silva, Sara. A. T. C., Cruz, Jaíza. P. D., Oliveira, Flaviane. C., Veloso, Flávia. G. C. & Rabelo, Laís. B. C. (2013). Promessas de vida em tempos de ameaça: mulheres, música e resistência durante a ditadura militar no Brasil. 34 *Memorandum, Memória E História Em Psicologia. 24*, 29-58. Recuperado de https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6544

Grant, Maria. J., & Booth, Andrew. (2009). *A typology of reviews: An analysis of 14 review types and associated methodologies. Health Information and Libraries Journal*, 26(2), 91-108. Recuperado de https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x

Haraway, Donna. (1991). A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century, em *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature.* New York; Routledge, pp.149-181.

hooks, bell. (2022). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras* (B. J. Murray, Trans.). Rosa dos Tempos. (Trabalho Original 1952)

Laraia, Roque. de B. (1986). *Cultura: Um conceito antropológico* (19ª ed.). Zahar.

Lauretis, Teresa. (1994). *Tecnologias de gênero* (L. M. Cardoso de Mello, Trad.). Universidade Estadual de Campinas.

Lévy, Pierre. (1999). *Cibercultura*. Editora 34

Lugones, Maria. (2008). *Colonialidad y género.* Tabula Rasa, 9, 73-101.

Mead, Margaret. (1971). *Macho e fêmea: Um estudo dos sexos em um mundo em mudança* (E. M. Teixeira & M. C. M. Oliveira, Trads.). Livros do Brasil.

Meireles, Idenilson., & Malveira, G. D. M. (2013). O método arqueológico em M. Foucault: Uma possibilidade historiográfica. *Revista Caminhos da História, 18*(2), 95-111.Recuperado de https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3216

Miller, Brandon. (2017). YouTube as educator: A content analysis of issues, themes, and the educational value of transgender-created online videos. *Social Media + Society, 3(2),*1-12. Recuperado de https://doi.org/10.1177/2056305117716271

Monteiro, Silvana. D. (2007). The Cyberspace: the term, the definition and the concept. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação,* 8(3) Recuperado de https://www.repositoriobib.ufc.br/00005e/00005e9f.pdf

Nascimento, Ana Paula. L., & Cruz, Maria Helena. S. (2021). Feminist and transfeminist ciberativisms in Brazil. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, *2*(1), e12353. Recuperado de https://doi.org/10.20952/jrks2112353

Nascimento, Letícia Carolina Pereira. (2022) *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra.

Passos, Maria Clara. (2022). *Pedagogias das travestilidades*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira

Queiroz, Eliane. de F. C. (2017). Ciberativismo: A nova ferramenta dos movimentos sociais. *Panorama*, Goiânia, 7(1), 2-5. Recuperado de https://doi.org/10.18224/pan.v7i1.5574

Rawson, K. J. (2014). *Transgender worldmaking in cyberspace: Historical activism on the Internet. QED: A Journal in GLBTQ Worldmaking,* 1(2), 38–60. Recuperado de https://doi.org/10.14321/qed.1.2.0038

Remembering Our Dead. (n.d.). *Remembering Our Dead*. Recuperado em 14 de novembro de 2024, de https://tdor.translivesmatter.info

Riessman, Catherine. K. (2008). *Narrative methods for the human sciences*. Sage Publications.

Rey, Fernando Gonzalez. (2004) O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes.

Scott, Joan Wallach. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* Educação & Realidade, 20(2), 71-99. Recuperado de http://hdl.handle.net/10183/257862 .

Silva, Amanda. C. G. (2021). *Mulheres nos games: identidade, gênero e cibercultura.* Monografia (Curso de Graduação em Psicologia), Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.Recuperado de https://bib.pucminas.br/acervo/538279

Silva, Danilo M. & Fernandes, Valdir. (2021). Ciberespaço, cibercultura e metaverso. *Revista Humanidade e Inovação*, v.8, n.67, pp. 212-223. Recuperado de https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1962

Souza, Mériti, D., & Prado, Marcelo, D. (2019). Violências, mulheres travestis, mulheres trans: problematizando binarismos, hierarquias e naturalizações. *Revista Polis e Psique*. Recuperado de https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/83831

Superior Tribunal de Justiça (STJ). (2023, janeiro 29). *Sexta Turma estendeu proteção da Lei Maria da Penha para mulheres trans*. https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protecao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx

TDoRinfo. (n.d.). *Perfil no X*. Recuperado em 14 de novembro de 2024, de https://x.com/TDoRinfo

Tranfield, David, Denyer, David, & Smart, Palminder. (2003) *Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review.* British Journal of Management, 14(3), 207-222. https://doi.org/10.1111/1467-8551.00375

Transfeminismo. (n.d.). Transfeminismo: Para além do feminismo tradicional. https://transfeminismo.org/

Trans Lives Matter. (n.d.). *Transgender Day of Remembrance (TDOR)*. Recuperado de https://tdor.translivesmatter.info/

TransResiste. (n.d.). *Perfil no X*. Recuperado em 14 de novembro de 2024. Recuperado de https://x.com/TransResiste

Transcendemos Consultoria. (n.d.). *Transcendemos Explica*: Trans. Recuperado em 6 de março de 2025, de https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans/

ANEXO A – MAPA CONCEITUAL: CIBERESPAÇO

Ambientes Digitais: de acordo com Janet Murray, são espaços formados por bits e bytes, que em um vasto universo virtual proporcionam interatividade e possibilidades infinitas de exploração, pesquisa e navegação.

As **plataformas digitais** são como cidades inteiras dentro desse universo online. Elas não se limitam apenas às interações sociais, mas também oferecem uma variedade de serviços e funcionalidades. Pense em lojas virtuais, sistemas de pagamento, blogs, fóruns, aplicativos de delivery, streaming de música e vídeo, entre outros. As plataformas digitais são verdadeiros ecossistemas que abrigam diferentes tipos de conteúdo e permitem que as pessoas realizem ações específicas.

espaços digitais seriam como bairros, onde estão alocadas as redes sociais. Dentro dos espaços digitais estão os gêneros digitais que criam o estilo arquitetônico dos ambientes sociais.

Redes sociais: como se fossem os parques e praças dentro dos espaços digitais, sendo as plataformas específicas de interação de pessoas. As redes sociais são plataformas específicas criadas para conectar pessoas e permitir que elas interajam entre si.

Mídias digitais: o conjunto de conteúdos que circulam no ambiente virtual. Elas podem ser textos, imagens, vídeos, áudios e até memes (sim, os memes também nadam nesse oceano). Essas mídias são veiculadas por meio de canais eletrônicos, como sites, aplicativos, e-mails e podcasts.

Abaixo segue-se a projeção dos conceitos apresentados no mapa conceitual utilizado acima, de maneira a ilustrar sua composição e fluxo dos componentes do ciberespaço.

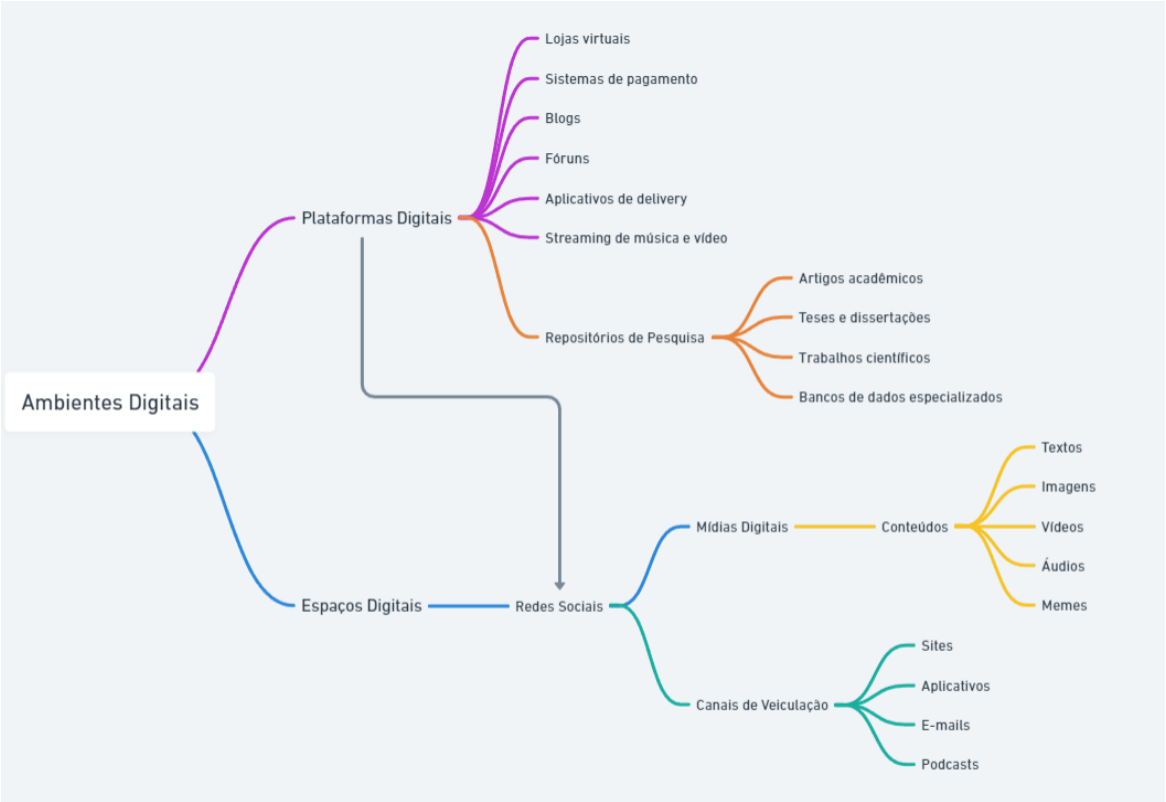
Figura **12**

Esquema sobre Ambientes digitais

Fonte: Autoria Própria

Figura 13

Fluxograma dos componentes e organização do ciberespaço



Fonte: Autoria própria

ANEXO B – MAPA CONCEITUAL: GÊNERO E IDENTIDADE

Capitalismo: estrutura econômica dominante, influencia as relações globais ao promover uma lógica de acumulação de capital e de exploração dos recursos humanos e naturais. sustentado pela "exploração do trabalho", ou seja, pela extração do valor gerado pelos trabalhadores, que recebem salários menores que o valor real de sua produção, enquanto o excedente é apropriado pelos proprietários dos meios de produção (Marx, 1867).

Cisnormatividade: conjunto de normas sociais e culturais que validam apenas identidades cisgêneras como legítimas, produzindo expectativas de que o gênero deve corresponder ao sexo designado ao nascimento. (Nunes, 2017)

Corpos dissidentes: Segundo Butler (2016), corpos dissidentes não apenas são marginalizados, mas também ocupam uma posição de resistência ativa contra normas de gênero e estruturas de poder.

Enculturação: o comportamento humano depende de um aprendizado.

Espaços de subjetivação: vão além de interações individuais e são construídos por meio das complexas relações sociais que incorporam normas, valores, discursos e práticas, oferecendo aos sujeitos uma gama de possibilidades para significar suas experiências e constituir suas identidades (González Rey, 2004). Os espaços de subjetivação são, portanto, espaços de interação e negociação de significados que possibilitam aos sujeitos expressar e construir suas singularidades.

Eurocentrismo: visão que projeta a história e o progresso ocidentais como modelos de desenvolvimento "civilizatório", enquanto desvaloriza e marginaliza as experiências e conhecimentos de outras culturas, frequentemente vistas como atrasadas ou exóticas (Anibal Quijano, 2000).

Globalização: A globalização é um processo de integração multifacetado de intensificação das relações econômicas, sociais, culturais e políticas entre diferentes países e regiões do mundo, caracterizado pelo aumento da interdependência e pela circulação global de capital, bens, serviços, informações, ideias e pessoas.

Grupos Oprimidos: Para alguns autores como Enrique Dussel, a opressão é entendida como um fenômeno multifacetado que se manifesta em diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. A opressão, neste sentido, não é apenas uma relação de dominação, mas um processo sistemático que marginaliza e silencia grupos, tornando-os invisíveis e

desprovidos de agência. Enrique Dussel (2007) argumenta que "a opressão é a negação da possibilidade de um sujeito se afirmar como tal" (p. 92).

Identidade: Segundo Wanderley Codo e Silvia Lane (1989), um processo contínuo e mutável, em constante transformação a partir de um emaranhado que se dá no contexto sócio histórico, que se produz a partir das relações.

Imperialismo: O imperialismo, enquanto prática de dominação política e econômica de uma nação sobre outra, em que domínio não ocorre pela força militar direta, mas pelo controle econômico e cultural exercido sobre os países dependentes.

Interseccionalidade: Este conceito examina como categorias sociais como raça, gênero, classe e outras se cruzam, levando a sistemas sobrepostos de discriminação e privilégio.

Minorias: Em seus estudos sobre grupos oprimidos e sujeitos excluídos sócio-politicamente, Enrique Dussel determina que as minorias não são apenas grupos numéricos, mas são formadas por aqueles que foram marginalizados ou silenciados na narrativa histórica e social dominante. Ou seja, a partir de um contexto social, cultural e político delimitados historicamente, alguns sujeitos destituídos de poder e de privilégios, marcados por um lugar de marginalização e opressões, são delimitados minorias frente a um grupo detentor de poder na hierarquia social capitalista.

Neocolonialismo: sistema de dominação indireta em que as antigas potências coloniais, e outros países economicamente poderosos, exercem controle sobre nações menos desenvolvidas através de meios econômicos, culturais e políticos, sem o uso da ocupação militar direta.

Produção subjetiva: processo de subjetivação que implica uma capacidade criativa do sujeito de se apropriar, reinterpretar e até resistir aos significados e normas dominantes, produzindo novas formas de ser e de entender-se em sua singularidade (González Rey, 2004).

Subjetivação: Para González Rey (2004) é um fenômeno socialmente constituído, emergente das interações e dos significados compartilhados, mas que não é completamente determinado por eles. Não ocorre isoladamente dentro do indivíduo, mas é um processo que envolve múltiplas dimensões do ambiente e das práticas culturais.

APÊNDICE A- CRIVO DE ANÁLISE DOS ARTIGOS

Empoderamento: segundo Alves e Jesus (2018), está relacionado à capacidade das pessoas trans de participar plenamente da sociedade, desafiar as normas de gênero e se unir em solidariedade para superar as estruturas de opressão.

Transfobia: A transfobia é destacada como um fator que contribui para a marginalização e violência contra pessoas transexuais, resultando em uma expectativa de vida significativamente inferior.

Cisgênero: Segundo Barbosa e Silva (2017) "o termo abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. Os indivíduos que possuem uma identidade de gênero em acordo com o seu sexo biológico, acordo esse definido socialmente, são chamadas de pessoas cisgênero"

Cisnormatividade: conjunto de normas sociais e culturais que validam apenas identidades cisgêneras como legítimas, produzindo expectativas de que o gênero deve corresponder ao sexo designado ao nascimento. (Nunes, 2017)

Cissexismo: Segundo Nunes (2017) é definido como uma forma de opressão contra pessoas trans, que sustenta a cisnormatividade como padrão legítimo e desejável de expressão de gênero, marginalizando outras identidades.

Cisheteronormatividade: uma estrutura normativa que privilegia identidades cisgêneras e heterossexuais, resultando na marginalização e abjeção de identidades que divergem dessas normas (Mériti Souza & Marcelo Prado, 2019)

Performatividade: A performatividade de gênero é a ideia de que o gênero é uma série de atos repetidos que criam a ilusão de uma identidade estável. Com base na teoria de Judith Butler, é um processo em que o gênero é produzido e reproduzido através de atos discursivos e culturais repetidos, sem um referente ou modelo original (Butler, 2002).

Abjeção: Butler discute como certos corpos são considerados abjetos porque não se conformam às normas de gênero e sexualidade estabelecidas. Corpos abjetos são frequentemente marginalizados e sujeitos a violência e discriminação. A abjeção pode ser usada como uma ferramenta de controle social para manter certas normas e hierarquias (Borelli, 2017).

Transepistemicídio: uma forma de violência interligada à transfobia estrutural, que visa não apenas marginalizar, mas também excluir completamente os saberes e existências trans (Thomas Cardoso, 2023).

Audiovisbilidade: a produção e disseminação de imagens que combinam elementos de entretenimento e ativismo político. Veículo que possibilita que trajetórias e narrativas visuais sejam mobilizadas como forma de resistência e intervenção política.

Ciberativismo: É o uso de plataformas digitais e redes sociais para mobilização social, engajamento político e/ou defesa de causas e denúncias, permitindo a amplificação de vozes marginalizadas e a construção de redes de solidariedade e resistência.

Transfeminismo: Corrente feminista que incorpora perspectivas transgênero, demarcado enquanto feminismo de quarta onda, reconhece a interseção entre opressões de gênero, identidade, raça e classe, e lutando pela inclusão e igualdade de todas as pessoas no feminismo.

Identidade de Gênero: É a compreensão individual e subjetiva que uma pessoa tem de si mesma em relação ao gênero, podendo ou não coincidir com o sexo designado ao nascimento, abrangendo identidades como homem, mulher, não-binário, entre outras. Engloba tópicos relacionados à perspectivas teóricas feministas e teorias *queer*.

Resistência Digital: Estratégias e práticas de enfrentamento a opressões e violações de direitos realizadas em ambientes digitais, como a denúncia de injustiças, a organização de movimentos, estratégias de visibilidade e a criação de narrativas alternativas.